



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PATRÍCIA OFÉLIA PEREIRA DE ALMEIDA

SAÚDE COLETIVA:

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
SOB A PERSPECTIVA DAS PALAVRAS-CHAVE DE
ARTIGOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E A FORMAÇÃO
ACADÊMICA DE SEUS AUTORES

PATRÍCIA OFÉLIA PEREIRA DE ALMEIDA

SAÚDE COLETIVA:

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
SOB A PERSPECTIVA DAS PALAVRAS-CHAVE DE
ARTIGOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E A FORMAÇÃO
ACADÊMICA DE SEUS AUTORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Mestrado Acadêmico, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosane Suely Álvares Lunardelli.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Marlova Santurio David – CRB 1107/9

A477s Almeida, Patrícia Ofélia Pereira de.

Saúde coletiva : organização e representação da informação sob a perspectiva das palavras-chave de artigos de periódicos científicos e a formação acadêmica de seus autores / Patrícia Ofélia Pereira de Almeida. – Londrina : 2014.

106 f. : il.

Orientador: Rosane Suely Álvares Lunardelli.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Palavras-chave – Teses. 2. Descritores – Teses. 3. Organização da informação – Teses. 4. Periódicos – Avaliação – Teses. 5. Saúde pública – Teses. 6. Ciência da informação – Teses. I. Lunardelli, Rosane Suely Álvares. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. III. Título.

CDU 025.43:614.2

PATRÍCIA OFÉLIA PEREIRA DE ALMEIDA

SAÚDE COLETIVA:

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A
PERSPECTIVA DAS PALAVRAS-CHAVE DE ARTIGOS DE
PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE SEUS
AUTORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Mestrado Acadêmico, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora. Profa. Dra. Rosane Suely Álvares
Lunardelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Silvana Drumond Monteiro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Arthur Eumann Mesas
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 08 de outubro de 2014.

*A meu esposo, José,
meu maior parceiro e incentivador.*

AGRADECIMENTOS

Ainda que corra o risco de não mencionar algum nome importante, e por antecipação peço que me perdoem por tal infração, sinto-me no compromisso de manifestar meus agradecimentos àqueles que colaboraram para o êxito dessa jornada, seja no âmbito familiar, profissional ou acadêmico.

A Deus, em primeiro lugar, por ter me proporcionado belíssimas oportunidades e a felicidade encontrar pessoas que se tornaram tão importantes em minha vida, que me auxiliaram em minhas escolhas e que mudaram a minha história.

Aos meus pais, por terem me proporcionado a vida, o amor, o sustento e a educação, e para os quais eu não tenho vocabulário suficiente para expressar o quanto significam.

Ao meu esposo e aos meus filhos, pelo apoio, paciência, compreensão e auxílio em todos os momentos.

Aos meus demais familiares, que tanto me auxiliaram, em especial à minha irmã, Liliana, com um pequeno atraso de 11 anos, que sempre colaborou de forma fundamental para que eu conseguisse atingir meus objetivos acadêmicos.

À Lúcia, que nos últimos dois anos tem sido como uma irmã.

Ao Max Cirino de Mattos, pela sua fundamental colaboração na coleta de dados.

Aos colegas da Biblioteca, de ontem e de hoje, em especial à Cida Caitar, Cláudia, Geneviane, Gisele, Ilza, Rinaldo e Tânia, que muito me incentivaram desde o início e que bravamente supriram a minha ausência nas atividades urgentes; e às bibliotecárias Eni, Lau, Marlova e Natali, pelo auxílio.

Ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina, pela licença para capacitação, fundamental para que esse sonho se tornasse possível.

Aos colegas do PPGCI, em especial à Sandra, minha parceira nos momentos felizes e nos momentos de angústia.

Aos docentes do PPGCI e do Departamento de Ciência da Informação, que direta ou indiretamente participaram e contribuíram para a minha formação e desenvolvimento.

À professora Silvana Drumond Monteiro e ao professor Arthur Eumann Mesas, membros da banca, por terem aceitado participar deste momento singular, contribuindo significativamente para o enriquecimento deste estudo.

Agradeço especialmente à professora Rosane Lunardelli, que aceitou a missão de me orientar e me transmitir não apenas um pouco de seu conhecimento, mas também a sua generosidade e doçura, essenciais nos momentos de ansiedade e incertezas.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

“Não está na natureza das coisas que o homem realize um descobrimento súbito e inesperado; a ciência avança passo a passo e cada homem depende do trabalho de seus predecessores.” (Ernest Rutherford)

ALMEIDA, Patrícia Ofélia Pereira de. **Saúde coletiva**: organização e representação da informação sob a perspectiva das palavras-chave de artigos de periódicos científicos e a formação acadêmica de seus autores. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

A partir da diversidade de temas que compõe o campo da Saúde Coletiva, esta pesquisa tem como objetivo investigar como se dá a representação do conteúdo informacional do Campo no âmbito dos artigos de seus periódicos científicos. Apresenta alguns conceitos da Ciência da Informação, bem como alguns pontos relevantes que marcaram a sua origem. Enfatiza a importância da organização e representação da informação, principalmente com relação à atribuição de palavras-chave em artigos de periódicos científicos. Aborda o periódico científico como recurso significativo da comunicação científica e, por conseguinte, de sua valiosa contribuição no registro, organização e divulgação de conhecimentos científicos. Traz breve exposição a respeito do campo Saúde Coletiva, evidenciando alguns de seus conceitos. Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, na qual foram analisados os artigos originais e de revisão de 06 (seis) periódicos temáticos, disponibilizados em texto completo na SciELO Brasil e indexados na base Scopus. As palavras-chave foram coletadas dos artigos publicados no triênio 2010-2012, e posteriormente utilizou-se a categoria Saúde Pública do DeCS como parâmetro para identificar os assuntos correspondentes ao campo da Saúde Coletiva, e também com o intuito de padronizar os termos e assim facilitar a análise. Dessa forma, dos 2.376 artigos que apresentaram termos conforme os parâmetros expostos, foi possível identificar 692 assuntos, dos quais constatou-se que os 10 mais recorrentes (Atenção Primária à Saúde, Adolescente, Saúde Pública, Estudos Transversais, Estratégia Saúde da Família, Sistema Único de Saúde, Saúde Bucal, Fatores de Risco, Fatores Socioeconômicos e Criança, nesta ordem) correspondem a 20% da recorrência geral e representam, portanto, os temas de maior interesse dos estudiosos. Ademais, verificou-se a formação acadêmica do primeiro autor dos referidos artigos por meio do currículo cadastrado da Plataforma Lattes, possibilitando identificar quais são as áreas internas e externas à Saúde que mais publicaram no campo da Saúde Coletiva. Constatou-se que os autores são oriundos de 53 cursos de graduação, correspondentes a 09 (nove) áreas da Tabela das Áreas do Conhecimento do CNPq. A maioria dos autores provém da área de Saúde, como Medicina, Enfermagem, Nutrição e Odontologia. Nas outras áreas, embora em um número bem menor de artigos, destacaram-se a Psicologia e Biologia Geral (Ciências Biológicas), História (Ciências Humanas), Serviço Social (Ciências Sociais Aplicadas), Probabilidade e Estatística (Ciências Exatas e da Terra) e Interdisciplinar (Multidisciplinar). As áreas de Ciências Agrárias, Engenharias, e Linguística, Letras e Artes foram identificadas na autoria dos artigos, porém não se destacaram. Dessa forma, ficou evidente que há profissionais de todas as áreas do conhecimento contribuindo para a consolidação do campo da Saúde Coletiva.

Palavras-chave: Palavras-chave. Descritores. Organização e representação da informação. Saúde coletiva. Saúde pública.

ALMEIDA, Patrícia Ofélia Pereira de. **Public Health:** organization and representation of information under a perspective of the keywords in articles from scientific journals and their authors' academic training. 2014. 106 p. Dissertation (Master's Degree in Information Science) – State University of Londrina, City of Londrina, Brazil, 2014.

ABSTRACT

Considering the diversity of themes which compose the Public Health field, the research aims at investigating how the representation to the informational content of this Area happens in articles from scientific journals. It presents some concepts from the Information Science, as well as some relevant points that marked its origins. It emphasizes the importance of organizing and representing information, mainly with regards to the attribution of keywords for articles in scientific journals. It approaches the scientific journal as a significant resource to the scientific communication, and consequently its valuable contribution in registering, organizing and publishing scientific knowledge. It brings a brief exposition on the Public Health field, highlighting some of its concepts. This is a piece of documentary research of qualitative approach, in which one analyzed the original and reviewing articles of 06 (six) thematic journals, available in full text at SciELO Brazil, indexed by the Scopus basis. The keywords were collected from the articles published within the triennium 2010-2012. Subsequently, the category Public Health from the Descriptors in Health Sciences (DeCS) was used as a parameter to identify the terms corresponding to the Public Health field, as well as to standardize the terms and facilitate analysis. Thus, of the 2,376 articles which presented terms according to the exposed parameters, it was possible to identify 692 themes, from which one noted that the 10 most recurring ones (i.e.: Primary Health Care, Adolescent, Public Health, Cross-Sectional Studies, Family Health Strategy, Unified Health Care System, Oral Health, Risk Factors, Socioeconomic Factors and Child, in that order) correspond to 20% of general recurrence, representing thus the themes of scholars' most interest. Furthermore, the academic training of the first author in the referred articles was verified by means of the curriculum registered in the 'Lattes' Platform, making it possible to identify which are the areas - internal and external to the field of Health - which published the most in Public Health. It was found that the authors are from 53 graduation courses, corresponding to 09 (nine) of the areas in the 'Tabela das Áreas do Conhecimento do CNPq' (Areas of Knowledge Table by CNPq). Most authors are from Health fields, such as Medicine, Nursing, Nutrition and Odontology. Although in a much lesser number in the other fields, one should highlight Psychology and General Biology (Biological Sciences), History (Humanities), Social Work (Applied Social Sciences), Probability and Statistics (Exact and Earth Sciences) and Interdisciplinary (Multidisciplinary). The areas of Agricultural Sciences, Engineering, and Linguistics, Languages and Arts were identified as authors in the articles, but they did not stand out. Therefore, it became evident that there are professionals in all areas of knowledge contributing for the consolidation of the Public Health field.

Keywords: Keywords. Descriptors. Organization and Representation of Information. Collective Health. Public Health.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Representação descritiva e temática da informação – procedimentos básicos.....29
- Figura 2** – Relação entre os assuntos mais recorrentes e a formação acadêmicas de seus autores.....88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens do uso das palavras-chave.....	35
Quadro 2 – Periódicos selecionados para o estudo	59
Quadro 3 – Orientação aos autores a respeito da atribuição de palavras-chave.....	60
Quadro 4 – Exemplo de dados coletados dos artigos.....	61
Quadro 5 – Distribuição dos artigos por periódico e ano de publicação	61
Quadro 6 – Quantidade de artigos e palavras-chave válidas para a análise, apresentadas por periódico/ano	64
Quadro 7 – Palavras-chave selecionadas para análise: identificação e recorrência	65
Quadro 8 – Recorrência dos cursos de graduação dos autores nos artigos considerados válidos, conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES.....	67
Quadro 9 – Associação entre as palavras-chave empregadas pelos autores com a recomendação do DeCS	71

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Recorrência dos assuntos nos artigos (cauda longa).....70
- Gráfico 2** – Recorrência da formação acadêmica dos autores (graduação),
conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da
CAPES85
- Gráfico 3** – Recorrência dos cursos de graduação dos autores, conforme
Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
APS	Atenção Primária à Saúde
BIREME	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCN	Cadastro Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
ENSP	De acordo com a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FR	Fator de Risco
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
MeSH	Medical Subject Headings
PAHO	Pan American Health Organization
PSF	Programa Saúde da Família
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UPAS	Unidades de Pronto Atendimento
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	20
2.1	A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	25
2.1.1	Linguagens de Representação da Informação	31
2.1.2	Palavra-Chave.....	33
3	A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM SUA ORGANIZAÇÃO	40
4	SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE COLETIVA	45
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
5.1	RECURSOS INFORMACIONAIS DE APOIO À DEFINIÇÃO DO CORPUS E COLETA DE DADOS	54
5.1.1	Scientific Electronic Library Online (SciELO).....	55
5.1.2	Scopus.....	55
5.1.3	Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).....	56
5.1.4	Plataforma Lattes.....	56
5.1.5	Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES.....	57
5.2	<i>CORPUS</i> DE PESQUISA	57
5.3	DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS	58
5.3.1	Seleção dos Periódicos Nacionais em Saúde Coletiva Disponibilizados em Texto Completo na SciELO Brasil e Indexados na Base Scopus.....	58
5.3.2	Informações aos Autores Acerca da Atribuição de Palavras-Chave.....	59
5.3.3	Coleta de Dados dos Artigos	61
5.3.4	Seleção das Palavras-Chave	62
5.3.5	Da Formação Acadêmica dos Autores	66
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	69
6.1	A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS PALAVRAS-CHAVE	69

6.1.1	Algumas Considerações a Respeito das Palavras-Chave.....	73
6.2	ASSUNTOS MAIS ABORDADOS NOS ARTIGOS.....	74
6.2.1	Atenção Primária à Saúde.....	75
6.2.2	Adolescente.....	76
6.2.3	Saúde Pública.....	77
6.2.4	Estudos Transversais.....	78
6.2.5	Estratégia Saúde da Família.....	79
6.2.6	Sistema Único de Saúde (SUS).....	80
6.2.7	Saúde Bucal.....	81
6.2.8	Fatores de Risco.....	82
6.2.9	Fatores Socioeconômicos.....	83
6.2.10	Criança.....	84
6.3	A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA ORIGEM ACADÊMICA (GRADUAÇÃO) DOS AUTORES.....	85
6.4	RELAÇÃO ENTRE OS ASSUNTOS MAIS RECORRENTES E A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS AUTORES.....	87
6.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	88
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
7.1	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	92
	REFERENCIAS.....	93
	APÊNDICES.....	103
	APÊNDICE A - Relação de todas as palavras-chave coletadas nos artigos.....	104

1 INTRODUÇÃO

Desde tempos mais remotos, a informação mostra-se essencial para o indivíduo e para a sociedade. Com o advento da imprensa, a revolução industrial e o avanço mais acelerado da ciência e tecnologia, a informação passou a ter ainda maior valor e representatividade. Na contemporaneidade, a informação é concebida como fator primordial ao desenvolvimento humano. Muito se tem debatido a respeito de sua preservação, assim como da capacidade do indivíduo em se informar.

Choo (2003, p. 118) postula que “A necessidade de informação surge quando o indivíduo reconhece vazios em seu conhecimento e em sua capacidade de dar significado a uma experiência”. O desejo ou a necessidade de saber mais, de entender, de refletir a propósito daquilo que não se domina é algo que só pode se satisfazer com o acesso à informação. Nessa perspectiva, a informação ganha destaque, constituindo-se em um dos principais insumos no processo de desenvolvimento de um indivíduo, de uma organização, de uma sociedade, de uma civilização. A informação é um bem de valor inestimável (BOCCATO, 2012), que, embora muitas vezes possa ser comercializado por um preço afixado (a exemplo de publicações como as literárias e científicas), nem sempre seu custo está associado diretamente à sua valia, à mensuração de sua importância.

É fato que nenhum indivíduo é capaz de apropriar-se de todo o volume de informação gerada e publicada, ainda que se limite a apenas um campo de interesse. O ritmo acelerado das novidades editoriais impede qualquer interessado de acompanhá-las tão ativamente quanto se almeja, “[...] sendo impossível para a capacidade cognitiva humana armazenar a grande quantidade de informações disponibilizada nos mais variados tipos de suportes.” (PANDO; GUIMARÃES, 2006, p. 3).

Nesse contexto, em que a sociedade contemporânea depende cada vez mais da informação e do conhecimento, mas que, ao mesmo tempo, é incapaz de absorver todo o volume informacional publicado, evidencia-se a Ciência da Informação, que proporciona ao indivíduo a possibilidade de localizar e selecionar informações relevantes e direcionadas para a sua necessidade.

Segundo Le Coadic (2004, p. 25), a Ciência da Informação “Tem por objetivo o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos) [...]”, o que a caracteriza como uma área que trata a informação também como um

objeto de estudo. Nesse sentido, é possível desenvolver procedimentos, produtos e serviços que visam à sua organização, recuperação e utilização para os mais diversos fins, que podem ser de caráter científico, tecnológico, social e comercial, entre outros.

Os fazeres da Ciência da Informação são aplicados a todas as áreas do conhecimento, dentre as quais destaca-se aqui a área Médica – cuja informação é considerada elemento de sobrevivência dos profissionais “[...] que atuam nas trincheiras da saúde, e também como garantia de melhor qualidade de vida¹ para a população brasileira.” (MEDEIROS, 2002, p. 119). Essa Área, cabe lembrar, não se desenvolve, ou sequer sobrevive, sem o acesso rápido às informações relevantes, precisas e atualizadas, sejam elas disponibilizadas em meio escrito/impresso ou eletrônico. Nesse contexto, deve-se garantir o acesso rápido a informações selecionadas que atuem como o diferencial na prevenção e tratamento de doenças, urgências, emergências, investigação de patologias, medicamentos, entre outros.

Ao ressaltarem a necessidade de uma parceria entre os profissionais da Saúde e os da Ciência da Informação, Mota e Babêto (2004, p. 1061) argumentam que a Ciência da Informação possui uma abordagem das questões e problemas relacionados ao fluxo da informação que pode contribuir sobremaneira para o bom andamento das atividades na área da Saúde. Os autores citados complementam a proposição afirmando que

A interdisciplinaridade entre estas duas áreas pode ser considerada como um grande avanço [também] para a resolução dos problemas que surgem em decorrência do não gerenciamento correto dos fluxos informacionais oriundos da inserção das tecnologias da informática no âmbito da saúde. (MOTA; BABÊTO, 2004, p. 1064).

De uma perspectiva mais específica, enfoca-se no estudo em tela a Saúde Coletiva, campo que se constitui pela diversificada gama de assuntos e formação acadêmica de seus estudiosos e que, portanto, requer esforços expressivos para representar e organizar adequadamente a informação que produz. Conforme apresentam Matumoto, Mishima e Pinto (2001, p. 234), o campo da saúde coletiva “[...] vem sendo marcado por imprecisões, pela multiplicidade de

¹ “Qualidade de vida, utilizada em sua acepção ampla, que privilegia o sentido da dignidade do ser humano como ponto básico para resgatar e reavaliar o conceito de progresso e de modernidade, no qual saúde é condição *sine qua non*.” (MEDEIROS, 2002, p. 126).

possibilidades de definição, apresentando como traço fundamental o fato de estar em constituição, como conhecimento e prática, na sociedade brasileira.” É composto por uma variedade de temas e bases teóricas e metodológicas, o que reflete seu amplo universo de atuação, o qual, por conseguinte, contribui para que sua produção científica também esteja dispersa em outras áreas do conhecimento.

No que tange à conceituação de Saúde Coletiva, observa-se que o campo está em construção, delineando-se e se delimitando, principalmente no que respeita à Saúde Pública. Por vezes, a Saúde Coletiva é caracterizada como sinônimo de Saúde Pública, outras vezes como área correlata, subárea, disciplina, campo ou mesmo como categoria da Saúde. Com o intuito de melhor identificar o objeto de estudo, essa questão será abordada no referencial teórico, entretanto sem a finalidade de esgotar o assunto, as possibilidades de fronteiras entre os campos.

De acordo com a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), a relação entre Saúde Pública e Saúde Coletiva ocorre da seguinte forma:

Saúde pública diz respeito ao diagnóstico e tratamento de doenças, e a tentativa de assegurar que o indivíduo tenha, dentro da comunidade, um padrão de vida que lhe assegure a manutenção da saúde. Já o conceito de saúde coletiva surgiu para designar os novos conteúdos e projeções da disciplina que resultou do movimento sanitarista latino-americano e da corrente da reforma sanitária no Brasil. (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA, 2014).

Reportando-se à sua constituição, Barros (2006, p. 44) ressalta a aproximação da Saúde Coletiva com “[...] outras áreas do conhecimento, como Engenharia, Genética, Farmácia, Química, Arquitetura e Economia.” Entende-se que a Saúde Coletiva recebe, desde sua instituição, a contribuição de outras áreas, internas e externas à Saúde, que vem colaborando para a sua formação e desenvolvimento. Nesse contexto, vale ressaltar a declaração de Nunes (2006, p. 305, grifo do autor), na qual afirma:

[...] a imagem que associo ao entendimento do campo é a de **mosaico** – conjunto formado por partes separadas, que se aproximam quando a compreensão dos problemas ou a proposta de práticas se situam além dos limites de cada “campo disciplinar”, exigindo arranjos interdisciplinares.

Ao visualizar um diálogo do campo da Saúde Coletiva com outras áreas, pode-se constatar sua interdisciplinaridade, assim como observa-se presente também sua multidisciplinaridade, uma vez que outras áreas contribuem para a sua formação. Com efeito, nota-se que a expressiva abrangência de temas que a compõem justifica a necessidade de identificar os estudos publicados na atualidade, os temas mais discutidos e emergentes como um convite à dedicação dos pesquisadores interessados nas temáticas relacionadas à Saúde Coletiva, entre outros aspectos, com o propósito de organizar esse valioso repertório informacional. Em consonância com essa linha de raciocínio, surge a questão que norteará o estudo que se apresenta: Como estão representados os assuntos em Saúde Coletiva?

Com o intuito de responder ao questionamento, tem-se como objetivo geral do estudo em tela investigar como se dá a representação do conteúdo informacional no âmbito da Saúde Coletiva. Mais especificamente pretende: a) identificar os assuntos mais abordados nas publicações científicas em Saúde Coletiva por meio da análise das palavras-chave dos artigos de periódicos; b) caracterizar a formação acadêmica dos autores desses artigos.

O mapeamento da produção científica em Saúde Coletiva, por intermédio das palavras-chave atribuídas, se justifica pela possibilidade de identificar o perfil da área por meio dos temas e tendências em relação aos quais os pesquisadores têm publicado. Nessa perspectiva, Le Coadic (2004, p. 65) afirma que “Os esquemas de associação de palavras-chave permitem, pois, revelar as tendências da pesquisa e os principais focos de interesse dos cientistas.” Dessa forma, apresentam-se como uma maneira apropriada de atingir parte dos objetivos propostos.

As palavras-chave, que, na maioria das vezes, são atribuídas pelos autores dos artigos, representam sinteticamente os assuntos abordados nos textos e têm a função de servir como um dos pontos de acesso do documento que usuários irão adotar nas buscas bibliográficas (FUJITA, 2004). Tal fato demonstra a importância do ato de atribuir palavras-chave aos artigos, assim como o quanto é relevante o estudo acerca desse tema para a Ciência da Informação.

No que tange a caracterização da área de origem dos autores, considera-se que a formação acadêmica é o estágio de capacitação que melhor representa essa diversidade, visto que, em níveis mais elevados, como mestrado e

doutorado, é bem possível que os indivíduos os tenham desenvolvido em áreas de relacionamento mais estreito com a Saúde.

De modo sumário, acredita-se que a análise dos questionamentos expostos neste trabalho possibilitará o aprofundamento do conhecimento acerca da representação da informação em publicações científicas e, assim, contribuir com a Ciência da Informação, além de suscitar reflexões acerca dos assuntos mais estudados no âmbito da Saúde Coletiva, entre outros aspectos.

Cabe salientar que este estudo está inserido na linha de pesquisa “Organização e representação da informação e do conhecimento” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL) e faz parte do projeto de pesquisa “A organização da informação no âmbito da saúde”, financiado com recursos do CNPq.

Em relação à estrutura da Dissertação, o primeiro item busca contextualizar o leitor ao tema e apresentar sua problematização, objetivos e justificativas. O segundo, terceiro e quarto itens compõem o referencial teórico, apresentando concepções de autores nacionais e internacionais acerca dos temas em pauta. No quinto item são descritos os procedimentos metodológicos empregados, seguido do sexto item, que apresenta as análises e os resultados obtidos. Por fim, apresenta-se a listagem das obras consultadas.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Independentemente do nível de importância ou complexidade, toda a ação que se executa depende de informação. Embora o termo possa ser ambíguo e sujeito a muitas discussões conceituais (CAPURRO; HJORLAND, 2007), é consenso que a informação é um elemento vital para o desenvolvimento.

Conforme Kobashi e Tálamo (2003, p. 9), “A informação, como o alimento, é um bem. Do mesmo modo que a carência de alimento provoca a fome, a carência da informação provoca a ausência do conhecimento.” As autoras complementam que a informação é um bem simbólico que não se esgota, o oposto dos bens materiais. Cabe ressaltar que carência nesse contexto não é necessariamente a falta, a escassez, mas sim a necessidade de conhecer mais e melhor. Quanto maior o nível de conhecimento do indivíduo, maior deve ser a carga de informações inéditas no texto, de maneira que sua informatividade de fato contribua para aumentar o conhecimento. Dependendo do contexto, uma informação muito simples pode tornar-se banal, e uma muito complexa pode se tornar incompreensível; em ambos os casos não agregará valor algum.

A produção e apropriação da informação como insumo para a construção do conhecimento não são apenas necessários, são inevitáveis. Tal fato fica evidente na quantidade excessiva de informação que é produzida formal ou informalmente, o que engloba informações científicas, administrativas, estratégicas, tecnológicas, sociais ou mesmo as informações geradas e veiculadas pela população em geral por meio do auxílio das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Nas palavras de Cintra et al. (2002, p. 21),

O desenvolvimento científico e tecnológico tem proporcionado à sociedade uma massa enorme de informações geradoras de conhecimentos, portanto de documentos, que precisam ser tratados adequadamente para que haja não só a sua divulgação, como também a criação de novos conhecimentos, cumprindo assim a rotina natural da própria ciência.

Em uma tentativa de visualizar esse contexto de expressiva produção da informação, Wersig (1993, tradução nossa) esclarece que o volume de conhecimento disponível é uma das razões pelas quais o universo do

conhecimento está desmoronando, tornando impossível para alguém o acumular integralmente. Desvela-se o outro lado do cenário: como recuperar – em tempo hábil – a informação de que se necessita? Como identificar, diante da avalanche informacional que é oferecida por meio do expressivo volume de livros, periódicos, anais de eventos, *sites*, bases de dados (entre outros), os documentos cujos assuntos são relevantes a determinado estudo ou pesquisa?

Uma das possibilidades de resposta a esses questionamentos, talvez a mais importante, diz respeito aos procedimentos característicos da Ciência da Informação, que, conforme esclarece Novellino (1996, p. 37), volta-se para “[...] o estudo de fenômenos subjacentes à produção, circulação e uso da informação [...]”, que, por sua vez, tem como finalidade “[...] possibilitar a criação de instrumentos e o estabelecimento de metodologias que viabilizem a transferência de informações.”

A Ciência da Informação teve seu início marcado pela valorização estratégica da informação científica e tecnológica, cujo impacto foi tão acentuado que atraiu inclusive a atenção governamental (LE COADIC, 2004). A modernização da imprensa, o crescimento industrial e o aumento do incentivo a pesquisas, entre outros fatos ocorridos principalmente nos anos 1950 e 1960, foram alguns dos fatores que propiciaram que a informação atingisse um significativo patamar de importância. Nesse cenário, potencializou-se o investimento em pesquisas para o desenvolvimento de produtos e serviços, e, por conseguinte, a informação passou a ter valor tático e de mercado e, conseqüentemente, mais destaque do que a documentação, modificando estruturas, influenciando culturas. Devido às novas transformações e tendências, “[...] o American Documentation Institute (ADI), criado em 1937, tornava-se em 1968 a American Society for Information Science (ASIS).” (BUCKLAND; LIU, 1995, p. 385, tradução nossa), deixando de ser então um instituto de documentação para tornar-se uma sociedade voltada para a Ciência da Informação.

A mudança na nomenclatura da instituição não foi apenas um ato de modernismo, ela representou um marco nos estudos científicos acerca da informação, da necessidade de estabelecer uma ciência preocupada especificamente com o tratamento da informação – desde sua produção até o seu consumo. Esse novo comportamento veio de encontro com o que ocorria até então, haja vista que enfatizava-se apenas a posse do documento ou os seus dados de referência, sem se preocupar necessariamente com informação que ele continha; a

análise do conteúdo do documento tornou-se essencial, com vistas à identificação, descrição e representação de seu conteúdo para fins de guarda e recuperação.

Percebe-se que a conduta da então ASIS abalou os alicerces culturais e a tradição seguida até então, alterando o foco do tratamento da informação e, por conseguinte, o perfil profissiográfico dos especialistas na Área. Em decorrência, Borko (1968, p. 3, tradução nossa) declarou que “[...] muitos de nós fomos forçados a tentar explicar aos amigos e colegas o que é ciência da informação, o que os cientistas da informação fazem, e como tudo isso se relaciona com a biblioteconomia e documentação.” Para o autor, a mudança causou certo desconforto entre os pesquisadores, e alguns até se sentiram um pouco à margem dos propósitos científicos da Área. Até então não era habitual pensar a informação como objeto de pesquisa, um produto ou bem de valor e, por conseguinte, não era até então habitual pensar em uma área, profissional ou pesquisador que tivesse como preocupação central de suas atividades a informação em si, e não o documento ao qual ela poderia estar vinculada.

Borko (1968, p. 3, tradução nossa) apresenta uma das primeiras definições de Ciência da Informação de que se tem registro. Seu enunciado, que tem sido adotado por muitos autores, sustenta que

Ciência da informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação, e os meios de processamento da informação para a otimização da acessibilidade e usabilidade. A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

Observa-se que todos esses aspectos estudados pela Ciência da Informação são relevantes (origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização), estão correlacionados e são interdependentes. O caminho que a informação percorre antes de atingir seu objetivo final – o de informar – constitui-se de uma sequência de procedimentos que, por sua vez, dependem da ação de pessoas, instrumentos e recursos tecnológicos.

A Ciência da Informação é uma área interdisciplinar, pois, conforme afirma Le Coadic (2004, p. 20), “Os problemas de que trata cruzam as fronteiras

históricas das disciplinas tradicionais, e o recurso a várias disciplinas parece ser evidente. Essa colaboração chama-se interdisciplinaridade.”

A interdisciplinaridade da área se deu pela diversidade de profissionais e disciplinas que contribuíram para sua formação. Na visão de Saracevic (1996), as principais relações interdisciplinares da Ciência da Informação se deram com os campos da Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva (incluindo Inteligência Artificial – AI) e Comunicação. Para Le Coadic (2004), essas relações se dão principalmente com a psicologia, Linguística, Sociologia, Informática Matemática, Lógica, Estatística, Eletrônica, Economia, Direito, Filosofia, Política e Telecomunicações.

Considerando que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação por vezes aparecem no mesmo discurso, vale ressaltar que, para Saracevic (1996) e Freire (2002), a Biblioteconomia é um campo, enquanto, para Le Coadic (2004), trata-se de uma prática de organização. Porém, no presente trabalho adota-se a ideia de Araujo, Marques e Vanz (2011), que entendem a Biblioteconomia como uma das áreas que compõem a Ciência da Informação, juntamente com Arquivologia e Museologia.

Retornando à questão da interdisciplinaridade, além da contribuição teórico-metodológica que recebe de outras áreas do conhecimento, a Ciência da Informação também atua nessas áreas por intermédio das técnicas e ferramentas que desenvolve para o tratamento e disseminação da informação que produzem. Desse modo, a Ciência da Informação oferece contribuição à organização do universo documental produzido pelas outras áreas do conhecimento, em virtude de seus instrumentos, métodos e técnicas de análise, colaborando com a guarda, proteção e disponibilização da informação.

O registro dessas informações é o documento, que tem a função de materializar e comunicar a informação (CINTRA et al., 2002; FROHMANN, 2008). É por meio do documento que a informação se torna explícita e tangível, caso contrário está vulnerável a mudanças conceituais, estruturais e ao esquecimento. Registrar a informação é uma maneira de perpetuá-la conservando suas características iniciais, além de possibilitar que seja transmitida a outros interessados no tempo e espaço. Considerando que as TICs permitem o acesso instantâneo a publicações no meio eletrônico, vale lembrar que materializar a informação não se trata necessariamente de torná-la física, palpável, como os

documentos impressos. A materialização, nesse contexto, é o registro da informação, que pode estar no formato impresso ou digital, e apresentar-se como imagens, textos, áudios, vídeos, microfimes etc. Qualquer tipo de registro da informação é uma maneira de torná-la um documento tangível, seja no formato real ou virtual.

Toda informação acumulada, em especial a de conteúdo científico, evidencia a necessidade de estar organizada, de modo que possibilite ao usuário o acesso apenas à informação desejada, visto que é impossível para o ser humano acompanhar e absorver esse volume informacional (PANDO; GUIMARÃES, 2006; CINTRA et al., 2002).

Importantes bibliotecas virtuais, de acesso aberto ou mediante pagamento de assinatura, que disponibilizam milhares de publicações científicas nacionais e internacionais, e que servem como apoio fundamental para o desenvolvimento de pesquisas nos setores acadêmico, produtivo e governamental, tais como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), servem como exemplos para visualizar a reunião maciça de informação científica de todas as áreas do conhecimento, de todos os assuntos e enfoques possíveis de serem pesquisados. É impossível imaginar uma biblioteca virtual dessa grandeza sem a devida organização dos documentos que a compõem, sem a análise e representação adequada de seu conteúdo, para que em uma estratégia de busca seja possível retornar uma quantidade de textos humanamente possível de ser analisada. Nota-se que apenas a ordenação alfabética dos títulos e/ou autores em nada contribuiria para se realizar uma pesquisa temática.

Assim sendo, ressalta-se a necessidade de procedimentos de organização para a disseminação e recuperação da informação, de forma que “[...] uma pessoa pode conseguir informações parciais em níveis satisfatórios, graças aos meios desenvolvidos para guarda e recuperação da informação.” (CINTRA et al., 2002, p. 24). Nessa direção, a representação da informação, assunto que será abordado posteriormente, constitui-se em um conjunto de procedimentos para a análise e representação do documento, do qual visa extrair elementos que o identifiquem e individualizem em meio a uma massa documental. Cada documento pode apresentar características que, ao serem analisadas na perspectiva de um

especialista, são convertidas em termos e símbolos que servem como uma etiqueta de identificação.

Complementando, Lunardelli e Galembeck (2012, p. 177) salientam que, “Na perspectiva da Ciência da Informação, o tratamento da informação pode ser definido como a ação que possibilita a descrição, a representação da informação, do documento.” Em outras palavras, diz respeito à organização da informação, à tradução do conteúdo dos documentos de forma a produzir informação sobre a informação.

2.1 A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Em tempos de volume informacional desmedido, evidencia-se a necessidade de abordar o que é a organização da informação, qual sua função e quais são os seus objetivos. Entender o significado e a importância de organizar faz parte do processo de desenvolver novos instrumentos e novos procedimentos que auxiliem nessa tarefa.

De maneira geral, a organização é uma característica necessária ao desenvolvimento do ser humano. Conforme afirmam Café e Sales (2010), a organização para o indivíduo é uma forma de compreender o mundo e de se comunicar melhor. Os autores acrescentam que a organização nas ações cotidianas tem a função de agilizar a localização de itens para economizar tempo. O mesmo acontece com os documentos, pois, de acordo com os autores (2010, p. 117), “Organizamos um acervo para compreendê-lo melhor e assim poderemos recuperar objetos informacionais², isto é, informações registradas nos mais variados suportes (textos, imagens, registros sonoros, representações cartográficas e páginas web).” Um acervo tem características próprias, normas e padrões internos que visam adequar a identificação dos documentos ao público ao qual estão destinados. Dessa forma, ao organizar um acervo, compreende-se como estão sistematizados seus documentos e de que forma podem ser recuperados com maior facilidade, o que certamente proporciona maior agilidade aos processos de busca, recuperação da informação e satisfação do usuário. Este último é um quesito muito importante para qualquer biblioteca, base de dados ou centro de informação, principalmente no que tange aos

² No trabalho em tela, a expressão “objetos informacionais” é empregada como sinônimo de documentos, quer dizer, todo tipo de informação registrada.

serviços de busca e recuperação da informação, com destaque para os que atendem seus usuários mediante o pagamento de taxas e/ou assinaturas.

Café e Sales (2010) lembram que, assim como os documentos podem estar nos mais diversos formatos, o acervo também pode ter características diferenciadas em relação ao convencional. Em um primeiro momento, ao pensar em acervo, visualiza-se imediatamente uma biblioteca física, com estantes, livros, revistas, CDs e outros tipos de materiais físicos. Porém, as TICs possibilitam o acesso *on-line* a diversos tipos de acervos que, assim como os acervos físicos, podem ser bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental, entre outros.

Retornando ao ponto da organização da informação, Guimarães (2009, p. 106) a entende como sendo “[...] um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado.” Na perspectiva desse autor, registrar o conhecimento é socializar a informação, torná-la disponível e acessível para outros indivíduos, contribuindo para a construção do conhecimento individual.

Para Brascher e Café (2008, p. 5), “A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais.” Entende-se, nesse aspecto, que todos os elementos do documento devem ser detectados, analisados e registrados, segundo critérios pré-estabelecidos.

Conforme apresentam Chowdhury e Chowdhury (2007, p. 3), citados por Café e Sales (2010, p. 117), “Por meio da organização geramos uma ordem de itens, ou arranjamos itens em um sistema de forma que possamos encontrá-los e recuperá-los como e quando necessitarmos sem grande dificuldade.” A organização da informação viabiliza que um documento seja descrito, identificado, individualizado, organizado sistematicamente em uma coleção. É possível também agrupá-lo com outros documentos similares, tais como em relação ao assunto, autoria, tipo (livro, dicionário, periódico, mapa), procedência geográfica, tipo de aquisição, cronologia e uma série de outras possibilidades.

No âmbito da Ciência da Informação, conforme afirmam Brascher e Café (2008, p. 5, grifo das autoras), o processo de organização da informação tem como produto “[...] a **representação da informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.”

Representar, na perspectiva de Peirce (2008, p. 61), é “Estar em lugar de, isto é, estar numa tal relação com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse esse outro.” O autor exemplifica situações de representação nas quais o representante se porta como sendo de fato o representado, assumindo a sua posição diante de uma situação, tais como um advogado [em defesa de seu cliente], um sintoma [indicando uma doença], e num sentido que se associa perfeitamente com a abordagem ora exposta, uma descrição [resumos, resenhas] ou um conceito [descritores, palavras-chave].

Trazendo a perspectiva de representação peirceana para o contexto da Ciência da Informação, pode-se acrescentar que representar a informação é converter o documento completo em elementos ou um conjunto de elementos (autor, título, resumos, palavras-chave, descritores) equivalentes, que sintetizam seu conteúdo sem que haja perda da capacidade de informar ao leitor qual é o assunto em debate.

Nessa direção, para Novellino (1998, p. 137), a “Representação da informação é a substituição de uma entidade linguística longa e complexa – o texto de um documento – por sua descrição abreviada. Sua função é demonstrar a essência do documento”, pois possibilita conhecer brevemente o seu conteúdo, apresenta uma visão geral do texto e auxilia no julgamento pela seleção ou não do material. Os detalhes, esclarecimentos, fontes e aprofundamento do debate são conhecidos com a leitura integral do texto.

Dessa maneira, é importante salientar que a representação da informação tem papel fundamental na organização, mas deve ser feita respeitando as características do documento original, como ressaltam Lunardelli e Galembeck (2012). Os recursos utilizados para a representação da informação devem possibilitar o acesso, de forma rápida e de qualidade, a uma *reapresentação* condensada do documento, facilitando sua localização e apropriação.

O tipo de representação é definido pelo enfoque dado. A representação descritiva diz respeito aos aspectos extrínsecos do documento, e a representação temática tem como objetivo a identificação do seu conteúdo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a representação descritiva é mais objetiva, engloba aspectos de identificação que são dados extraídos do documento e que, na maioria das vezes, estão efetivamente explícitos, tais como autor, título, editora. Os dados extraídos alimentam os catálogos de bibliotecas e centros de informação, e servem

para identificar quais documentos constituem o acervo. Por outro lado, a representação temática da informação é subjetiva, pois visa à descrição de conteúdo, ou seja, à caracterização do assunto do documento.

No entendimento de Bernardino et al. (2011, p. 1), “Representar tematicamente um documento significa estabelecer critérios que viabilizem a sua recuperação.” Nessa perspectiva, faz-se necessário um conhecimento razoável a respeito de classificação de assuntos para que o documento possa ser categorizado em uma área/subárea pertinente ao seu conteúdo e que o possibilite estar entre outros assuntos semelhantes.

A representação da informação se dá por intermédio da análise de assunto (também denominada análise documentária), que, por sua vez, na perspectiva de Gardin et al. (1987, tradução nossa), corresponde a um conjunto de procedimentos sistematicamente realizados com o intuito de representar o conteúdo dos documentos científicos, de modo a propiciar sua recuperação ou consulta.

Por meio dos procedimentos da análise documentária, é possível examinar criteriosamente o documento e, dessa forma, detectar elementos que poderão ser utilizados para sua descrição e identificação.

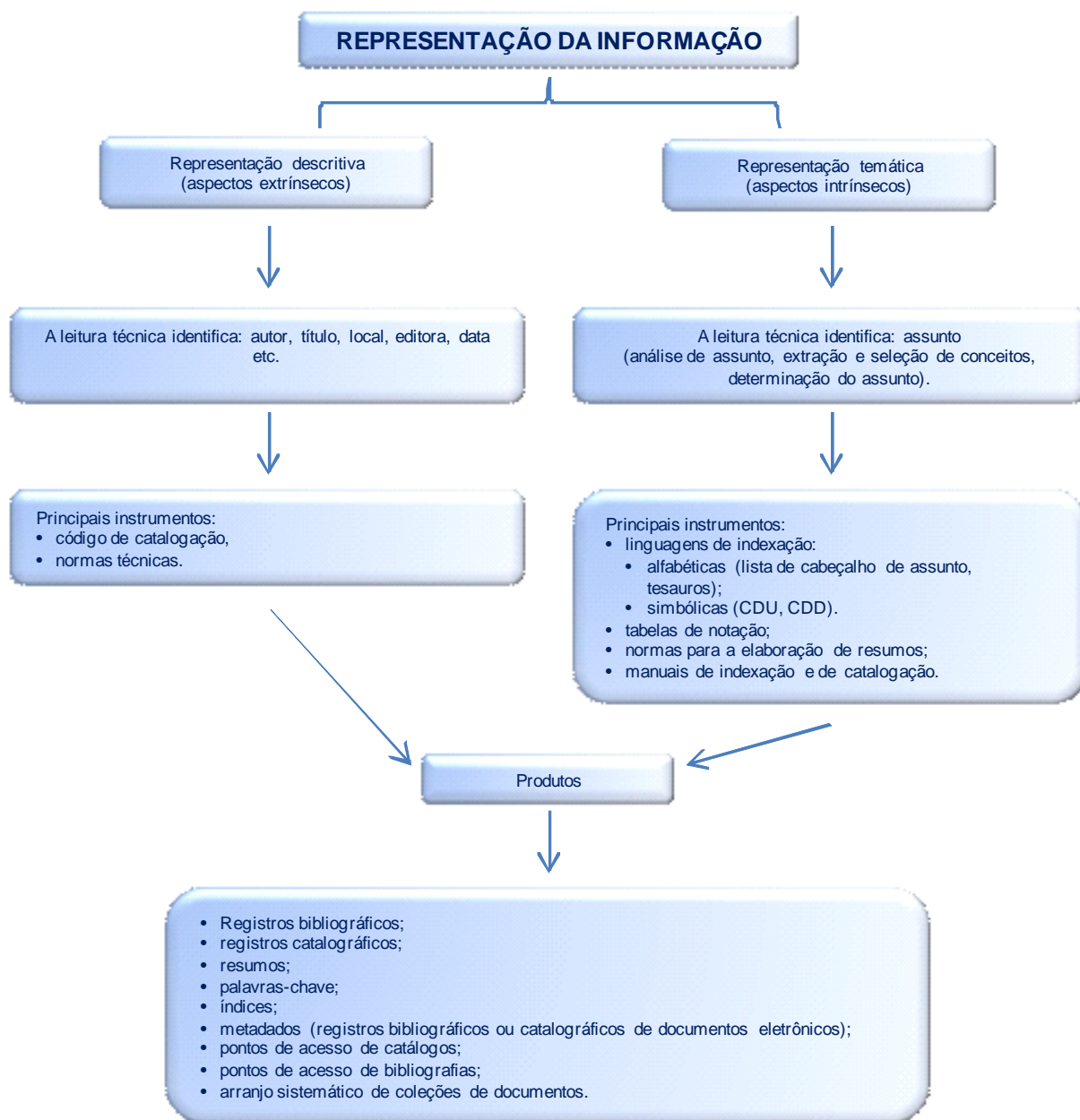
Guimarães (2003, p. 102, grifos do autor) destaca dois enfoques distintos no trabalho de análise documentária: a forma (análise formal) e o conteúdo (análise de conteúdo):

- a) *análise formal*, relativa ao processo de descrição bibliográfica (catalogação) com o objetivo de criar registros bibliográficos. Trata-se, pois, da análise de representação dos aspectos extrínsecos do documento para fins de identificação e de localização;
- b) *análise de conteúdo*, relacionada aos processos de condensação e de representação por meio de linguagens documentárias, com o objetivo específico de produzir resumos e índices de assunto. Tem-se, pois, a análise e descrição dos aspectos intrínsecos do documento, ligados ao seu conteúdo temático, razão pela qual também denomina-se tratamento temático da informação.

A análise documentária, para o autor acima mencionado, “Consiste de um conjunto de procedimentos de natureza analítico-sintética, envolvendo os processos de análise do conteúdo temático dos documentos e sua síntese [...]”. (2003, p. 103).

Pode-se observar, na figura a seguir, um esquema das etapas que compõe esse processo, assim como alguns instrumentos necessários para tal, e seus produtos.

Figura 1 – Representação descritiva e temática da informação – procedimentos básicos



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Cintra et al. (2002) e Guimarães (2003).

Conforme pode ser visualizado na Figura 1, inicialmente faz-se a leitura técnica do documento por meio de três etapas: análise de assunto, extração e seleção de conceitos, e determinação do assunto.

É sabido que se torna inviável fazer a leitura integral do documento para fins de análise documentária, pois, dessa maneira, o processo poderia demorar dias ou meses, dependendo da quantidade de texto e da agilidade do leitor. Nesse sentido, conforme Guimarães (2003), na primeira etapa, denominada pelo autor de etapa analítica, inicialmente faz-se uma leitura de imersão na estrutura do documento, a leitura técnica. Dessa forma, é possível examinar partes de maior conteúdo temático do documento, das quais pode-se destacar o título, subtítulo, sumário, resumo, prefácio, apresentação e introdução. Considera-se que a leitura dessas partes possibilita a extração de conceitos que viabilizarão a análise para identificar o assunto do documento.

Na segunda etapa, a qual Guimarães (2003) denomina etapa sintética, dá-se a seleção de conceitos que culminarão na condensação documentária (resumos) ou na representação documentária (índices, palavras-chave etc.).

Portanto, a seleção do assunto se dá por intermédio dos conceitos extraídos do documento, os quais, após adequação aos instrumentos de controle de vocabulário, resultam em produtos da análise, que são os resumos, índices, número de classificação bibliográfica e palavras-chave.

A propósito do trabalho mental realizado pelo profissional da informação na leitura técnica, para Tonello, Lunardelli e Almeida Júnior (2012, p. 31) é “[...] de considerável complexidade e responsabilidade. Cabe a ele, além de conhecer razoavelmente bem o assunto, identificar ‘os caminhos’ que serão percorridos pelos usuários no que diz respeito às suas buscas, assuntos e palavras empregadas.” De fato, além de considerar as características do acervo ao qual o documento será incorporado, o profissional também deve se antecipar às necessidades de seu usuário e, sempre que possível, representar o documento utilizando termos que atendam ao seu perfil.

A disseminação e recuperação da informação são de extrema importância para o cidadão e para a sociedade (científica ou não), sendo que se concretizam apenas quando existe uma representação eficiente, considerada parte constituinte das premissas que sustentam a organização da informação como subárea da Ciência da Informação.

De acordo com o que foi exposto, entende-se que a representação da informação se dá por intermédio de análise e síntese do documento original. Sendo realizada de forma adequada, possibilita a recuperação de documentos com

mais agilidade e eficiência, em menor tempo e esforço. Conforme afirma Marcondes (2001, p. 66), “O valor da representação consiste no fato de que ela pode economizar energia para o usuário [...]”.

Nessa perspectiva, é propósito do estudo em pauta a representação temática da informação denominada palavra-chave, que deve apresentar de forma profícua elementos do conteúdo do documento com termos carregados de significado.

A representação da informação é uma forma de comunicar ao leitor qual o conteúdo do documento. Nesse sentido, conforme afirma Novellino (1998, p. 138), “A ação de transferência da informação depende de linguagens formalizadas que facilitem a comunicação entre produtores, organizadores e usuários da informação.” Em suma, a linguagem torna-se um elemento de significativa importância nesse processo, e deve ser empregada de forma compreensível para ambas as partes.

2.1.1 Linguagens de Representação da Informação

A linguagem, no sentido amplo do termo, é a forma de expressão humana acerca de suas sensações, expectativas, opinião, enfim, toda a sua manifestação, seja voluntária ou involuntária, explícita ou implícita. De acordo com Cintra et al. (2002, p. 26), “[...] todas as práticas humanas são tipos de linguagens, já que elas têm a função de demarcar, significar e comunicar.” Para as autoras, a linguagem é um elemento indispensável para organizar, estruturar e compreender a comunicação, sem a qual seria impossível constituir sociedades.

Segundo Dahlberg (1978, p. 101, grifo da autora), “Podemos então dizer que a *linguagem constitui a capacidade do homem designar os objetos que o circundam assim como de comunicar-se com os seus semelhantes.*” Nesse contexto, considerando que comunicar é o mesmo que trocar informações, a linguagem apresenta-se como um elemento responsável pela compreensão da mensagem contida na representação da informação. Em outras palavras, é por meio da linguagem que torna-se possível codificar o conteúdo de um documento em poucos termos para fins de registro e, posteriormente, recuperá-lo em uma busca.

Para Cintra (1983, p. 7), “A linguagem é, pois, um sistema, uma organização relacional, onde cada elemento existe, na medida mesma em que se

relaciona a outro ou a outros do mesmo conjunto.” Dessa forma, é possível entender o quão significativa é a linguagem para se expressar, comunicar, compreender, estabelecer relacionamentos e, conseqüentemente, conhecer e produzir conhecimento.

A linguagem pode ser expressa de forma verbal e não verbal. Manifesta-se pela fala, escrita, pintura, escultura, gestos, e todo o comportamento humano pode ser analisado e interpretado pela linguagem oral e corporal. Dahlberg (1978, p. 101, grifo da autora) considera que “As linguagens utilizadas nas necessidades da vida diária denominam-se *linguagens naturais*.”

Conforme Moreiro Gonzalez (2004, p. 143, tradução nossa), a linguagem natural é livre, é a linguagem pessoal do indivíduo, a linguagem coloquial, empregada diariamente em “[...] qualquer parte do território por onde se estende seu uso e por quantas pessoas pertencerem ao grupo linguístico que se fala.” Uma das características elencadas pelos autores é sua subjetividade, pois uma palavra pode significar várias ideias simultaneamente (homonímia e polissemia) ou, de forma inversa, várias expressões diferentes podem culminar em um mesmo significado (paráfrase e sinonímia). Muitas vezes, o significado dos termos pode ser entendido somente observando o seu contexto, não sendo possível interpretá-los isoladamente. Além disso, os autores também ressaltam que existem palavras cujos conceitos são implícitos, ou seja, não apresentam claramente seu significado.

Pode-se acrescentar que a linguagem natural não se limita às regras de uma língua, como as gramaticais e ortográficas, tem formato adaptado ao contexto ao qual está inserida. Ainda que estejam em um mesmo país e falando a mesma língua, executivos, feirantes, médicos, bibliotecários, interioranos e qualquer outro grupo ou classe de indivíduos podem utilizar diferentes termos para se comunicar.

Lopes (2002, p. 42) afirma que “A linguagem natural (LN) pode ser definida como a linguagem do discurso técnico-científico [...]”. O autor de um texto o elabora em linguagem natural, porém de maneira formal, utilizando regras gramaticais e ortográficas da língua nativa, além de termos específicos de sua área de origem, pois está dirigindo seu discurso a uma comunidade científica.

Em bases de dados é possível utilizar a linguagem natural para representar a informação contida nos documentos. Autor, título e resumo são campos que devem ser necessariamente registrados e indexados em sua forma

original. Em relação às palavras-chave, é possível indexá-las³ em linguagem natural, que significa extrair os termos do texto na forma em que o autor os escreveu, ou utilizando as linguagens documentárias, que são consideradas uma forma de codificar o documento original em termos padronizados, com o objetivo de resolver problemas semânticos, permitir a identificação de relações gênero-espécie e mapear áreas do conhecimento (ROWLEY, 2002).

Na visão de Moreiro González (2004), a linguagem documentária (a qual denomina como linguagem científica ou linguagem terminológica) tem seu uso restrito a um grupo de membros de uma área do conhecimento. Utiliza terminologia específica e tende a fazer distinção dos termos, de forma que cada um deles possua um conceito individual, evitando, assim, a duplicidade de significados.

A linguagem documentária permite a comunicação entre profissionais da informação, sistemas de informação e usuários (NOVELLINO, 1996; LARA, 2004; CERVANTES; FUJITA, 2012). Uma vez que ambos estiverem utilizando as mesmas fontes para escolher os termos, haverá uma melhor relação entre autor, sistema de informação e usuário. Embora um sistema de informação possa atender a usuários de diversos países, com culturas e características diferentes, a exemplo das bases de dados internacionais, a linguagem documentária possibilita a conexão entre as partes, de forma que ambos possam escolher os mesmos termos, com os significados equivalentes.

2.1.2 Palavra-Chave

Dentre as formas de representação da informação, a palavra-chave é a que apresenta o documento de maneira mais condensada, pois empenha-se em resumir o seu conteúdo em poucos termos.

Segundo Hartley e Kostoff (2003), o registro mais antigo do uso de palavras-chave foi encontrado no *Journal of Applied Behavior Analysis*, em 1975, mas é possível que elas já estivessem sendo utilizadas por outros periódicos anteriores a essa data. A princípio, o periódico utilizava o termo “*descriptors*”, e com o passar do tempo passou a empregar o termo “*keywords*”.

³ Conforme Robredo (2005, p. 165), “[...] a indexação consiste em indicar o conteúdo temático de uma unidade de informação, mediante a atribuição de um ou mais termos (ou códigos) ao documento, de forma a caracterizá-lo de forma unívoca”.

Interessante observar que o periódico supramencionado é oriundo da área de Saúde, a qual, por ser antiga e de tradição, muitas vezes desponta na concretização de procedimentos desenvolvidos pela Ciência da Informação.

Apesar de sua relevância, importa salientar que não há uma norma técnica específica para direcionar quais são os procedimentos e critérios a serem seguidos na atribuição das palavras-chave.

De acordo com Gil-Leiva e Alonso-Arroyo (2005), as palavras-chave são palavras ou frases que proporcionam informação temática ou técnica dos documentos. Nessa direção, Fujita (2004, p. 258) afirma que “A palavra-chave é uma representação do conteúdo significativo do texto e também é utilizada para representar uma necessidade de informação na estratégia de busca.” Para Hartley e Kostoff (2003), as palavras-chave indicam os principais conceitos e domínios de interesse de um artigo e, portanto – juntamente com o resumo, nome do autor e título –, são indispensáveis no auxílio à recuperação da informação eletrônica em qualquer banco de dados respeitável.

No contexto dos artigos de periódicos científicos, na maioria das vezes, as palavras-chave estão localizadas nas páginas prefaciais e têm como objetivo apresentar, em um primeiro olhar do leitor e em poucas palavras, os temas mais abordados no documento.

Ao submeter um artigo para a apreciação em um periódico e/ou evento, o autor preenche os metadados⁴ *on-line*, inserindo nos respectivos campos o autor, título, resumo e palavras-chave. A partir desse formulário, o editor do periódico/evento já possui um primeiro registro do artigo e uma primeira possibilidade de indexá-lo.

Em linhas gerais, as palavras-chave são atribuídas pelos próprios autores dos artigos, muitas vezes em linguagem natural. É recorrente no meio científico a concepção de que o autor é quem melhor conhece o conteúdo de seu trabalho e que, portanto, é quem melhor sabe a respeito do assunto que escreveu (HARTLEY; KOSTOFF, 2003; DIAS, 2004; FUJITA, 2004; BORBA; VAN DER LAAN; CHINI, 2012). No entanto, também é consenso que os autores, na maioria das vezes, não têm a habilidade necessária para transformar os termos, que foram escolhidos

⁴ Conforme Alvarenga (2001), “[...] verifica-se que metadado, etimologicamente, quer dizer ‘dado sobre dado’; dado que descreve a essência, atributos e contexto de emergência de um recurso (documento, fonte, etc.) e caracteriza suas relações, visando-se seu acesso e uso potencial”.

inicialmente em linguagem natural, em termos controlados que possam representar as necessidades dos usuários no momento da busca.

Nesse sentido, Hartley e Kostoff (2003) afirmam que a livre escolha de palavras-chave pelos autores pode gerar um crescimento desordenado dos termos utilizados por um periódico. Ademais, se não houver um parâmetro para a escolha dos termos, fica mais difícil fazer uma possível projeção acerca daqueles que possam ter mais representatividade para a busca e recuperação do documento. Por conseguinte, Fujita (2004) aborda a necessidade de orientação aos autores na definição desses termos em seus artigos. É preciso ter em mente que a ideia geral do texto, o conceito, deve ser transcrito em palavras significativas para demonstrar o assunto. Em complemento, Borba, Van der Laan e Chini (2012) ressaltam que a falta de intervenção de um bibliotecário para transformar esses conceitos em palavras-chave (que estabeleçam efetivas relações de semelhança e contiguidade com o texto) prejudica o rigor dos termos escolhidos.

Nessa perspectiva, Hartley e Kostoff (2003) apresentam algumas vantagens e desvantagens do uso das palavras-chave:

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens do uso das palavras-chave

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Facilitam as pesquisas bibliográficas eletrônicas; • podem ser usadas pelos leitores para procurar artigos relevantes no índice; • os leitores e pesquisadores podem localizar artigos específicos dentro de sua área de interesse com mais rapidez e facilidade; • são úteis para serviços de indexação e resumos; • ajudam os editores a relacionar os trabalhos dos autores com a literatura mais ampla da disciplina; • podem ajudar os editores a preparar o índice no final de cada volume; • podem fornecer aos editores uma forma de acompanhar a cobertura de artigos do periódico, tanto no momento presente quanto ao longo do tempo; • podem ser úteis para a distribuição de tarefas aos revisores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Artigos relevantes podem ser perdidos se o autor não usar a palavra-chave corretamente. • se as palavras-chave não forem específicas ou gerais o suficiente, elas podem tanto ajudar quanto atrapalhar; • às vezes, os autores usam as palavras-chave para dar mais importância para os artigos do que justifica o conteúdo; • algumas vezes, as palavras-chave parecem inapropriadas (por exemplo, em periódicos de artes), nos quais o campo é muito diversificado e os autores podem estar falando sobre o seu trabalho de uma maneira pessoal, e/ou onde eles podem estar usando explicações enigmáticas; • às vezes, os autores se esquecem de incluir as palavras-chave, o que gera mais trabalho.

Fonte: Adaptado Hartley e Kostoff (2003, p. 435, tradução nossa).

Observa-se que a primeira coluna apresenta características positivas, que estão relacionadas com a utilidade e as facilidades que as palavras-chave proporcionam tanto para aqueles que editam os periódicos quanto para aqueles que os utilizam. As desvantagens, relacionadas na segunda coluna, remetem-se, na maioria das vezes, aos problemas decorrentes da atribuição de palavras-chave de forma incorreta ou inapropriada, e não necessariamente que o uso de palavras-chave é inconveniente.

Outro aspecto identificado diz respeito à não valorização da função das palavras-chave, pois, conforme trazem Hartley e Kostoff (2003, p. 435, tradução nossa), “Parece que atualmente os autores não estão muito preocupados com sua importância para a recuperação da informação.” Conforme argumentam os autores, não é constante a preocupação com a representatividade das palavras-chave e com o quanto elas podem ser utilizadas como um mecanismo que amplia a possibilidade de leitura e citação dos artigos.

Na perspectiva de Miguéis e Neves (2013, p. 117), as palavras-chave não são o mesmo que descritores. Enquanto aquelas são retiradas do repertório linguístico do autor do texto, estes são frutos de análise profissional para a escolha dos termos mais representativos, os quais são traduzidos em linguagem documentária.

Cabe evidenciar que a linguagem documentária, de acordo com Fujita (2004, p. 16), “[...] é um conjunto controlado de termos dotados de regras sintáticas e semânticas [...]”. De acordo com essas regras é possível reconhecer os termos mais adequados para representar determinados assuntos, eliminando equívocos. Observa-se, então, a importância das linguagens documentárias na transformação das palavras-chave em descritores, pois é por meio desses instrumentos que é possível identificar e eliminar problemas semânticos, de polissemia, de sinonímia, de hierarquia, adotar o termo preferido para representar o assunto. Nota-se que termo preferido é o termo indicado pela linguagem documentária para representar o assunto, de forma que não haja dúvida em virtude de seu significado em relação ao documento relacionado.

Nessa direção, Brandau, Monteiro e Braille (2005, p. viii) fazem a seguinte distinção entre palavra-chave e descritor:

A primeira não obedece a nenhuma estrutura, é aleatória e retirada de textos de linguagem livre. Para uma palavra-chave tornar-se um descritor ela tem que passar por um rígido controle de sinônimos, significado e importância na árvore de um determinado assunto. Já os descritores são organizados em estruturas hierárquicas, facilitando a pesquisa e a posterior recuperação do artigo.

Estudos de palavras-chave, segundo Gil-Leiva e Alonso-Arroyo (2007), têm abordado uma variedade de assuntos, tais como a eficiência da recuperação da informação, o uso por autores e editores, palavras-chave e síntese. Os autores ressaltam ainda a escassez de pesquisas a respeito de poder ou não utilizar as palavras-chave fornecidas pelos autores de artigos científicos na indexação profissional.

Ainda que seja um tema relevante, Miguéis e Neves (2013, p. 118) explicitam que,

[...] na revisão da literatura, identificaram-se poucos trabalhos que abordem a comparação das palavras-chave fornecidas por autores de artigos científicos com os descritores empregues pelos indexadores e o contributo que podem dar para a escolha dos termos de indexação.

Hartley e Kostoff (2003, p. 433, tradução nossa) evidenciam a importância das palavras-chave na avaliação artigos e dos periódicos, no que diz respeito a sua representatividade na comunidade científica. Segundo os autores,

Não parece haver requisitos formais sobre como escrever palavras-chave, nem instruções para revisores sobre como avaliá-las, o que é surpreendente, tendo em vista o fato de que, presumivelmente, uma sábia escolha de palavras-chave aumenta a probabilidade de que um documento será recuperado e lido, melhorando potencialmente fatores bibliométricos de citação de autor e fator de impacto do periódico.

Os autores destacam ainda a ausência de instrumentos normativos que estabeleçam critérios e padrões na escolha dos termos. Nessa direção, Borba, Van der Laan e Chini (2012) demonstram a preocupação das normas técnicas⁵ e revelam a necessidade de criar uma norma específica que traga orientações nesse

⁵ Os autores se referem às normas ABNT NBR 12676:1992 – Métodos para análise de documentos – Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação – Procedimento; e ABNT NBR 6028:2003 – Informação e documentação – Resumo – Apresentação.

processo, visando não somente à padronização dos termos, mas também servindo como um facilitador para a comunidade científica nesse procedimento.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2003, p. 1), no que se refere às palavras-chave, apresenta a NBR 6022, que tem como objetivo estabelecer “[...] um sistema para a apresentação dos elementos que constituem o artigo em publicação periódica científica impressa⁶.” De acordo com essa norma, a escolha das palavras-chave requer a utilização de um instrumento de padronização, observando a sinonímia e o significado dos termos.

Ainda que os descritores passem por um controle terminológico mais rígido, algumas das etapas do processo também podem ser adotadas pelos autores na atribuição de palavras-chave, tais como proceder à leitura técnica do texto para a extração de conceitos significativos que representem o assunto abordado; verificar se cada conceito consta nos instrumentos de padronização ou se há a indicação de um descritor mais apropriado; verificar se o termo encontrado está isento de ambiguidade; atribuir o termo ao documento.

Há editores que indicam, ou até mesmo exigem, o uso de instrumentos de apoio; porém, não há informação a respeito de como proceder na escolha dos termos, nem a disponibilização de um profissional da informação no auxílio a essa tarefa.

Fujita (2004, p. 270) registra a importância das “[...] palavras-chave pertinentes à representação do conteúdo do artigo e da estratégia de busca [...]” e recomenda a adoção de uma metodologia de indexação e o uso de linguagem documentária adequada à área do artigo a ser representado. Dessa forma, pode-se afirmar que, apesar de as palavras-chave serem atribuídas inicialmente em linguagem natural, é possível que os autores consultem profissionais da informação e vocabulários controlados de sua área com a finalidade de identificar os termos que melhor representem o conteúdo informacional de seus trabalhos.

Infelizmente, é fato, nem todas as áreas possuem instrumentos de apoio na atribuição de palavras-chave, e, portanto, não são todos os pesquisadores que podem contar com esse recurso. Dessa forma, a consulta aos termos indexados

⁶ Considerando que a referida norma é datada de 2003, quando o acesso maciço a publicações científicas na internet estava ainda iniciando, e considerando ainda que muitas características das publicações impressas são adotadas nas publicações eletrônicas, supõe-se que a norma também se aplica a periódicos disponibilizados *on-line*.

na publicação a que se pretende submeter pode ser uma das maneiras de minimizar os problemas de descontrolo terminológico.

A propósito, considerando que os autores podem ter as mais variadas áreas de origem e nível de conhecimento, acredita-se que poderia haver maior interesse dos editores em encaminhá-los para profissionais que os auxiliassem nessa tarefa, uma vez que a atribuição correta das palavras-chave potencializa o índice de recuperação do documento na busca do usuário, e é de interesse dos editores que seus periódicos tenham alto índice de citação.

Concebendo, então, a palavras-chave como eficiente e eficaz representação temática da informação, ou seja, como a forma mais apropriada para a representação e conseqüente recuperação do texto em periódicos (DIAS; CERVANTES, 2012) e ainda como uma possibilidade de revelar tendências e interesses de estudos dos cientistas (LE COADIC, 2004), reforça-se a ideia de considerar a análise das palavras-chave como um recurso adequado para atingir os objetivos específicos propostos, no que tange à análise documentária.

3 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM SUA ORGANIZAÇÃO

Assim como para outros campos de interesse humano, a informação tem valor inquestionável para o desenvolvimento da ciência, pois é o estoque informacional que serve como ponto de partida e de apoio para pesquisadores no decorrer de seus estudos.

Conforme afirma Le Coadic (2004, p. 26), “A informação é a seiva da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver nem viver.” A informação é a energia que alimenta o conhecimento, que faz a ciência fluir para novas constatações, descobertas e redescobertas, que proporciona ao pesquisador o insumo necessário para prosperar na compreensão e análise de seu material de estudo.

De acordo com Freire (2002, p. 191, grifo do autor), “[...] a *informação* contém a *possibilidade* do conhecimento necessário à ação dos grupos e indivíduos na sociedade.” Vale ressaltar que a informação traz a possibilidade (mas não a garantia) de conhecimento porque essa assimilação depende do entendimento prévio do indivíduo, da base conceitual que ele possui acerca do assunto, da capacidade dele de entender a mensagem contida no documento e fazer relações com a carga informacional que já possui.

A comunicação científica é a melhor maneira de levar à comunidade em questão as atualizações e inovações do meio; é o registro desse estoque informacional com a vantagem de já ter sido avaliada por pares e estar disponibilizada. Na perspectiva de Costa e Moura (2013, p. 54), a comunicação científica é “[...] um processo de disseminação de informações, fruto de estudo e pesquisas, destinada majoritariamente para especialistas da área utilizando um discurso específico, o discurso científico.”

Segundo Garvey (1979, p. 10 apud PRÍNCIPE, 2013, p. 197), a comunicação científica

[...] inclui o espectro total de atividades associadas à produção, disseminação e uso de informação, desde o momento em que o cientista concebe a ideia para a sua pesquisa até quando a informação sobre os resultados de sua pesquisa é aceita como parte do conhecimento científico [...].

É por meio da comunicação científica que o pesquisador socializa o resultado de suas pesquisas, o registro do conhecimento obtido. Na perspectiva de Meadows (1999), a comunicação dos resultados é tão importante quanto o desenvolvimento da pesquisa, pois efetiva-se somente após submeter-se ao crivo dos pares⁷. Em uma etapa preliminar à publicação dos estudos, autores e editores de periódicos científicos analisa o conteúdo do texto com o propósito de atestar a sua validade, autenticidade e atualidade, e, dessa forma, outorgar a publicação em periódicos, anais de eventos e livros, entre outros.

Os documentos submetidos para avaliação podem se tratar de revisão de literatura ou artigo inédito, contendo resultados parciais ou finais de pesquisa, que, por sua vez, “[...] devem ser comunicados em uma forma que permita sua compreensão e comprovação por outros pesquisadores e, posteriormente, sua utilização na abertura de outros caminhos de pesquisa” (LE COADIC, 2004, p. 33).

A disseminação da informação oriunda de pesquisas científicas se faz necessária por vários motivos, tais como: a economia de tempo e recursos financeiros (ao fazer uso de informação científica já publicada pode-se evitar, ou diminuir, o investimento em algo que já foi investigado, cujos resultados estão disponíveis); a visibilidade do pesquisador e da instituição ao qual está vinculado; a disseminação da informação decorrente da pesquisa e como contributo para a prestação de contas junto às agências de fomento.

É natural que, ao obter investimentos para desenvolver pesquisas científicas, se assuma o compromisso de divulgar os resultados obtidos, pois, conforme afirma Meadows (1999, p. vii), “[...] o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes.”

De todo o modo, segundo Le Coadic (2004), o impacto na carreira dos pesquisadores é uma motivação para publicar suas pesquisas. Acrescenta-se então o reconhecimento e o prestígio perante a comunidade científica.

Na perspectiva de Oliveira (2010, p. 45), o registro é necessário porque “O que não se registra, provavelmente, será transformado ou esquecido ou, pior, será lembrado de modo incorreto.” Para o autor, essa é, provavelmente, uma

⁷ Os pares são pesquisadores, membros da comunidade científica, que, por sua vez, conforme Le Coadic (2004, p. 28), “[...] é o grupo social formado por indivíduos cuja profissão é a pesquisa científica e tecnológica.”

das razões pelas quais os pesquisadores e grupos de pesquisa fazem registros do andamento de suas pesquisas em vários estágios do processo de construção do conhecimento. André (2005, p. 6, tradução nossa) ressalta a importância do conhecimento científico “anterior” para o desenvolvimento econômico, industrial e cultural da sociedade, e elucida a importância do compartilhamento desse conhecimento como uma condição necessária para a redução das desigualdades endêmicas.

De acordo com Le Coadic (2004, p. 26), “As atividades científicas e técnicas são o manancial de onde surgem os conhecimentos científicos e técnicos que se transformarão, depois de registrados, em informações científicas e técnicas.” Evidencia-se a função relevante dessas informações para pesquisas futuras, pois o autor acrescenta ainda: “Mas, de modo inverso, essas atividades só existem, só se concretizam, mediante essas informações.”

Meadows (1999, p. 7) afirma que houve diversas razões para o surgimento dos periódicos científicos, dentre as quais destaca o lucro das editoras e a crença de que um debate coletivo era necessário para que houvesse novas descobertas, mas evidencia mais enfaticamente que “O motivo principal, contudo, encontrava-se nessa necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, como uma clientela crescente e interessada em novas realizações”. Ainda segundo o autor, as comunicações orais em eventos, os periódicos científicos e os livros são um importante canal de divulgação de pesquisas, sendo que principalmente os dois últimos apresentam alto índice de leitura e citação.

Apenas para constatação, sem fazer julgamento de valor, de relevância, os livros demandam de um pouco mais de tempo para serem editados e lançados a público. Os periódicos, no entanto, principalmente no que se refere à intensa disseminação em meio eletrônico, possibilitam a publicação de resultados finais e parciais de pesquisas quase que instantaneamente após a sua concepção.

Meadows (1999) esclarece ainda que a comunicação oral tem representativa importância para os pesquisadores em virtude da possibilidade de divulgar seus trabalhos e que o material que utilizam para palestras e apresentações em eventos, tais como os *slides*, é frequentemente disponibilizado e utilizado pela comunidade científica. No entanto, o autor acrescenta que é por meio do periódico que esse processo de comunicação é formalizado.

Os primeiros periódicos científicos que surgiram foram O *The Philosophical Transactions of the Royal Society of London* e o *Journal des Sçavants*, na França em 1665 (MEADOWS, 1999; BIOJONE, 2001; CINTRA et al., 2002). No Brasil, o periódico mais antigo surgiu em 1917, intitulado *Revista da Sociedade Brasileira de Ciências*, que, em 1929, passou a ser chamada de *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. Tem sido publicado de forma ininterrupta desde 1929, além de destacar um artigo de Einstein sobre a teoria da luz, publicado em 1926 (ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2013).

Meadows (1999) destaca a importância do periódico e seu impacto no fluxo da comunicação científica, além de ressaltar que sua organização estrutural traz ao leitor facilidades de acesso e compreensão. Dessa forma, entende-se que as revistas científicas são fundamentais para o desenvolvimento da ciência e, portanto, justifica a necessidade de investir em pesquisas acerca da organização e representação da informação nesse suporte.

O periódico científico se apresenta como um recurso indispensável para o registro das informações científicas e técnicas. Conforme demonstra Gil (2008, p. 62), “[...] constituem o meio mais importante para a comunicação científica. Graças a eles é que torna-se possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica”.

No que tange às funções do periódico científico, segundo Biojone (2001, p. 27) são “[...] a memória e arquivo do conhecimento, a de instrumento responsável pela comunicação entre os membros de diversas comunidades científicas e a de formalização do conhecimento.” A publicação de resultados parciais ou finais das pesquisas é uma forma de reconhecimento e avaliação do pesquisador, de inventariar o conhecimento científico e torná-lo disponível para a comunidade em questão.

Seguindo essa linha de raciocínio, a Ciência da Informação atua direta ou indiretamente nas cinco etapas do periódico científico – redação, revisão, publicação, indexação e disseminação (CASTRO, 2006) –, contribuindo sobremaneira para que a comunicação científica se estabeleça e para que a informação cumpra seu papel social.

A esse propósito, Freire (2002, p. 175, grifos do autor) esclarece que a Ciência da Informação

[...] tem sido caracterizada, desde os primórdios, por uma abordagem interdisciplinar de problemas e uma visão social da informação, o que permite propor como responsabilidade social do novo campo: *facilitar a comunicação do conhecimento científico*. No contexto atual de valorização do conhecimento científico, a ciência da informação pode atuar como *padrão que une* campos científicos e pessoas numa rede de conhecimentos, na sociedade.

No campo da Saúde Coletiva, Barreto (2003) ressalta que a necessidade de debate científico tem impulsionado a participação em eventos da área, assim como a produção científica cresce em qualidade e amplia sua participação no cenário internacional. O autor destaca ainda o crescimento vertiginoso de produtos da atividade científica na área, tais como artigos, dissertações e teses, aos quais acrescenta a titulação de mestres e doutores.

4 SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE COLETIVA

Para discorrer a respeito do tema Saúde Coletiva, entende-se que primeiro é necessário abordar o campo maior, a Área da Saúde.

Na definição da World Health Organization (WHO)⁸ (2013, tradução nossa), “Saúde é um estado de completo desenvolvimento físico, mental e bem-estar social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade.”⁹ Essa definição, vale mencionar, foi adotada na Conferência Internacional de Saúde, em 1948, e desde então é utilizada oficialmente.

No âmbito nacional, foi consultado o *site* do Ministério da Saúde¹⁰ (MS), que também engloba o Sistema Único de Saúde (SUS), no qual observou-se que não apresenta, de forma clara e objetiva, qual a definição de termo “saúde”. Também não mencionam o que consideram ser saúde pública e saúde coletiva. Cabe salientar que, em linhas gerais, nessas instituições é adotado o termo “saúde pública”. O mesmo ocorre nos *sites* da WHO¹¹ e Pan American Health Organization¹² (PAHO).

O termo “saúde pública” também é adotado na indexação por assunto dos periódicos do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia¹³ (IBICT). No Portal de Periódicos da CAPES¹⁴ e no WebQualis Periódicos¹⁵, a saúde coletiva é apresentada como subárea da Saúde. No *site* da Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME)¹⁶, consta saúde pública como *categoria*.

A seguir, será feita uma breve abordagem dos campos para contextualizar o que está sendo tomado como foco da pesquisa. As duas nomenclaturas serão abordadas não com a finalidade de debater e definir suas

⁸ No Brasil: Organização Mundial de Saúde – OMS.

⁹ “Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity. The bibliographic citation for this definition is: Preamble to the Constitution of the World Health Organization as adopted by the International Health Conference, New York, 19 June - 22 July 1946; signed on 22 July 1946 by the representatives of 61 States (Official Records of the World Health Organization, no. 2, p. 100) and entered into force on 7 April 1948. The definition has not been amended since 1948.” WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO definition of Health**. Disponível em: <<http://www.who.int/about/definition/en/print.html>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

¹⁰ Disponível em: <www.saude.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2013.

¹¹ Disponível em: <www.who.int>. Acesso em: 02 jun. 2013.

¹² Disponível em: <<http://www2.paho.org>>. Acesso em: 14 out. 2012.

¹³ Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em 27 set. 2012.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 27 set. 2012.

¹⁵ Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 27 set. 2012.

¹⁶ Disponível em: <www.bireme.br>. Acesso em: 27 set. 2012.

questões epistemológicas, mas na tentativa de tornar um pouco mais claro o que vem a ser saúde coletiva.

A PAHO¹⁷, organismo internacional de saúde e membro da WHO, apresenta como conceito de saúde pública “[...] a intervenção coletiva do Estado e da sociedade civil para proteger e melhorar a saúde das pessoas.” (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2002, p. 3, tradução nossa). Acrescenta que deve desenvolver atividades para promover a saúde e o desenvolvimento dos recursos humanos em saúde pública.

Nessa direção, o conceito explicitado pelo Dictionary of Epidemiology¹⁸ traz que

A saúde pública é um dos esforços organizados pela sociedade para proteger, promover e restaurar a saúde das pessoas. É a combinação das ciências, habilidades e crenças direcionada para a manutenção e melhoria da saúde de todas as pessoas por meio de ações coletivas ou sociais. Os programas, serviços e instituições envolvidos enfatizam a prevenção de doenças e as necessidades de saúde da população como um todo. As atividades de saúde pública mudam conforme as mudanças de tecnologia e valores sociais, mas os objetivos são os mesmos: reduzir a quantidade de doenças, mortes prematuras, e desconfortos que produzem doenças e incapacidades na população. A saúde pública é, portanto, uma instituição social, uma disciplina e uma prática. (LAST, 1988, p. 141 apud RANTANEN, 2001, p. 64, tradução nossa).

Em complemento, vale salientar que a PAHO (2002, p. 4, tradução nossa) entende que a saúde pública:

- não se trata de uma disciplina acadêmica, mas sim de prática interdisciplinar social;
- não deve ser confundida com a responsabilidade do Estado em Saúde (não são sinônimos);
- não abrange tudo o que é de competência do Estado no campo da Saúde;

¹⁷ No Brasil: Organização Pan Americana de Saúde – OPAS.

¹⁸ “**public health**: Public health is one of the efforts organized by society to protect, promote, and restore the people's health. It is the combination of sciences, skills, and beliefs that is directed to the maintenance and improvement of the health of all the people through collective or social actions. The programmes, services, and institutions involved emphasize the prevention of disease and the health needs of the population as a whole. Public health activities change with changing technology and social values, but the goals remain the same; to reduce the amount of disease, premature death, and diseaseproduced discomfort and disability in the population. Public health is thus a social institution, a discipline, and a practice.” (Last, John M. (ed). A dictionary of epidemiology. Sec. ed. New York: Oxford University Press, 1988. p. 141).

- vai além da noção de bens públicos, incluindo os bens semi-privados ou privados, que representem um fator importante no impacto na saúde pública.

Dessa forma, visualiza-se que, no campo da saúde pública, o Estado tem suas obrigações no que diz respeito à saúde da população, mas que os bens privados e semiprivados também têm sua taxa de contribuição para o bem-estar social.

A PAHO (2012, tradução nossa), ao salientar o objetivo central da Saúde Pública, ou seja, a melhoria da saúde das populações, destaca ações fundamentais para atingir esse objetivo, conforme segue:

1. monitoramento, avaliação e análise da situação de saúde;
2. vigilância, investigação e controle dos riscos e ameaças para a saúde pública;
3. promoção da saúde;
4. participação social em saúde;
5. desenvolvimento de políticas e capacidade institucional para o planejamento e gestão da saúde pública;
6. reforço da regulação da saúde pública e capacidade de execução;
7. avaliação e promoção do acesso equitativo a serviços necessários à saúde;
8. desenvolvimento de recursos humanos e formação em saúde pública;
9. a garantia de qualidade nos serviços de saúde pessoais e de base populacional;
10. pesquisa em saúde pública;
11. redução do impacto de emergências e desastres na saúde.

No que tange às relações entre saúde pública e saúde coletiva, Birman (2005, p. 11) afirma que, embora seja frequente tratá-los como sinônimos, estes campos são distintos, visto que não comungam dos mesmos fundamentos epistemológicos e origens históricas. Nessa direção, para Paim (2014a), as diferenças são caracterizadas pelos valores, projetos, compromissos sociais e até mesmo pelas lutas específicas de cada campo.

Na perspectiva de Nunes (2006), o difícil consenso acerca da conceituação de saúde coletiva se deve ao fato de ela ter sido organizada em meio à junção do que havia sido produzido cientificamente até então em Medicina Preventiva, Medicina Social, planejamento em saúde, pesquisas epidemiológicas, políticas de saúde, Ciências Sociais em Saúde.

No entanto, Paim e Almeida Filho (2000, p. 60) apresentam os pressupostos básicos que constituíram “[...] o marco conceitual proposto para orientar o ensino, a pesquisa e a extensão em Saúde Coletiva no caso brasileiro [...]”. Conforme os autores:

a) A Saúde, enquanto estado vital, setor de produção e campo do saber, está articulada à estrutura da sociedade através das suas instâncias econômica e político-ideológica, possuindo, portanto, uma historicidade; b) As ações de saúde (promoção, proteção, recuperação, reabilitação) constituem uma prática social e trazem consigo as influências do relacionamento dos grupos sociais; c) O objeto da Saúde Coletiva é construído nos limites do biológico e do social e compreende a investigação dos determinantes da produção social das doenças e da organização dos serviços de saúde, e o estudo da historicidade do saber e das práticas sobre os mesmos. Nesse sentido, o caráter interdisciplinar desse objeto sugere uma integração no plano do conhecimento e não no plano da estratégia, de reunir profissionais com múltiplas formações [...]; f) O conhecimento não se dá pelo contato com a realidade, mas pela compreensão das suas leis e pelo comprometimento com as forças capazes de transformá-la.

Os autores complementam que o objeto da Saúde Coletiva chegou a ser entendido como ciência, disciplina científica, área de produção de conhecimentos e campo. Mas, em síntese, de acordo com a perspectiva de Paim e Almeida Filho (1998, p. 308, grifo dos autores),

Como ponto de partida, pode-se entender a saúde coletiva como *campo científico*, onde se produzem saberes e conhecimentos acerca do objeto ‘saúde’ e onde operam distintas disciplinas que o contemplam sob vários ângulos; e como âmbito de práticas, onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes (especializados ou não) dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como ‘setor saúde’.

Observa-se que a saúde pública, caracterizada pelo fazer e pela medicina individual¹⁹, passa a partilhar o espaço com a saúde coletiva, que traz críticas e reflexões acerca do sistema e das políticas de saúde. Evidenciar as ações da saúde coletiva dentro e fora do “setor de saúde” é uma forma de enfatizar que o campo provoca reflexões e discussões acerca do objeto “saúde”, porém sob a ótica de diversas outras áreas.

¹⁹ A medicina individual é voltada para a cura do indivíduo, não se detendo nas questões endêmicas populacionais.

Na perspectiva de Paim e Almeida Filho (1998, p. 312), “Sublinhar o caráter histórico e estrutural da saúde coletiva significa reconhecer, teórica e empiricamente, um conjunto de práticas (econômicas, políticas, ideológicas, técnicas, e outras) que tomam como objeto as *necessidades sociais de saúde*.” Em linhas gerais, pode-se entender que a Saúde Coletiva não se volta apenas para questões atuais ou regionais, mas sim tende a visualizar a situação global. Suas reflexões e ações provocam impacto em todos os estratos sociais; preocupa-se também em como as ações em saúde, governamentais ou privadas, se refletem na população.

No decorrer desse estudo foi possível identificar alguns conceitos a respeito da saúde coletiva, porém não a sua definição. Nesse sentido, Paim e Almeida Filho (1998, p. 310) justificam que

[...] mais do que definições formais, a saúde coletiva requer uma compreensão dos desafios que se colocam no presente e no futuro que transcendem o campo institucional e o tipo de profissional convencionalmente reconhecido como da saúde pública.

Loyola (2012, p. 10) evidencia as características da saúde pública e da saúde coletiva na expectativa de diferenciar a essência dos campos. Segundo o autor, “A Saúde Pública, como o próprio nome indica, nasceu como uma área de atuação do Estado visando combater epidemias, evitar doenças e sua propagação; garantir o bem estar e a qualidade de vida de conglomerados humanos.” Observa-se que a saúde pública está vinculada ao Estado e às ações que este desenvolve para o bem-estar da população no que se refere à relação saúde/doença. Atua diretamente no fazer, na prática.

Birman (2005, p. 12) elucida que a saúde coletiva tem sua base na Biologia, “[...] perdendo assim qualquer medida que relativizasse seus dispositivos e que permitisse considerar a especificidade social das comunidades sobre as quais incide.” Porém, no que tange o campo da Saúde Coletiva, Loyola (2012, p. 10) afirma que ela nasceu e permanece na academia, não tem as mesmas pretensões que a saúde pública, seus anseios são outros. Enfatiza a ideia proposta por Canesqui (1995) de que o campo é uma invenção brasileira e acrescenta, ainda, que

O próprio termo 'saúde *coletiva*' evoca não apenas o estudo da saúde de uma coletividade, como a contribuição da coletividade em si mesma, enquanto *sistema social*, para o entendimento do que é saúde, como estado e como objeto de estudo (LOYOLA, 2012, p. 10, grifos do autor).

Nesse contexto, acrescenta-se a percepção de Birman (2005, p. 12), o qual entende que “Seu postulado fundamental afirma que a problemática da saúde é mais abrangente e complexa que a leitura realizada pela medicina.” Entende-se, então, que as questões de que trata a saúde coletiva, as reflexões, as críticas e a necessidade de ampliação do sistema de saúde não podem ser contempladas pela medicina e, conseqüentemente, pela saúde pública, visto que tratam o indivíduo do ponto de vista biológico e não social. Complementando, vale ressaltar a visão de Loyola (2012), a qual salienta que as Ciências Sociais e Humanas são o cerne da Saúde Coletiva.

Ao apresentar exemplos de estudos realizados sob a influência das Ciências Sociais e Humanas (temas como determinação social da doença, instituições e as políticas de saúde, relações entre indivíduo e sociedade, sistemas de saúde etc.), Loyola (2012, p. 11) afirma que “Esses estudos contribuíram para fazer avançar não só o conhecimento sobre a dimensão social da saúde, como também da sociedade, da teoria e da metodologia em ciências sociais.” Sob essa perspectiva, a construção do campo da Saúde Coletiva não seria possível sem o subsídio das Ciências Sociais e Humanas, e, em contrapartida, os resultados obtidos nesses estudos contribuíram para a construção do conhecimento e para o avanço científico nos dois campos.

Dando continuidade ao raciocínio, a autora (2012) argumenta que o destaque para a palavra “saúde” tem sido erroneamente utilizado nas classificações internas e externas na área, visto que as Ciências Sociais são o ponto central da Saúde Coletiva e o que confere a especificidade do campo, sendo que, portanto, o destaque deveria ser da palavra “coletiva”. Segundo a autora, a palavra “saúde” faz com que exista uma “submissão à lógica biomédica”, a qual inibe as características de Ciências Sociais do campo diante da classificação hierárquica, nas metodologias, no fomento à pesquisa e no próprio discurso científico.

A propósito de sua formação, Paim e Almeida Filho (2000, p. 63; 1998, p. 310) esclarecem que “A Saúde Coletiva pode ser considerada como um campo de conhecimento de natureza interdisciplinar cujas disciplinas básicas são a

Epidemiologia, o Planejamento/Administração de Saúde e as Ciências Sociais em Saúde.” De forma muito semelhante, Nunes (2006, p. 305, grifo do autor) justifica que “Não por simples convenção, mas por que se estabeleceram como parte do processo e constituição da área, são citados três grandes **espaços e formação disciplinares**: as Ciências Sociais e Humanas, a Epidemiologia e a Política e o Planejamento.” Em suma, entende-se que a Epidemiologia, o Planejamento e as Ciências Sociais são os três elementos formam então o tripé disciplinar da saúde coletiva.

Ao referir-se às Ciências Sociais e Humanas, Nunes (2006) assinala que o conjunto teórico-conceitual da Antropologia, Sociologia, Economia, Política, História, Filosofia, Ética e Estética ofereceu contribuições fundamentais no entendimento acerca das relações entre o natural (o corpo biológico), o social e o cultural. Acrescenta que “As próprias concepções de coletivo, sociedade e estrutura e seus respectivos pares, sujeito, representação, ação, serão categorias fundantes para a análise da saúde” (NUNES, 2006, p. 306).

A origem da Saúde Coletiva, segundo Canesqui (1995, p. 26), ocorreu quando um grupo de profissionais iniciou uma crítica com referência a questões relacionadas à saúde na década de 1970, em meio ao regime militar. Para Teixeira (2006), os pioneiros na reflexão a respeito dos objetos, práticas e ideologias no campo de atuação da medicina preventiva e comunitária, que culminaram na discussão a respeito da Saúde Coletiva, foram os trabalhos de Antonio Sergio Arouca²⁰ e Maria Cecília Donnangelo²¹.

Essa afirmação é endossada por Paim (2014a, informação verbal), que considera o trabalho de Arouca como um dos clássicos do campo da saúde coletiva, referindo-se a ele como “[...] uma grande análise da educação médica do nosso país.” Quanto ao trabalho de Donnangelo, Paim demonstra que ela examinou a questão da medicalização da sociedade, inovou estrategicamente com conceitos como regionalização, integração e integralidade, além de propor a ideia de participação da comunidade, dialogando criticamente com a atenção primária de saúde.

²⁰ AROUCA, A. S. S. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. 1975. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

²¹ DONNANGELO, M. C. F. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

Outro fator de destaque referente à institucionalização do campo da Saúde Coletiva, de acordo com Nunes (2006), foi a criação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva²² (ABRASCO), em 1979. Surgiu não apenas para suprir necessidades de ensino, pesquisa e profissionalização em saúde coletiva, mas também para fomentar as discussões acerca de políticas públicas de atenção à saúde, além de buscar alternativas para a expansão e amadurecimento do campo.

Nunes (2006, p. 303) acrescenta que, embora os princípios básicos que orientam os objetivos da ABRASCO estejam voltados mais para as questões institucionais, financeiras e educacionais, ela “Assume a posição política e técnica, ou seja, a necessidade de reformulação do setor de saúde e a concepção da saúde como um direito do cidadão e dever do Estado.”

Os pesquisadores membros da ABRASCO são representantes de importantes instituições de ensino e pesquisa do País. Dentre outras formas de atuação, a ABRASCO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 2014) conta atualmente com 15 grupos de trabalho: GT Saúde do Trabalhador, GT Saúde e Ambiente, GT Comunicação e Saúde, GT Gênero e Saúde, GT Trabalho e Educação na Saúde, GT Saúde Indígena, GT Informações em Saúde e População, GT Educação Popular e Saúde, GT Promoção da Saúde, GT Vigilância Sanitária, GT Saúde Mental, GT Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva, GT Saúde Bucal Coletiva, GT Monitoramento e Avaliação de Programas e Políticas de Saúde e GT Bioética. A partir desses grupos pode-se perceber os interesses de pesquisa e atuação da ABRASCO, que, por sua vez, refletem automaticamente pontos de interesse do campo. Outro fator a ser destacado é a multiplicidade de assuntos que dizem respeito ao campo saúde coletiva.

Essa diversidade de assuntos também é explicitada por Kornis, Maia e Fortuna (2010, p. 917), ao elaborarem um resgate da produção em Saúde Coletiva no estado do Rio de Janeiro. Os autores classificaram a produção científica que pesquisaram em oito áreas temáticas: Políticas; Epidemiologia; Recursos Humanos; Saúde e Sociedade; Formação Profissional; Modelos de Atenção e Gestão; Sistemas de Informação; e História da Saúde Pública.

Anteriormente, o resgate histórico da Saúde Coletiva realizado por Nunes (1994) descreveu os primeiros cursos, bem como seus objetivos e

²² Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

aplicações. Conforme apresentado pelo autor, a saúde coletiva teria ainda “[...] a tarefa de investigar, compreender e interpretar os determinantes da produção social das doenças e da organização social dos serviços de saúde, tanto no plano diacrônico como sincrônico da história” (NUNES, 1994, p. 19).

Finalizando este tópico a respeito da Saúde Coletiva, mas ainda extremamente distante de esgotar a discussão por meio das perspectivas e possibilidades que o campo representa, vale evidenciar as palavras de Nunes (2006, p. 308), as quais expõem que, “Desde sua institucionalização, a saúde coletiva vem se fortalecendo como um movimento que se expressa de várias formas, além da sua permanente atenção às questões políticas da assistência à saúde.” O autor complementa que essas formas são os cursos, congressos e publicações.

No caso das publicações, o autor acrescenta ainda que “[...] a literatura da área é na atualidade extensa e diversificada, exigindo para a sua revisão um capítulo especial.” (NUNES, 2006, p. 308). Diante dessa afirmação, enfatiza-se novamente a ideia de tomar os periódicos científicos da Saúde Coletiva como objeto do presente estudo, buscando não a tentativa de delimitar o campo, mas sim de identificar quais são os seus principais temas de interesse científico na atualidade, a partir do que está explicitado em seus artigos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na configuração dos procedimentos metodológicos, a pesquisa em tela caracteriza-se como de abordagem qualitativa e documental. A abordagem qualitativa se justifica por se tratar de “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.” (OLIVEIRA, 2005, p. 41).

Apesar de utilizar dados quantitativos, o ponto central dos procedimentos é, conforme já apresentado, a análise das palavras-chave dos artigos de periódicos especializados em Saúde Coletiva, aqui consideradas formas de representação da informação dessa área, e a formação acadêmica dos autores, que serão apresentados principalmente de forma descritiva, analítica. A partir disso, será possível identificar os assuntos mais recorrentes e traçar um perfil dos interesses científicos e das tendências temáticas do campo.

Embora os procedimentos metodológicos incluam a análise de artigos científicos, o que se apresenta como uma das formas de pesquisa bibliográfica (OLIVEIRA, 2005), é importante ressaltar que o presente estudo trata-se de uma pesquisa documental, visto que não irá utilizar as informações dos artigos como contribuição intelectual para a pesquisa, mas sim fará uso de elementos que esses disponibilizam (as palavras-chave e os nomes dos autores) para a categorização e análise proposta. Segundo Fachin (2006, p. 146, grifo do autor), “Para a pesquisa documental, considera-se **documento** qualquer informação sob a forma de textos, [...] entre outros.” Portanto, nesse contexto, os artigos dos periódicos especializados utilizados na coleta de dados serão considerados como documentos para análise, e não fontes de informação bibliográfica.

5.1 RECURSOS INFORMACIONAIS DE APOIO À DEFINIÇÃO DO CORPUS E COLETA DE DADOS

Alguns recursos informacionais foram adotados para servir de apoio à definição do *corpus* e coleta de dados, sendo eles a plataforma brasileira da biblioteca eletrônica SciELO, a base referencial Scopus, os Descritores em Ciências

da Saúde (DeCS), a Plataforma Lattes e a Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES.

A seguir, apresentam-se algumas características desses recursos informacionais, considerados apropriados para auxiliar neste estudo.

5.1.1 Scientific Electronic Library Online (SciELO)

A interface brasileira da Scientific Electronic Library Online (SciELO), doravante denominada SciELO Brasil, apresenta características que a tornam uma fonte apropriada para auxiliar na seleção dos periódicos, uma vez que é considerada como um facilitador que proporciona à comunidade científica do Brasil e de outros países o acesso gratuito a publicações científicas com conteúdo de qualidade. Indexa os periódicos por assunto e disponibiliza ainda outras opções de pesquisa para auxiliar na recuperação de publicações.

Tem como objetivo “[...] contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica por meio do aperfeiçoamento e da ampliação dos meios, infraestruturas e capacidades de disseminação, publicação e avaliação dos seus resultados [...]” (SCIELO BRASIL, 2010). Estabelece critérios de avaliação dos títulos para a admissão na coleção, tais como a revisão por pares, periodicidade e tempo de existência. Sua preocupação com a disseminação de informação científica de qualidade também se reflete na avaliação de desempenho e permanência do periódico na coleção.

5.1.2 Scopus

Optou-se por utilizar também a base referencial Scopus²³ como parâmetro de seleção dos periódicos, por entender que os títulos nela indexados são criteriosamente selecionados, o que pressupõe assegurar a qualidade e ainda garantir a visibilidade e acessibilidade internacional dessas publicações.

A Scopus (2013) apresenta-se como a maior base de dados de resumos e citações avaliados por pares na literatura de pesquisa científica. Disponibiliza mais de 20.500 títulos de mais de 5.000 editoras internacionais e

²³ Pode ser acessada via Portal de Periódicos da CAPES.

oferece aos pesquisadores recursos para apoiar pesquisas especializadas nos campos científico, técnico, das artes, humanidades, ciências médicas e sociais.

5.1.3 Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)

Os periódicos selecionados para o estudo trazem em seus artigos discussões a respeito de assuntos nos mais variados contextos da Saúde e áreas afins. Dessa forma, optou-se por utilizar o DeCS como parâmetro de verificação dos termos coletados pela sua importância na representação da informação na área da Saúde.

O DeCS foi desenvolvido pela BIREME a partir do Medical Subject Headings (MeSH)²⁴ com o intuito de

[...] servir como uma linguagem única na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) como *LILACS*, *MEDLINE* e outras. (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2013, grifos do autor).

Ainda que o campo da Saúde Pública e o campo da Saúde Coletiva não sejam considerados sinônimos pelos autores (BIRMAN, 2005; NUNES, 2006; PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998), é desconhecida a existência de um instrumento que padronize os termos específicos do campo da Saúde Coletiva e que, dessa forma, permita identificar apenas assuntos que lhe correspondem. Sendo assim, a categoria Saúde Pública do DeCS será utilizada para verificar as palavras-chave dos artigos, e apenas as que estiverem contempladas nessa categoria serão consideradas válidas para a análise.

5.1.4 Plataforma Lattes

A Plataforma Lattes é um ambiente no qual se pode ter acesso a informações do indivíduo no âmbito acadêmico e de pesquisa, tais como publicações do autor, projetos e áreas de interesse, e a formação acadêmica/

²⁴ Disponível em: <<http://www.nlm.nih.gov/mesh/>>. Acesso em: 3 maio 2013.

titulação. É considerada como “[...] um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País”. (PLATAFORMA LATTES, 2014).

5.1.5 Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES²⁵

É natural que as instituições de ensino superior adotem nomenclaturas diferentes em seus cursos de graduação, conforme o projeto pedagógico e regime acadêmico específico. Dessa forma, a Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES será utilizada com o intuito de identificar e padronizar o nome dos cursos de forma que seja possível agrupá-los e quantificá-los para verificar a recorrência de cada um e sua relação com os assuntos abordados nos artigos.

5.2 CORPUS DE PESQUISA

O enfoque do estudo circunscreveu-se aos artigos publicados no triênio 2010-2012, o que evidencia a atualidade dos assuntos abordados. Foram consultados os periódicos científicos brasileiros temáticos em Saúde Coletiva disponibilizados em texto completo na SciELO Brasil. Um fator muito relevante na seleção desses periódicos é que foram considerados para o estudo também os títulos indexados por Saúde Pública, pois, conforme visto anteriormente, as duas terminologias são empregadas em importantes órgãos e instituições do campo da saúde. Ademais, os termos são considerados sinônimos no DeCS, sendo que “public health” é adotado nos artigos ao traduzir Saúde Coletiva para o inglês.

No que tange às palavras-chave, os termos coletados para o estudo foram verificados na categoria “saúde pública” do DeCS, de forma que puderam ser padronizados e agrupados. Aqueles que não fazem parte dessa categoria foram descartados.

Cabe ressaltar que foram coletadas apenas as palavras-chave atribuídas em língua portuguesa. Foram aceitos termos em línguas estrangeiras

²⁵ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 29 de jun. 2014.

apenas quando se tratasse de componentes químicos, nomes científicos ou outros tipos de termos que usualmente se apresentam em outras línguas. No entanto, não houve presença desse tipo de termo.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizados os procedimentos seguintes:

- levantamento dos periódicos nacionais em Saúde Coletiva, segundo a classificação temática contida na SciELO Brasil;
- identificação dos títulos disponibilizados em texto completo na SciELO Brasil e indexados na base Scopus;
- consulta aos *sites* dos periódicos para verificar se disponibilizam informações aos autores acerca da atribuição de palavras-chave nos artigos;
- acesso aos periódicos selecionados na SciELO Brasil para a coleta de dados dos artigos (palavras-chave atribuídas e autores);
- consulta à Plataforma Lattes para identificar qual a formação acadêmica dos autores (a graduação mais recente);
- análise dos assuntos mais recorrentes e formação acadêmica dos autores.

5.3 DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Os procedimentos para a seleção do *corpus* e coleta de dados, realizados no período de fevereiro a maio de 2014, serão descritos detalhadamente a seguir.

5.3.1 Seleção dos Periódicos Nacionais em Saúde Coletiva Disponibilizados em Texto Completo na SciELO Brasil e Indexados na Base Scopus

Inicialmente, realizou-se uma busca na SciELO Brasil para identificar os periódicos pertinentes ao estudo. Na estratégia de busca foram utilizados os termos “saúde pública” e “saúde coletiva” no campo “assunto”, obtendo como resultado 10 (dez) títulos.

O título “Cadernos Saúde Coletiva” foi descartado por ter sido admitido na coleção da SciELO Brasil recentemente, em agosto de 2013, e disponibilizar apenas um fascículo referente ao triênio 2010-2012, o que impede uma análise panorâmica da produção científica veiculada por esse periódico no período proposto.

Os demais títulos identificados estão disponibilizados na SciELO Brasil em texto completo. Utilizou-se o ISSN para verificar quais estão indexados na base Scopus e, portanto, foram descartadas a “Revista Brasileira de Saúde Ocupacional”, “Saúde em Debate” e “Trabalho, Educação e Saúde”.

Por fim, foram selecionados 06 (seis) títulos de periódicos, apresentados a seguir.

Quadro 2 – Periódicos selecionados para o estudo

TÍTULO DO PERIÓDICO	ISSN	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
Cadernos de Saúde Pública	0102-311X	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ)	Mensal
Ciência & Saúde Coletiva	1413-8123	Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)	Mensal
História, Ciências, Saúde-Manguinhos	0104-5970	Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Trimestral
Physis: Revista de Saúde Coletiva	0103-7331	Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ)	Trimestral
Revista de Saúde Pública	0034-8910	Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo (FSP/USP)	Bimestral
Saúde e Sociedade	0104-1290	Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Associação Paulista de Saúde Pública (FSP/APSP).	Trimestral

Fonte: Elaborado pela autora.

5.3.2 Informações aos Autores Acerca da Atribuição de Palavras-Chave

Conforme explicitado anteriormente, apesar de considerar o autor como o indivíduo mais qualificado para identificar qual o assunto abordado em seu artigo, nem sempre ele está preparado para transformar esse assunto em palavras-chave que o representem de forma profícua.

Nesse sentido, decidiu-se por verificar nas diretrizes para autores dos referidos periódicos quais as orientações a respeito da atribuição de palavras-

chave, considerando que esse é um quesito de interesse dos editores no que se refere à recuperação, leitura e citação dos artigos.

Quadro 3 – Orientação aos autores a respeito da atribuição de palavras-chave

PERIÓDICO	QUANTIDADE RECOMENDADA	INSTRUÇÕES
Cadernos de Saúde Pública	De 3 a 5	Constar na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).
Ciência & Saúde Coletiva	Até 5	As palavras-chave na língua original e em Inglês devem ser incluídas no DeCS / MeSH.
História, Ciências, Saúde-Manguinhos	Até 5	Os autores devem apresentar até cinco palavras-chave, na língua original, representativas do conteúdo do trabalho.
Physis: Revista de Saúde Coletiva	De 3 a 5	Sem instruções.
Revista de Saúde Pública*	De 3 a 10	Devem ser extraídos do vocabulário "Descritores em Ciências da Saúde" (DeCS), quando acompanharem os resumos em português, e do Medical Subject Headings (MeSH), para os resumos em inglês.
Saúde e Sociedade	De 3 a 6	Consultar o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e/ou o Sociological Abstracts.

* As informações foram coletadas por meio do SciELO por não constarem no *site* do periódico. Esse título utiliza a terminologia "descritores".

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que, na maioria das vezes, confirma-se o interesse dos editores em utilizar palavras-chave provenientes de dicionários ou bases especializadas. Ainda que a simples consulta a uma base de dados não seja a forma mais adequada de selecionar palavras-chave, é uma maneira de escolher termos que também estejam sendo utilizados por outros autores, o que de certa forma auxilia o autor e reduz a diversificação inapropriada de palavras-chave para a representação temática do mesmo assunto.

No que se refere à quantidade de palavras-chave recomendada, constatou-se que há casos em que não se limita a um número mínimo, somente um número máximo, o que sugere que torna-se possível atribuir apenas uma palavra-chave ao artigo.

5.3.3 Coleta de Dados dos Artigos

Os dados de autor e palavras-chave foram coletados inicialmente a partir da SciELO Brasil, pois, além de disponibilizar os metadados dos artigos necessários à análise do *corpus*, também fornece o *link* para o Currículo Lattes de vários autores.

Em cada periódico selecionado, coletaram-se os dados de referência bibliográfica e palavras-chave de todos os artigos publicados em português no triênio 2010-2012.

Quadro 4 – Exemplo de dados coletados dos artigos

ISSN	PERIÓDICO	ANO	VOL	NUM	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	URL
0034-8910	Revista de Saúde Pública	2010	44	1	Experiências de discriminação entre universitários do Rio de Janeiro	adulto jovem; estudantes; pesquisa qualitativa; preconceito; relações interpessoais	BARROS, Aluisio JD; BASTOS, João Luiz; FAERSTEIN, Eduardo; GONCALVES, Helen	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-89102010000100003&lng=pt&nrm=iso

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos seis periódicos selecionados, obteve-se um total de 2.826 artigos, conforme descrito abaixo.

Quadro 5 – Distribuição dos artigos por periódico e ano de publicação

TÍTULO DO PERIÓDICO	ISSN	PERIODICIDADE	2010	2011	2012	TOTAL
Cadernos de Saúde Pública	0102-311X	Mensal	208	251	218	677
Ciência & Saúde Coletiva	1413-8123	Mensal	351	430	290	1071
História, Ciências, Saúde-Manguinhos	0104-5970	Trimestral	63	56	68	187
Physis: Revista de Saúde Coletiva	0103-7331	Trimestral	58	74	72	204
Revista de Saúde Pública	0034-8910	Bimestral	131	136	138	405
Saúde e Sociedade	0104-1290	Trimestral	89	80	113	282
TOTAL GERAL: 2.826						

Fonte: Elaborado pela autora.

5.3.4 Seleção das Palavras-Chave

A produção científica em Saúde Coletiva é muito fértil, o que resulta também em uma quantidade significativa artigos e termos que os representam, pois foi coletado um total de 11.687 palavras-chave.

Constatou-se que em 34,8% dos artigos os autores utilizaram até 3 palavras-chave em sua representação, sendo que há artigos com apenas uma ou duas. Na maioria dos artigos, 54,1%, os autores utilizaram de 3 a 5, e em 11,1% dos artigos pode-se observar o emprego de até 11 palavras-chave.

As palavras-chave foram quantificadas e verificadas individualmente no DeCS com o propósito de identificar aquelas que fazem parte da categoria Saúde Pública. Nessa verificação também foi possível detectar termos sinônimos e adotar para a análise o termo utilizado como descritor em português. Ao verificar o termo “Saúde Coletiva”, por exemplo, o DeCS recomenda que seja adotado o termo “Saúde Pública”.

Vale ressaltar que, em alguns casos, o autor não só empregou um termo sinônimo como palavra-chave, em vez de adotar o termo descritor, como também atribuiu dois ou mais sinônimos de um descritor como palavras-chave do mesmo artigo. Não é possível identificar os motivos pelos quais o autor tomou essa decisão, contudo algumas suposições são aceitáveis, tais como: a intenção do autor em aproximar do texto o leitor que não está habituado com termos técnicos específicos; a falta de habilidade do autor para utilizar o DeCS e localizar o termo desejado; ou ainda, a flexibilidade dos editores em não exigir que as palavras-chave obedeçam a algum tipo de padrão terminológico.

Ao utilizar o DeCS para verificar os termos, observou-se que sua interface de busca não é plenamente amigável, principalmente para usuários iniciantes. Observou-se que este instrumento utiliza a indexação pré-coordenada, ou seja, os termos são combinados ou coordenados no momento da indexação. Embora ofereça opções de consulta por palavra ou por índice, o usuário não tem a possibilidade de combinar termos aleatórios na pesquisa, o que normalmente é um facilitador disponibilizado na busca da maioria das interfaces de pesquisa em bases de dados, internet, bibliotecas virtuais, entre outros. Mesmo utilizando a opção por “índice permutado”, que se caracteriza por efetuar a busca por uma palavra avulsa (que pode estar no início, meio ou fim do termo), o resultado pode trazer uma ampla

quantidade de termos, dentre os quais o usuário necessita selecionar e averiguar o significado individual para definir o que melhor representa o assunto abordado em seu artigo. Essa tarefa pode ser rápida para palavras que tenham pouca frequência no DeCS, ou pode ser morosa, difícil e cansativa. É possível que essa dificuldade seja uma característica que desestimula o autor a utilizar essa ferramenta.

A consulta no DeCS foi realizada de forma exaustiva, utilizando as várias possibilidades de busca oferecidas para que não houvesse dúvidas a respeito da identificação dos termos. Empregou-se sempre mais de uma estratégia de pesquisa para localizar as palavras-chave que não foram encontradas com a mesma grafia que se apresentaram no artigo. Foi necessário experimentar palavras em singular e plural, substituir preposições (de, do, da, em, para etc.) e até mesmo utilizar sinônimos (administração/gestão, do dente/dental).

Nesse sentido, cabe salientar que não foi objetivo identificar e/ou analisar se as palavras-chave atribuídas pelos autores estavam adequadas em relação ao artigo, mas sim verificar se o termo que ele escolheu é um assunto referente ao campo da Saúde Coletiva. Contudo, importa destacar que foram encontrados termos de significado muito amplo, que isoladamente não permitiram identificar seu significado, nem qual o assunto o autor pretendeu representar. Em situações semelhantes, foi necessário recorrer às outras palavras-chave, ao título e até mesmo ao resumo do artigo para entender o contexto e verificar as variações disponibilizadas pelo DeCS.

Por fim, as palavras-chave que não atenderam ao critério de estar presente na categoria Saúde Pública do DeCS foram descartadas, e, conseqüentemente, foram excluídos os artigos que apresentaram apenas termos não contemplados.

O Quadro a seguir demonstra a quantidade de artigos considerados válidos por periódico/ano. Apresenta também as palavras-chave, quantificadas pelo total de vezes que foram utilizadas nos artigos, sendo que, na etapa seguinte, esses termos foram reunidos.

Quadro 6 – Quantidade de artigos e palavras-chave válidas para a análise, apresentadas por periódico/ano

PERIÓDICO	ANO	ARTIGOS		PALAVRAS-CHAVE	
		Quantidade Periódico/Ano	Total por Periódico	Quantidade Periódico/Ano	Total por Periódico
Cadernos de Saúde Pública	2010	189	604	435	1.340
	2011	225		495	
	2012	190		410	
Ciência & Saúde Coletiva	2010	301	907	569	1.849
	2011	359		730	
	2012	247		550	
História, Ciências, Saúde-Manguinhos	2010	19	87	28	132
	2011	34		49	
	2012	34		55	
Physis: Revista de Saúde Coletiva	2010	45	155	104	318
	2011	58		112	
	2012	52		102	
Revista de Saúde Pública	2010	125	383	401	1153
	2011	131		372	
	2012	127		380	
Saúde e Sociedade	2010	82	240	171	481
	2011	65		134	
	2012	93		176	
TOTAL GERAL:			2.376		5.273

Fonte: Elaborado pela autora.

O agrupamento dos termos resultou em 692 palavras-chave, as quais foram utilizadas pelos autores de 1 (uma) a 155 (cento e cinquenta e cinco) vezes. O Quadro 7 apresenta o recorte das palavras-chave com recorrência a partir de 20 (vinte) vezes, o que corresponde a aproximadamente 10% do total de palavras-chave (66). A listagem geral dos termos, bem como sua frequência, é apresentada no Apêndice A.

Quadro 7 – Palavras-chave selecionadas para análise: identificação e recorrência

PALAVRA-CHAVE	RECORRÊNCIA NOS ARTIGOS	PALAVRA-CHAVE	RECORRÊNCIA NOS ARTIGOS
Atenção Primária à Saúde	155	Aleitamento Materno	31
Adolescente	142	Tuberculose	30
Saúde Pública	112	Avaliação de Serviços de Saúde	28
Estudos Transversais	110	Participação Comunitária	28
Estratégia Saúde da Família	104	Cuidado Pré-Natal	27
Sistema Único de Saúde	98	Hábito de Fumar	27
Saúde Bucal	95	Assistência Farmacêutica	26
Fatores de Risco	82	Estado Nutricional	26
Fatores Socioeconômicos	81	Família	26
Criança	78	Políticas Públicas de Saúde	26
Política de Saúde	72	Adulto	25
Saúde Mental	69	Condições de Trabalho	25
Qualidade de Vida	64	Humanização da Assistência	25
Promoção da Saúde	63	Identidade de Gênero	25
Síndrome de Imunodeficiência Adquirida	61	Mulheres	25
Serviços de Saúde	57	Qualidade da Assistência à Saúde	24
Acesso aos Serviços de Saúde	54	Vigilância Epidemiológica	24
Epidemiologia	53	Administração em Saúde	23
Estudos de Coortes	52	Serviços de Saúde Mental	23
Saúde do Trabalhador	52	Antropometria	22
Mortalidade	48	Iniquidade Social	22
Saúde da Família	48	Mortalidade Infantil	22
Saúde	47	Reprodutibilidade dos Testes	22
Avaliação em Saúde	44	Saúde Ambiental	22
Consumo de Alimentos	43	Saúde da Criança	22
Sistemas de Informação	42	Violência contra a Mulher	22
Educação em Saúde	41	Avaliação de Programas e Projetos de Saúde	21
Obesidade	41	Nutrição em Saúde Pública	21
Avaliação	39	Violência Doméstica	21
Desigualdades em Saúde	38	Bioética	20
Saúde do Idoso	36	Conselhos de Saúde	20
Gestão em Saúde	33	Gastos em Saúde	20
Vigilância Sanitária	33	Neoplasias	20

Fonte: Elaborado pela autora.

Utilizando o princípio de Pareto²⁶, pode-se entender que 20% da frequência de palavras-chave representam em 80% as questões de maior interesse atualmente para o campo da Saúde Coletiva e também para o desenvolvimento de pesquisas que visam ao bem-estar público. Considerando essa proposta, observa-se que, no universo de 692 palavras-chave identificadas, as 10 mais utilizadas evidenciam os assuntos de maior interesse para o campo, pois sua recorrência²⁷ representa 20% do total.

5.3.5 Da Formação Acadêmica dos Autores

No que tange à formação acadêmica dos autores, a SciELO Brasil oferece um *link* para currículos na Plataforma Lattes, o que pôde ser considerado um grande facilitador na coleta dos dados. Nos casos em que esse *link* não estava disponível, foi realizada a busca diretamente na Plataforma Lattes.

Os artigos selecionados apresentaram de 01 (um) a 20 (vinte) autores. A maioria absoluta dos artigos, 53,1%, apresentou até 3 autores, 29,5% apresentaram de 4 a 5 autores, e 17,4% apresentaram mais de 6 autores. Garcia et al. (2010) afirmam que o primeiro autor é o mais importante na maioria das disciplinas, portanto verificou-se qual a formação acadêmica mais recente do primeiro autor dos 2.376 artigos selecionados.

Identificou-se a contribuição de 2007 profissionais como primeiro autor de cada artigo. De acordo com as informações dos respectivos currículos registrados na Plataforma Lattes, 0,8% dos autores não informa em que curso se graduaram, 1,8% não pôde ser localizado por possuir nomes comuns²⁸ e 5,3% não constam.

Observou-se que, frequentemente, os autores abreviam ou omitem partes do nome no *curriculum*, o que dificulta a pesquisa. Em alguns casos, foi necessário acessar vários currículos de autores homônimos e verificar em qual deles consta determinado artigo, para, então, identificar a sua graduação e considerá-lo

²⁶ De acordo com o Princípio de Pareto, ou princípio 80-20, para muitos fenômenos considera-se que 80% das consequências resultam de 20% das causas. Conforme Chiavenato (2004, p. 274), "O Princípio de Pareto é um meio de comparação que permite analisar grupos de dados ou de problemas e verificar onde estão os mais importantes e prioritários."

²⁷ A soma da repetição dos 10 assuntos mais abordados resulta em 1.057, o que corresponde a 20% da recorrência total de 5.273 palavras-chave.

²⁸ Nomes com grafia simples e com os quais um grande número de indivíduos foram batizados, como Maria Silva, Antônio Souza, José Oliveira etc.

válido para a análise. Por fim, obteve-se a formação acadêmica de 1.848 autores, que contribuíram em 2.202 artigos.

Considerando a diversidade de nomenclatura dos cursos de graduação, foi utilizada a Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES para classificar os 105 cursos identificados em 09 áreas e 53 subáreas²⁹.

O Quadro seguinte demonstra os cursos de graduação e sua recorrência na autoria dos artigos.

Quadro 8 – Recorrência dos cursos de graduação dos autores nos artigos considerados válidos, conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES

ÁREA CAPES	SUBÁREA CAPES	TOTAL DA SUBÁREA	TOTAL DA ÁREA
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Agronomia	6	10
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	2	
	Engenharia Agrícola	1	
	Medicina Veterinária	1	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Biologia Geral	62	65
	Bioquímica	1	
	Ecologia	1	
	Microbiologia /E/ Imunologia	1	
CIÊNCIAS DA SAÚDE	Educação Física	74	1546
	Enfermagem	301	
	Farmácia	118	
	Fisioterapia e Terapia Ocupacional	123	
	Fonoaudiologia	31	
	Medicina	470	
	Nutrição	216	
	Odontologia	213	
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	Ciência da Computação	5	53
	Física	1	
	Geociências	1	
	Matemática	9	
	Probabilidade e Estatística	33	
	Química	4	
CIÊNCIAS HUMANAS	Antropologia	5	278
	Ciência Política	4	
	Educação	15	
	Filosofia	10	
	Geografia	7	
	História	40	
	Psicologia	187	
	Sociologia	7	
	Sociologia /e/ Ciência Política	2	
	Teologia	1	
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Administração	21	119
	Arquitetura E Urbanismo	6	
	Ciência da Informação	3	
	Comunicação	11	
	Desenho Industrial	1	
	Direito	11	
	Economia	28	
	Serviço Social	38	

²⁹ As subáreas serão aqui consideradas como a graduação dos autores.

ÁREA CAPES	SUBÁREA CAPES	TOTAL DA SUBÁREA	TOTAL DA ÁREA
ENGENHARIAS	Engenharia Aeroespacial	1	32
	Engenharia Biomédica	7	
	Engenharia Civil	3	
	Engenharia de Produção	5	
	Engenharia Elétrica	7	
	Engenharia Mecânica	4	
	Engenharia Química	4	
	Engenharia Sanitária	1	
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	Artes	2	7
	Letras	5	
MULTIDISCIPLINAR	Ciências Ambientais	2	92
	Ensino	1	
	Interdisciplinar	89	

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme pôde ser observado, a Medicina é o curso que mais contribuiu na autoria dos artigos, sendo que representa 21,3% do total. Aplicando novamente o princípio de Pareto, constatou-se, no âmbito do estudo em tela, que os profissionais com formação em Medicina foram maciçamente ativos no campo da Saúde Coletiva e se sobressaíram numericamente diante da produção científica dos outros cursos.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados será apresentada em três momentos: algumas considerações a respeito da organização e representação da informação sob a perspectiva das palavras-chave; análise dos assuntos mais abordados; e visualizando a representação da informação sob a perspectiva da origem acadêmica (graduação) dos autores.

Posteriormente, será demonstrado um panorama da relação dos assuntos mais abordados e suas associações com os profissionais que mais se destacaram. Finalizando o presente item, serão relatadas algumas limitações da pesquisa em tela.

6.1 A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS PALAVRAS-CHAVE

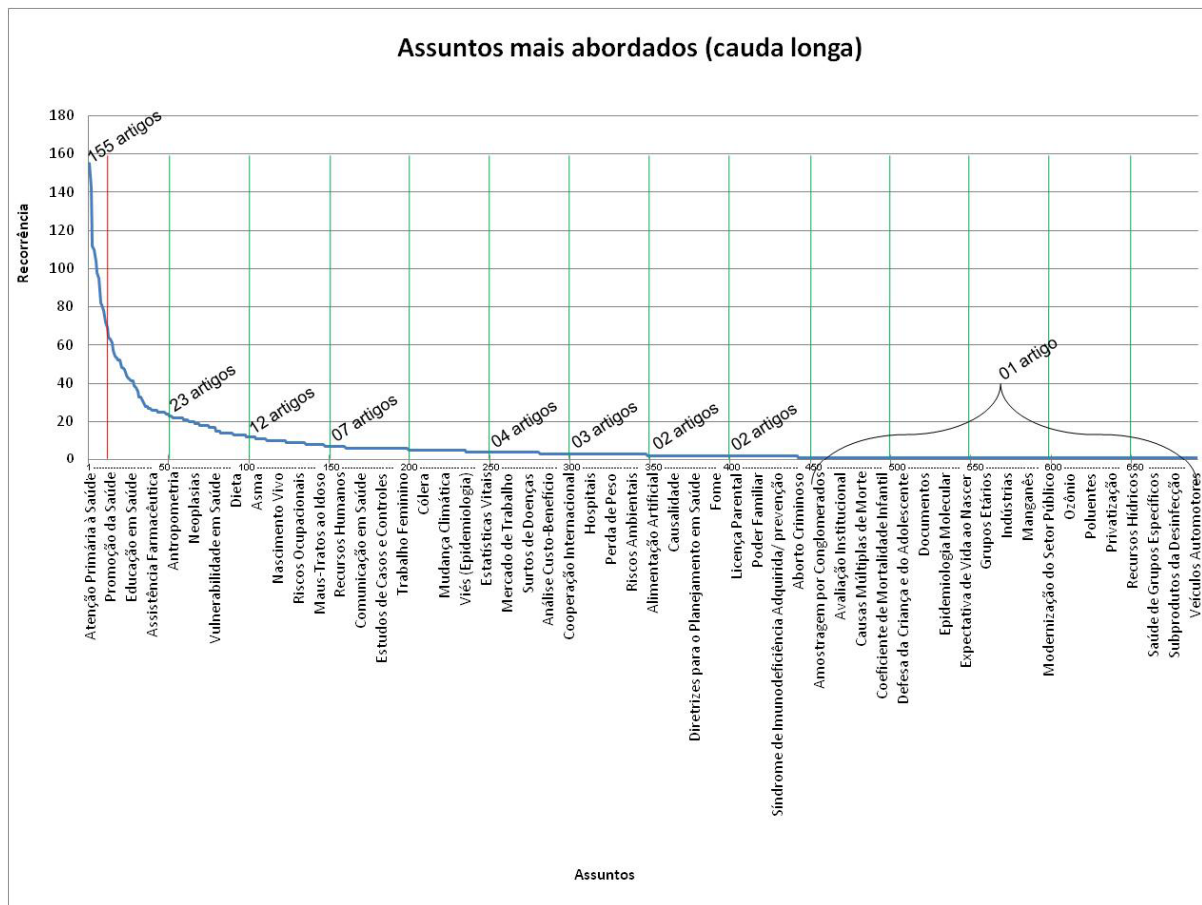
Ao realizar os procedimentos de coleta e seleção das palavras-chave, foi possível perceber que os editores demonstram interesse em auxiliar os autores na representação temática de seus artigos, pois indicam a utilização de instrumentos na seleção dos termos que, relativamente, contribuem para a sua padronização e para a organização da informação.

Todavia, observou-se que, em diversos artigos, os autores utilizaram as palavras-chave em número demasiado ou insuficiente, adotaram termos diferentes com significados sinônimos, palavras sem valor semântico e até mesmo erros de grafia. Algumas dessas situações podem ter ocorrido por desconhecimento ou desatenção dos autores, porém também pode-se inferir que algumas palavras-chave tenham sido atribuídas visualizando as futuras estratégias de pesquisa de possíveis leitores.

Nota-se que, embora a verificação dos termos no DeCS tenha sido empregada com o intuito de apenas identificar quais termos pertencem à categoria Saúde Pública, o dicionário foi essencial para padronizar as palavras-chave coletadas e, portanto, identificar os assuntos que estas representam. Sem o auxílio desse instrumento, não teria sido possível reuni-los, pois as variações de grafia e sinônimos empregados pelos autores certamente iriam interferir no resultado da pesquisa.

O gráfico a seguir apresenta a visualização da ocorrência dos assuntos sob a perspectiva da “cauda longa” (ANDERSON, 2006). Observa-se que uma pequena quantidade de assuntos delimitados pelo traço vermelho (os 10 mais recorrentes) obteve um expressivo índice de frequência nos artigos (20% da incidência geral), enquanto a maioria foi utilizada pouca ou pouquíssimas vezes (alguns assuntos foram abordados apenas uma vez). Em virtude da quantidade, no gráfico não foi possível contemplar todos os 692 assuntos identificados, porém o eixo horizontal demonstra a ordem decrescente dos assuntos mais abordados em escala de 50, enquanto o eixo vertical demonstra a quantidade de artigos em que o assunto foi abordado.

Gráfico 1 – Recorrência dos assuntos nos artigos (cauda longa)



Ainda que os assuntos mais abordados se limitem a uma pequena parcela do total, entende-se que representam os maiores interesses de pesquisa dos autores, os quais, por sua vez, podem estar associados às necessidades da população, à busca de informação para a elaboração e aprimoramento de políticas

públicas para a prevenção e tratamento de doenças, endemias e outros fatores associados.

Os demais assuntos, embora possam não apresentar um percentual significativo de frequência nos artigos, representam uma grande parcela de interesses do campo da Saúde Coletiva, porém abordados com menor ênfase. Ao observar a gama de assuntos abordados pelo Campo, é possível constatar que sua abrangência vai além dos limites da área da Saúde.

Vale salientar que a baixa frequência de um assunto não significa necessariamente que ele não seja um tema de interesse e relevância, pois assuntos significativos podem ser pouco pesquisados por razões que, no momento, não se podem mensurar com certeza. Possivelmente, dentre as razões, pode-se incluir a escassez de recursos humanos e financeiros, o desconhecimento institucional ou mesmo a falta de associação do assunto com as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, visto que grande parcela das pesquisas científicas é desenvolvida nas universidades (MEADOWS, 1999).

Embora não seja o objetivo principal do presente estudo, optou-se por comparar as palavras-chave que os autores utilizaram para representar os dez assuntos mais abordados com os termos recomendados pelo DeCS e, assim, visualizar se os autores utilizam algum tipo de padronização na representação temática dos artigos. O Quadro 8 apresenta as palavras-chave (em ordem alfabética) conforme constam no DeCS, os sinônimos que ele indica em português, as variações utilizadas pelos autores e a quantidade de vezes que foram empregadas.

Quadro 9 – Associação entre as palavras-chave empregadas pelos autores com a recomendação do DeCS

TERMOS (DeCS)	SINÔNIMOS (DeCS)	VARIAÇÕES EMPREGADAS PELOS AUTORES	RECORRÊNCIA DAS VARIAÇÕES
Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> • Adolescência • Adolescentes • Jovem • Jovens • Juventude 	Adolescência	22
		Adolescente	97
		Adolescentes	16
		Crianças e Adolescentes	1
		Jovem	1
		Juventude	5
Atenção Primária à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Atenção Primária de Saúde • Atenção Básica • Atenção Básica à Saúde • Atenção Primária • Atendimento Primário 	Atenção Básica	22
		Atenção Básica a Saúde	12
		Atenção Primária	15
		Atenção Primária (Básica) à Saúde	1
		Atenção Primária à Saúde	89

TERMOS (DeCS)	SINÔNIMOS (DeCS)	VARIAÇÕES EMPREGADAS PELOS AUTORES	RECORRÊNCIA DAS VARIAÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> Cuidados Primários Cuidados Primários de Saúde 	Atenção Primária de Saúde	4
		Atenção Primária em Saúde	5
		Cuidados Primários	1
		Cuidados Primários da Saúde	2
		Cuidados Primários de Saúde	3
		Serviço de Atenção Básica	1
Criança	<ul style="list-style-type: none"> Crianças 	Criança	68
		Crianças	9
		Crianças e Adolescentes	1
Estratégia Saúde da Família	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Saúde da Família (ESF) Estratégia da Saúde da Família Estratégia de Saúde da Família Estratégia de Saúde Familiar Estratégia Saúde Familiar Programa Saúde da Família Programa Saúde da Família (PSF) Programa de Saúde Familiar Programa de Saúde da Família 	Estratégia de Saúde da Família	8
		Estratégia Saúde da Família	19
		Programa de Saúde da Família	14
		Programa Saúde da Família	60
		PSF	2
		Representação Social e Estratégia Saúde da Família	1
Estudos Transversais	<ul style="list-style-type: none"> Levantamentos de Frequência de Doenças Estudos de Prevalência Estudos de Corte Transversal Estudos Seccionais 	Estudos de Prevalência	1
		Estudos Transversais	109
Fatores de Risco	<ul style="list-style-type: none"> Fator de Risco Fatores de Risco Biológicos Fatores de Risco Não Biológicos Fatores de Riscos Biológicos Fatores de Riscos Não Biológicos 	Fatores de Risco	82
Fatores Socioeconômicos	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos Socioeconômicos Condições Socioeconômicas Ambiente Socioeconômico Estrutura Socioeconômica Situação Socioeconômica 	Condições Socioeconômicas	1
		Fatores Socioeconômicos	79
		Variáveis Socioeconômicas	1
Saúde Bucal	<ul style="list-style-type: none"> Não apresenta sinônimos 	Saúde Bucal	92
		Saúde Bucal Coletiva	2
		Saúde Bucal da Gestante	1
Saúde Pública	<ul style="list-style-type: none"> Saúde Coletiva 	Saúde Coletiva	42
		Saúde Pública	69
		Saúde Pública e Coletiva	1
Sistema Único de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Único de Saúde (SUS) 	Rede SUS	1
		Sistema Único de Saúde	73
		Sistema Único de Saúde (SUS)	1
		Sistema Único de Saúde, Economia	1
		SUS	22
TOTAL			1.057

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme apresentado, nota-se que dentre os assuntos mais abordados, na maioria das vezes, os autores utilizam os termos conforme o recomendado pelo DeCS, o que permite que a representação temática dos artigos obedeça a certo padrão e, conseqüentemente, favoreça a organização da informação.

Contudo, observa-se também o emprego de variação dos termos, como o uso de siglas, plural, junção de dois termos em uma só palavra-chave, mudança de preposições, por exemplo, entre outros. Em diversas bases de dados, essa questão não chega a ser um problema, pois os mecanismos de busca permitem recuperar os termos pelo radical da palavra e pelo cruzamento de palavras aleatórias, entre outras opções de pesquisa.

Ressalta-se que no universo das demais palavras-chave coletadas, que não estão representadas no Quadro 8, verificou-se que algumas foram adotadas pelos autores utilizando palavras bem diferentes dos termos recomendados. No entanto, essa variação não será exposta no presente trabalho, porque acredita-se que a significativa contribuição que esse tema pode trazer à Ciência da Informação merece um estudo à parte, com a profundidade de análise e discussão que lhe é pertinente.

6.1.1 Algumas Considerações a Respeito das Palavras-Chave

Não há uma norma técnica específica para atribuir palavras-chave, no entanto, para os profissionais da Ciência da Informação, alguns requisitos ficam evidentes:

- não se deve utilizar termos sem significado semântico: as palavras-chave devem trazer uma carga informacional que permita ao usuário identificar, ao menos em parte, o assunto abordado no documento;
- evitar a utilização de um número muito reduzido de termos: as palavras-chave se complementam na representação temática do artigo e servem ainda como possibilidades de busca dos usuários;
- empregar um farto número de palavras-chave não irá garantir uma representação temática eficiente se os termos forem

escolhidos aleatoriamente, sem um padrão terminológico adequado;

- sempre que possível, utilizar um instrumento de linguagem documentária da área do documento, com o intuito de atribuir palavras-chave com terminologia específica;
- visualizar as palavras-chave como um recurso que irá conduzir o usuário ao artigo, ampliando a possibilidade de leitura e citação;
- o emprego de palavras-chave em linguagem natural pode ser interessante, ou mesmo indispensável, nos casos em que o assunto é inédito e não está contemplado em um instrumento de controle de vocabulário. No entanto, é importante utilizar também termos específicos da área para contextualizar o documento.

De acordo com essa perspectiva, torna-se necessário afirmar que os instrumentos e técnicas desenvolvidos pela Ciência da Informação possibilitam à Saúde Coletiva, assim como às outras áreas do conhecimento, recursos que viabilizam a profícua representação da informação e, por conseguinte, propiciam a organização da informação.

A seguir, apresenta-se a análise dos assuntos mais abordados, por ordem de recorrência, com a intenção de traçar um perfil dos interesses científicos dos autores.

6.2 ASSUNTOS MAIS ABORDADOS NOS ARTIGOS

Os 10 (dez) assuntos mais recorrentes ou mais abordados foram selecionados para serem analisados individualmente e, assim, alcançar parte dos objetivos propostos neste estudo. Conforme citado anteriormente, tais assuntos são: Atenção Primária à Saúde, Adolescente, Saúde Pública, Estudos Transversais, Estratégia Saúde da Família, Sistema Único de Saúde, Saúde Bucal, Fatores de Risco, Fatores Socioeconômicos e Criança, nessa ordem.

Tais assuntos foram versados principalmente por profissionais com formação acadêmica em Medicina, Enfermagem, Odontologia, Nutrição, Psicologia, Educação Física, Fisioterapia, Interdisciplinar, Terapia Ocupacional, Farmácia, Economia e Fonoaudiologia.

6.2.1 Atenção Primária à Saúde

A *Atenção Primária à Saúde* (APS) (155 artigos) foi o assunto mais discutido pelos autores. Refere-se à acessibilidade da assistência sanitária para todos os indivíduos e famílias em todas as etapas do seu desenvolvimento, de acordo com as possibilidades financeiras das instâncias públicas.

Conforme a Declaração de Alma-Ata (1978),

Os cuidados primários de saúde são cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país possam manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de autoconfiança e automedicação.

Dentro da temática APS, os assuntos mais relacionados nos artigos foram Estratégia Saúde da Família, Sistema Único de Saúde, Saúde da Família, Gestão em Saúde e Saúde Mental, nessa ordem.

Constata-se que, ao discutir o assunto mencionado, os autores retratam a necessidade de assistência ao indivíduo e à família, sob todos os aspectos que afetam o que pode ser considerado “saúde”. Apresentam as preocupações em relação à estruturação da saúde no âmbito do indivíduo e das famílias, e o impacto das ações, projetos e serviços proporcionados pelos órgãos governamentais. Abordam, ainda, as políticas de gestão em saúde e o planejamento acerca das decisões, ações e investimentos. Outro aspecto muito estudado pelos autores é referente à saúde mental do indivíduo, ao estresse e à carga emocional, tanto em suas relações pessoais quanto na capacidade de trabalho e contribuição para a sociedade.

No que diz respeito à formação acadêmica dos autores desses trabalhos, sobressaíram-se a Medicina, Enfermagem, Odontologia, Psicologia e Farmácia, entre outros. As abordagens enfocam ações de medicina curativa, no atendimento ao paciente e suas patologias, mas também sob a perspectiva da medicina preventiva, discutindo a formação de agentes de saúde para a orientação à população a respeito de medidas de higiene, prevenção de doenças e apoio à saúde materno-infantil.

Nesse contexto, ressalta-se o interesse dos profissionais no que tange ao diagnóstico e tratamento via exames, medicação, alimentação adequada e exercícios físicos. Conhecer melhor seu próprio organismo propicia ao indivíduo uma melhor qualidade de vida, melhor recuperação de suas doenças e a prevenção de outras. Observa-se que o estado e a sociedade estão preocupados com a qualidade de vida do cidadão e o melhor desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, o que reflete também em menor custo assistencial.

6.2.2 Adolescente

As abordagens a respeito do assunto *Adolescente* (142 artigos) se deram principalmente relacionadas aos assuntos Criança, Estudos de Coortes, Consumo de Alimentos, Fatores Socioeconômicos e Estudos Transversais. Demonstram algumas preocupações a respeito da formação do futuro cidadão tanto nas questões relacionadas à saúde física quanto ao que se refere ao comportamento, educação, alimentação e situação financeira. Nesse sentido, Levy et al. (2010, p. 3086) afirmam que “A adolescência é um período de intensas transformações que são influenciadas pelos hábitos familiares, amizades, valores e regras sociais e culturais, condições socioeconômicas, assim como por experiências e conhecimentos do indivíduo”.

Observa-se que atualmente o comportamento dos adolescentes tem sido foco de diversos debates relacionados à iniciação sexual, gravidez, aborto e maternidade, o que afeta diretamente o comportamento familiar e a maturidade. Tal panorama muitas vezes é a causa da evasão escolar para a formação de família e inserção precoce no mercado de trabalho.

Vale salientar que o uso do álcool, tabaco e drogas ilícitas na infância e adolescência também são catalizadores para a desordem física, psíquica e social dessa faixa etária, sendo que existem ações governamentais e não governamentais de incentivo à continuação da vida escolar, prática de esportes e inserção na comunidade, de forma a lhes oferecer orientação e buscar soluções ou, ao menos, minimizar os impactos desses fatores na formação e bem-estar do cidadão.

Os profissionais que mais discutiram o assunto “Adolescente” provêm dos cursos de Medicina, Nutrição, Psicologia, Educação Física e

Enfermagem. Refletem as diversas instâncias das necessidades do cidadão em formação no que se refere à sua família, sociedade, prevenção e tratamento de doenças.

6.2.3 Saúde Pública

Observa-se que o assunto *Saúde Pública* (112 artigos) está representado dessa forma no presente estudo por ser o termo recomendado pelo DeCS para contemplar também os assuntos relacionados à Saúde Coletiva. De acordo com o DeCS (SAÚDE PÚBLICA, 2014), Saúde Pública é o “Ramo da medicina voltado para a prevenção e o controle de doenças e deficiências, e para a promoção da saúde física e mental da população tanto nos níveis internacional e nacional, como no estadual ou municipal.”

Convém ressaltar que o termo *Saúde Coletiva* foi muito utilizado nos artigos, inclusive em conjunto com o termo *Saúde Pública*, porém enfatiza-se que, nesse caso, considerando as questões epistêmicas dos dois campos, não foi possível reconhecer os enfoques discutidos pelos autores apenas com a apreciação das palavras-chave. Seria necessário um estudo mais aprofundado, analisando o conteúdo dos artigos, para constatar se os autores apenas utilizaram termos diferentes ou se em suas abordagens realmente destacam uma delimitação dos dois campos.

No que se refere aos assuntos correlacionados, a “Saúde Pública” foi muito debatida juntamente com Sistema Único de Saúde, Saúde Mental, Saúde Bucal, Promoção da Saúde e Estratégia Saúde da Família. No entanto, nota-se uma intensa variação de outros assuntos com os quais se relacionou, sob os mais variados enfoques. Em decorrência, destacam-se as discussões acerca das ações e serviços em saúde promovidos pelos governos das esferas federal, estadual e municipal, abordando principalmente as necessidades de investimento na prevenção de endemias e epidemias. Como exemplo dessas ações evidencia-se o desenvolvimento, produção, distribuição e aplicação de vacinas, as campanhas de vacinação e a conscientização da população de que essa prática pode propiciar uma melhoria da qualidade de vida por meio da prevenção de doenças. Ao evitar um surto de doença na população, automaticamente são reduzidas as necessidades de atendimento e internações, uso de equipamentos e medicamentos para o

tratamento. Abordaram-se também questões relacionadas ao bem-estar do indivíduo, que se refletem no coletivo, como o estresse.

Vale salientar que é possível perceber nos artigos um dos grandes problemas na atualidade abarcado pela Saúde Pública, que refere-se às “cracolândias”, à assistência social aos viciados, destacando-se aqueles que são moradores de rua, à reestruturação das famílias destruídas pelas drogas e à segurança das famílias que convivem com essa situação em sua vizinhança.

Outra questão identificada nas abordagens está associada ao serviço público de atendimento médico nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e hospitais públicos. A falta de profissionais, equipamentos e medicamentos para o atendimento é evidenciada diariamente na mídia.

Na maioria das vezes, os assuntos foram apresentados por profissionais com formação em Medicina, Psicologia, Enfermagem, Interdisciplinar e Odontologia.

6.2.4 Estudos Transversais

Estudo Transversal é um “Estudo que analisa a relação entre doenças (ou outros aspectos relacionados à saúde) e outras variáveis de interesse, e como eles existem em uma população específica, e em um determinado período.” (CROSS-SECTIONAL STUDY, 2001, p. 44, tradução nossa).

Os estudos transversais são utilizados como uma ferramenta para analisar a exposição de uma população a um determinado evento, com a finalidade de investigar as causas e efeitos possíveis de serem identificados em grupos expostos e não expostos, sendo, portanto, “[...] de grande utilidade para a descrição de características da população, para a identificação de grupos de risco e para a ação e o planejamento em saúde” (BASTOS; DUQUIA, 2007, p. 231).

Dentre as abordagens destacaram-se principalmente os assuntos Fatores de Risco e Fatores Socioeconômicos. No entanto, constatou-se também a relação com uma grande variedade de temas, visto que trata-se de uma forma de avaliar um determinado contexto, por um determinado período de tempo, e que pode ser aplicado em estudos relacionados à saúde sob vários aspectos.

Ainda que tenha sido um universo amplo de enfoques, vale ressaltar a preocupação dos autores em identificar grupos de risco, fatores associados a doenças, nutrição, obesidade, violência sexual, violência doméstica e serviços de saúde. Foram identificados ainda diversos enfoques a respeito da saúde do trabalhador, como saúde mental, estresse, condições de trabalho, lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (DORT).

Importa mencionar que nas palavras-chave não sobressaíram assuntos relacionados ao idoso; no entanto, pode-se observar que muitas das abordagens foram elencadas nessa faixa etária. Os fatores socioeconômicos, assistência a idosos e fatores associados foram alguns dos enfoques identificados.

Os assuntos foram debatidos principalmente por profissionais com formação em Medicina, Educação Física, Enfermagem, Nutrição e Odontologia. Observou-se, nos artigos, que quase sempre a formação acadêmica do autor está diretamente relacionada com o tema principal em debate, como educação física e exercícios, enfermagem e cuidados, nutrição e hábitos alimentares, odontologia e saúde bucal. No entanto, os profissionais com formação em medicina abordaram uma maior variedade de assuntos relacionados à saúde, como o uso do álcool, violência, transtornos mentais, hipertensão, acidentes de trânsito, entre outros.

Dessa forma, vale ressaltar que o índice de profissionais com formação em medicina foi muito significativo na autoria dos artigos. Os temas e enfoques por eles debatidos foram muito variados e abarcaram uma série de problemas da população.

6.2.5 Estratégia Saúde da Família

A *Estratégia Saúde da Família* (104 artigos) é caracterizada pela promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidado de doenças crônicas. A assistência aos indivíduos é realizada principalmente em territórios de UBS, de forma a evitar a necessidade de atendimentos hospitalares e internações (SOCIEDADE..., 2014, não paginado).

Segundo Kell e Shimizu (2010, p. 1534), “O Programa Saúde da Família (PSF) tem sido considerado uma estratégia para a reorientação do modelo de assistência a partir da atenção básica, em conformidade com os princípios do (SUS)”.

Os principais assuntos discutidos em conjunto com a Estratégia Saúde da Família foram a Atenção Primária à Saúde, Sistema Único de Saúde e Avaliação em Saúde. Em linhas gerais, as abordagens se direcionam a grupos específicos de indivíduos, tais como saúde materno-infantil, qualidade de vida de idosos, a atuação de classes de profissionais na promoção da saúde e diagnóstico de eventos na população de um determinado território geográfico.

Observa-se que essas ações envolvem o acompanhamento da saúde do indivíduo em diversas fases da vida, de acordo com o contexto no qual está inserido. No período gestacional, por exemplo, o acompanhamento pré-natal contribui com orientações que favorecem a saúde da mãe e da criança, tais como a ingestão de vitaminas, cuidados preventivos, preparo para o parto e amamentação. Os cuidados e orientações também enfocam a violência sexual e doméstica, saúde bucal, nutrição infantil e assistência a idosos.

A Estratégia Saúde da Família, pelo seu objetivo e abrangência, é uma temática cujos enfoques podem ser muito diversificados, assim como a diversidade dos profissionais nela envolvidos. Destacaram-se os autores com formação em Medicina, Enfermagem, Odontologia, Psicologia e Nutrição.

6.2.6 Sistema Único de Saúde (SUS)

O *Sistema Único de Saúde* (98 artigos) dispensa apresentações com relação à sua importância para o atendimento à saúde da população. No entanto, vale ressaltar que “[...] é constituído pelo conjunto das ações e de serviços de saúde sob gestão pública. Está organizado em redes regionalizadas e hierarquizadas e atua em todo o território nacional, com direção única em cada esfera de governo.” (BRASIL, 2011, p. 24).

Os assuntos mais relacionados a ele são Política de Saúde, Atenção Primária à Saúde, Estratégia Saúde da Família, Saúde Pública e Regionalização. Nota-se, nas abordagens, que o SUS não é apenas um assunto relacionado, mas sim o palco central das discussões, nas quais os autores discorrem a respeito de planejamento, políticas públicas, e diagnósticos referentes às ações e serviços oferecidos pelo SUS. As estratégias dos governos federal, estaduais e municipais e o financiamento à saúde também são assuntos em destaque.

Os artigos apresentaram a contribuição de profissionais da Administração e Economia, contudo a maior participação foi da Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e Psicologia.

6.2.7 Saúde Bucal

Narvai e Antunes (2003, p. 123) apresentam a *Saúde Bucal* como sendo

[...] um conjunto de condições, objetivas (biológicas) e subjetivas (psicológicas), que possibilita ao ser humano exercer funções como mastigação, deglutição e fonação e, também, pela dimensão estética inerente à região anatômica, exercitar a auto-estima e relacionar-se socialmente sem inibição ou constrangimento.

A Saúde Bucal é vista por muitos indivíduos apenas como um elemento estético, desmerecendo as importantes funções fisiológicas associadas à mastigação e higiene bucal adequados.

Perfazendo um total de 95 artigos, o assunto mais relacionado com a temática foi Qualidade de Vida, Estratégia Saúde da Família, Atenção Primária à Saúde, Cárie Dentária e Criança. Observa-se que a Saúde Bucal não está relacionada apenas à preservação da integralidade dos dentes ou mesmo à sua restauração e substituição; envolve aspectos inerentes à função bucal e os prejuízos causados pela má oclusão, dos quais pode-se citar o impacto da mastigação para a absorção de nutrientes elementares para o desenvolvimento do organismo, como a ingestão de vitamina C, vitamina A, cálcio, fibra e proteína (ANDRADE, 2011). Outro aspecto é a relação entre saciedade alimentar e obesidade.

Apesar de não estarem significativamente representadas nas palavras-chave, as discussões relacionadas a idosos foi muito recorrente. Nesse sentido, constatou-se a presença dessa faixa etária em cerca de 21% dos artigos com o assunto Saúde Bucal. Considerando ser um período da vida em que a dentição é mais delicada, ou mesmo ausente, os artigos discutem a qualidade de vida dos idosos, atendimento odontológico, entre outros aspectos.

De acordo com Mesas, em seu estudo no ano de 2005 (p. 16), “As pesquisas epidemiológicas sobre a saúde bucal dos idosos ainda são escassas no Brasil [...]” Entretanto, considerando o aumento de artigos que abordaram esse

tema atualmente, podem-se apresentar duas hipóteses: que houve um crescimento do interesse em pesquisas relacionadas à saúde bucal em pessoas idosas ou que a representação temática dos trabalhos não sugere a relevância desse tema.

De forma geral, fica evidente a preocupação dos profissionais com os reflexos que a saúde bucal proporciona na saúde e bem-estar da população.

A Saúde Bucal foi o único assunto que contou quase que exclusivamente com uma graduação específica, a Odontologia, sendo que houve a participação de apenas cinco profissionais de outras formações (Economia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Interdisciplinar e Medicina).

6.2.8 Fatores de Risco

Inicialmente salienta-se que termo *Fatores de Risco* (82 artigos) não deve ser confundido com “risco”, pois não é a probabilidade de ameaça, danos ou vulnerabilidade (ex.: risco de morte). De acordo com Moriguchi (2002, p. 63),

O termo fator de risco (FR) descreve aquelas características que, quando encontradas em indivíduos saudáveis, estão associadas de forma independente com a manifestação subsequente de uma determinada doença. Nesse sentido, um FR pode ser definido como qualquer traço ou característica mensurável de um indivíduo que possa prever a probabilidade desse indivíduo vir a manifestar uma determinada doença.

Foi muito abordado em conjunto com Estudos Transversais, qualificado como uma excelente ferramenta para identificar características específicas nos indivíduos, de forma a elaborar diagnósticos; Fatores Socioeconômicos, elemento de grande representatividade na qualidade de vida e bem estar; e Epidemiologia, que trata-se do “[...] estudo dos fatores que determinam a frequência e a distribuição das doenças nas coletividades humanas.” (LAST, 1983, apud ROUQUAYROL; SILVA, 1988, p. 56).

Dentre os enfoques, destacaram-se fatores associados a doenças crônicas, em especial as cardiovasculares. A hipertensão esteve presente em diversos artigos, inclusive no âmbito da infância e adolescência, retratando o quadro atual de preocupação em relação a medidas preventivas e curativas, como a alimentação e a prática de esportes e exercícios físicos desde a mais tenra idade.

Verificam-se esforços para orientar o indivíduo a evitar ou minimizar a probabilidade de doenças crônicas que se agravam na maturidade e causam prejuízos à saúde, que se refletem principalmente na velhice.

Identificaram-se também discussões a respeito de alguns aspectos da saúde materno-infantil, como a mortalidade da mãe e/ou da criança, tipos e situações de parto.

Evidenciam-se, na discussão desses assuntos, os profissionais da Medicina, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e Educação Física.

6.2.9 Fatores Socioeconômicos

Fatores Socioeconômicos (81 artigos) são “Fatores sociais e econômicos que caracterizam o indivíduo ou o grupo dentro da estrutura social.” (FATORES Socioeconômicos, 2014, não paginado). Pode-se citar, por exemplo, o nível de escolaridade e a renda salarial como dois fatores muito comuns em estudos relacionados com a criminalidade e o mercado de trabalho.

Em linhas gerais, considerando a abrangência do tema, os fatores socioeconômicos podem ser abordados em conjunto com uma grande diversidade de assuntos e enfoques. Os principais assuntos relacionados foram Estudos Transversais e Fatores de Risco, que, conforme mencionado anteriormente, compreendem técnicas utilizadas para fazer diagnósticos na população e, assim, reunir informações significativas para o planejamento de ações e serviços relacionados à Saúde.

Outro assunto em destaque é Desigualdades em Saúde, cujos enfoques ressaltam o atendimento em serviços públicos de saúde e a incidência de doenças sob aspectos sazonais ou geográficos.

Salientam-se também as abordagens relacionadas a Adolescente, que tiveram como principal enfoque o incentivo a atividades físicas e a necessidade delas, atenção à nutrição, e ainda o consumo de álcool e a vulnerabilidade à violência. Com relação ao assunto Criança, pode-se constatar grande preocupação com a desnutrição e os impactos que proporciona no desenvolvimento físico e mental.

Verificou-se que os autores provêm principalmente dos cursos de Medicina, Nutrição, Educação Física, Enfermagem e Odontologia.

6.2.10 Criança

A Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1990, p. 6) apresenta que “[...] criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.” Acrescenta ainda que compete à família ou representantes legais zelar pelo seu bem-estar, pela sua saúde e pela sua educação, cabendo ao Estado o auxílio nessa responsabilidade.

Importa ressaltar que a educação tem como objetivo

[...] promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicas, na medida das suas potencialidades. E deve preparar a criança para uma vida adulta ativa numa sociedade livre e inculcar o respeito pelos pais, pela sua identidade, pela sua língua e valores culturais, bem como pelas culturas e valores diferentes dos seus. (UNICEF, 1990, p. 21).

Observa-se que a criança é um ser em fase de desenvolvimento físico e psicológico; é vulnerável e deve ser amada, respeitada e protegida. Deve ser orientada com relação a valores morais e culturais que irão refletir em todo o seu desenvolvimento e fase adulta. São as orientações recebidas desde a infância que propiciam ao indivíduo a noção de certo e errado, o julgamento de valor e o senso crítico.

Vale ressaltar que os cuidados dedicados à criança refletem no desenvolvimento ao longo de toda a sua vida. Os assuntos mais relacionados com o tema (78 artigos) foram Adolescente, Fatores de Risco, Qualidade de Vida, Estudos Transversais e Fatores Socioeconômicos. Nos enfoques, pode-se verificar a violência física, sexual e psicológica em crianças e adolescentes, muitas vezes no âmbito familiar. Também enfatizou-se a qualidade de vida, saúde bucal e questões relacionadas à nutrição e obesidade, além da incidência de doenças em um determinado tempo e espaço (prevalência).

A maioria dos autores tem formação acadêmica em Medicina, Nutrição, Psicologia, Odontologia e Enfermagem.

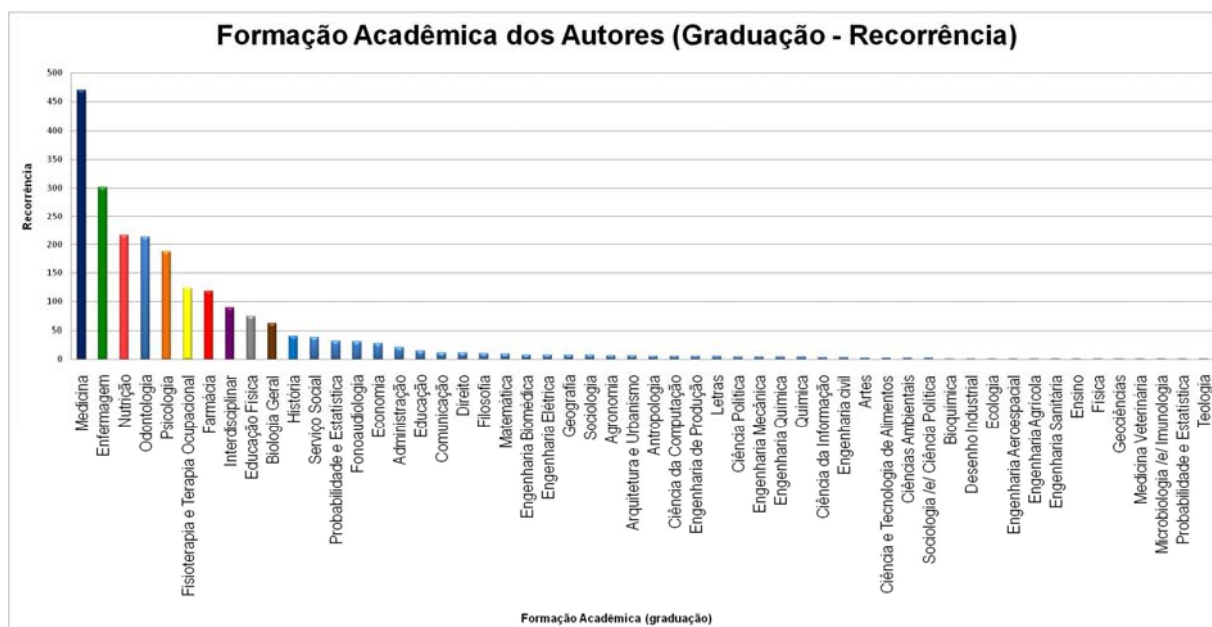
6.3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA ORIGEM ACADÊMICA (GRADUAÇÃO) DOS AUTORES

Constatou-se a contribuição de autores oriundos das 09 (nove) áreas do conhecimento: Ciências da Saúde (70,2%), Ciências Humanas (12,6%), Ciências Sociais Aplicadas (5,4%), Multidisciplinar (4,2%), Ciências Biológicas (2,9%), Ciências Exatas e da Terra (2,4%), Engenharias (1,5%), Ciências Agrárias (0,5%) e Linguística, Letras e Artes (0,3%).

Nota-se que o grande percentual de representatividade da área da Saúde se deve à contribuição dos profissionais que se graduaram principalmente nos cursos de Medicina, Enfermagem, Nutrição e Odontologia. Nas Ciências Humanas, o curso de maior destaque é a Psicologia.

O Gráfico 2 apresenta um panorama da formação acadêmica dos autores, no qual pode-se observar o cenário supramencionado.

Gráfico 2 – Recorrência da formação acadêmica dos autores (graduação), conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES



Fonte: Elaborado pela autora.

É de se considerar que as graduações pertencentes à área da Saúde tenham sido as mais recorrentes devido ao fato de os artigos focarem principalmente assuntos relacionados ao diagnóstico e tratamento de doenças.

Loyola (2012) afirma que as Ciências Sociais e Humanas são o cerne da Saúde Coletiva. No entanto, vale mencionar que o curso que mais se destacou nessas áreas, a Psicologia, em algumas universidades está alocado em centros de Ciências Biológicas e/ou da Saúde.

Embora em um número bem menor de artigos que os cursos citados anteriormente, o segundo curso de maior ocorrência nas Ciências Humanas foi a História; nas Ciências Biológicas, 95% dos autores têm formação em Biologia Geral, e, nas Ciências Sociais Aplicadas, a maior contribuição foi do curso de Serviço Social. Nas Ciências Exatas e da Terra, destacou-se o curso de Probabilidade e Estatística, e ainda houve cursos considerados Interdisciplinares na área Multidisciplinar.

Vale ressaltar que a visão de Loyola (2012) não está descartada, pois é possível que os cursos das Ciências Sociais e Humanas não tenham apresentado maior ênfase devido à não contemplação dos assuntos na categoria Saúde Pública do DeCS, que serviu como um delimitador dos termos para a análise. Ou, ainda, pode-se sugerir que, apesar de os artigos não evidenciarem os debates sociais e antropológicos, os autores utilizam alguns pressupostos teóricos dessas áreas para entender o contexto dos indivíduos ou grupos nos quais estão desenvolvendo suas pesquisas.

Sob o ponto de vista da “cauda longa” (ANDERSON, 2006), o Gráfico 3 demonstra que os 05 (cinco) cursos de graduação mais recorrentes estão presentes em uma quantidade de artigos superior à soma de todos os outros (63%). Nessa perspectiva, pode-se considerar que uma pequena parcela das profissões está relacionada às que mais pesquisam os assuntos referentes à Saúde Coletiva, porém há de se evidenciar que uma farta gama de profissionais com outra formação acadêmica contribui para o desenvolvimento do Campo.

Gráfico 3 – Recorrência dos cursos de graduação dos autores, conforme Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES



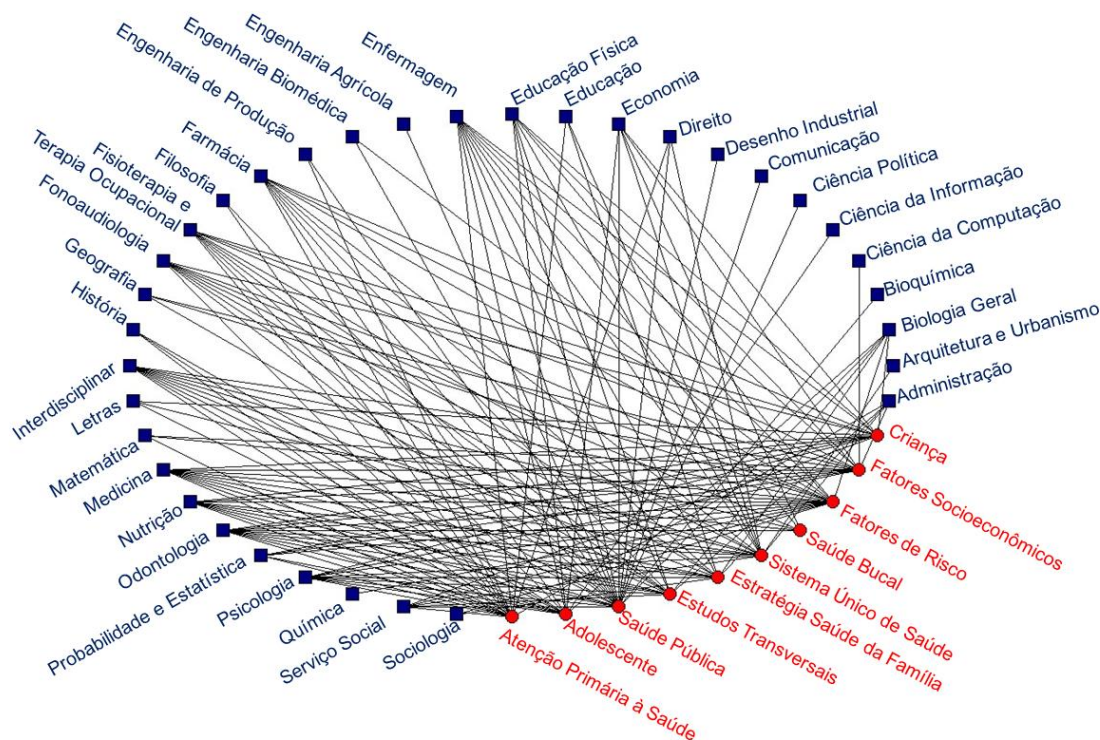
Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar novamente que tal panorama pode ter se formado devido à seleção de artigos conforme os assuntos da categoria Saúde Pública do DeCS. Se houvesse uma categoria específica da Saúde Coletiva ou se fossem analisados os assuntos de todos os artigos coletados, independente de serem ou não diretamente relacionados à categoria Saúde Pública, provavelmente os resultados seriam diferentes.

6.4 RELAÇÃO ENTRE OS ASSUNTOS MAIS RECORRENTES E A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS AUTORES

Na Figura a seguir, é possível ratificar a interdisciplinaridade da área, pois a associação dos assuntos mais abordados com a formação acadêmica de seus pesquisadores revela uma teia na qual os assuntos se concatenam, as profissões se complementam e as experiências se cruzam com o objetivo de investigar assuntos inerentes ao bem-estar público e, conseqüentemente, promover discussões acerca das necessidades e possíveis ações que proporcionem melhorias nas questões relacionadas à saúde. O esquema possibilita visualizar os assuntos mais abordados (em vermelho), e suas relações entre si e com a formação acadêmica de seus autores (em azul).

Figura 2 - Relação entre os assuntos mais recorrentes e a formação acadêmica de seus autores



Fonte: Elaborado pela autora ³⁰.

6.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Embora as palavras-chave, atribuídas ou não por meio da utilização de métodos e instrumentos adequados, possam ser consideradas muito eficientes para a representação da informação, não foi possível visualizar os enfoques dos artigos somente mediante a análise de termos. Recorreu-se, então, à leitura dos títulos de forma a contextualizar os assuntos.

Com relação à categoria Saúde Pública do DeCS, ressalta-se que, apesar de esse instrumento não identificar todos os assuntos possíveis no campo da Saúde Coletiva, no decorrer deste trabalho não foi localizado outro instrumento que atendesse a essa necessidade. Dessa forma, presume-se que alguns assuntos relacionados ao Campo não tenham sido contemplados na análise. Contudo, acredita-se que os assuntos identificados tenham sido suficientes para elaborar um

³⁰ O esquema foi elaborado utilizando o *software* UCINET.

quadro, ainda que restrito, do Campo, e ressaltar a interdisciplinaridade de seus assuntos e origem acadêmica de seus autores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização e o desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento intensificam a produção informacional, que cresce exponencialmente em quantidade e qualidade, propiciando aos indivíduos interessados um leque de informações nos mais diversos assuntos, nos mais variados enfoques.

Diante do contexto no qual a informação é abundante, são necessários esforços para poder torná-la organizada e acessível, de forma que seja possível encontrar, em meio à massa documental, informações que sejam de fato atualizadas e relevantes, e que possam, então, atender às necessidades informacionais de quem as requisita.

A produção científica no âmbito da Saúde Coletiva mostra-se ativa e crescente, o que resulta em um intenso fluxo de informação científica, conforme pode ser observado no decorrer deste trabalho. Os periódicos, que são a forma de comunicação científica selecionada para o presente estudo, apresentam um número elevado de artigos, os quais devem contar com uma representação temática eficiente que propicie a sua recuperação na busca dos usuários.

Diante dos objetivos propostos, foram selecionados artigos de seis periódicos científicos temáticos em Saúde Coletiva, referentes ao triênio 2010-2012, dos quais se identificou os assuntos mais abordados por meio de suas palavras-chave, e caracterizou-se a formação acadêmica de seus autores.

Como resultado, verificou-se que a quantidade de palavras-chave nos artigos pode ser muito variada, assim como a grafia que os autores utilizam. Empregou-se o DeCS como parâmetro de seleção dos termos referentes ao campo da Saúde Coletiva, assim como para a padronização dos mesmos, o que possibilitou a análise.

Entendeu-se que o DeCS é uma excelente ferramenta que auxilia os autores na escolha das palavras-chave e de cujo auxílio os editores entendem a necessidade, indicando o seu uso nas diretrizes para a submissão de artigos. Por outro lado, ainda que necessite de ajustes, percebeu-se na análise dos termos que os autores, em sua maioria, fazem uso dessa ferramenta.

Ainda assim, ressalta-se que a forma mais adequada de obter suporte na tarefa de atribuir palavras-chave, ou melhor, elaborar a representação

temática da informação, é consultando um profissional especializado, que disponha de instrumentos e técnicas adequadas para direcionar e/ou auxiliar o autor.

A seleção e padronização das palavras-chave apresentou um quadro em que a ocorrência dos 10 (dez) assuntos mais abordados representou 20% da recorrência geral, o que possivelmente demonstra os maiores interesses e/ou necessidades de pesquisa dos estudiosos do Campo.

Dentre os assuntos mais abordados, identificou-se a preocupação com questões referentes a duas faixas etárias, pois Adolescente e Criança foram dois termos com menção significativa nas palavras-chave. Verificou-se também que o assunto Idoso recebeu especial atenção em diversos artigos, no entanto esse fato não fica evidente em sua representação temática, pois não foi identificada uma quantidade expressiva de palavras-chave que remetessem a esse assunto. A constatação ocorreu apenas ao acaso, ao analisar os títulos dos artigos com o assunto Saúde Bucal, com o intuito de verificar os seus enfoques.

O cuidado com o indivíduo e seu ambiente foram evidenciados nos assuntos Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família, principalmente no que se refere aos cuidados preventivos.

Em Saúde Pública e Sistema Único de Saúde, as discussões evidenciaram principalmente questões relacionadas ao planejamento, políticas públicas e diagnósticos referentes às ações e serviços de saúde necessários à população. Destacaram-se também as estratégias dos governos federal, estaduais e municipais, o financiamento à saúde e as necessidades de investimento na prevenção de endemias e epidemias.

Os assuntos Estudos Transversais, Fatores de Risco e Fatores Socioeconômicos, que por diversas vezes foram abordados concomitantemente, revelam uma grande diversidade de temas relacionados à saúde da população. Utilizados como um tipo de abordagem nas pesquisas, possibilitam alguns parâmetros que auxiliam no diagnóstico de um indivíduo ou grupo.

No que diz respeito à formação acadêmica dos autores, constatou-se que a maioria provém da área de Saúde, como Medicina, Enfermagem, Nutrição e Odontologia. Nas outras áreas, embora em um número bem menor de artigos, destacaram-se a Biologia Geral (Ciências Biológicas), a Psicologia e a História (Ciências Humanas), Serviço Social (Ciências Sociais Aplicadas), Probabilidade e Estatística (Ciências Exatas e da Terra) e Interdisciplinar (Multidisciplinar). As áreas

de Ciências Agrárias, Engenharias, e Linguística, Letras e Artes foram identificadas na autoria dos artigos, porém não se destacaram.

Dessa forma, ficou evidente que há profissionais de todas as áreas do conhecimento contribuindo para a consolidação do campo da Saúde Coletiva.

Outro aspecto evidenciado no estudo em tela diz respeito ao papel da Ciência da Informação, seus pressupostos e procedimentos, na organização da informação em Saúde e, conseqüentemente, na recuperação de informações na Área mencionada.

A parceria entre as duas áreas do conhecimento, como bem frisaram Mota e Barbêto (2004), é indicativa da interdisciplinaridade que a constitui e que, como tal, merece ser evidenciada em seus mais diversos momentos de interlocuções. A multidisciplinaridade da Saúde Coletiva fica evidente, uma vez que recebe contribuição de outras áreas para a sua formação e desenvolvimento.

7.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Visualizando possibilidades de trabalhos futuros, sugere-se a continuidade da pesquisa em tela de forma a aprofundar as discussões a respeito da representação da informação no âmbito da Saúde.

Acredita-se que uma análise mais acurada a respeito dos termos mais empregados pode revelar as necessidades e dificuldades que os profissionais da Área vivenciam ao elaborarem a representação temática de seus artigos, bem como traçar algumas diretrizes que os auxiliem nessa tarefa.

REFERENCIAS

ALVARENGA, L. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <www.dgz.org.br/dez01/Art_05.htm>. Acesso em: 28 ago. 2012.

ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Informações básicas**. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/revistas/aabc/paboutj.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

ANDERSON, C. **A cauda longa**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2006.

ANDRADE, F. B. et al. The relationship between nutrient intake, dental status and family cohesion among older Brazilians. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2011000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2014.

ANDRÉ, F. Scientific research output: from Gutenberg to the Web. In: _____. **Libre accès aux savoirs**: open access to knowledge. Paris: Futuribles, 2005. p. 6-21. Disponível em: <<http://www.futuribles.com/fr/viewer/pdf/1772/>>. Acesso em: 1 maio 2013.

ARAÚJO, C. A. Á.; MARQUES, A. A. C.; VANZ, S. A. S. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4707>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

AROUCA, A. S. S. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. 1975. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA – ABRASCO. **Grupos, comissões e fóruns**. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/GruposComissoesForuns.php>>. Acesso em: 1 maio 2014.

BARRETO, M. L. A pesquisa em Saúde Coletiva no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, abr. 2003. Editorial. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v19n2/15400.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

BARROS, A. J. D. Produção científica em saúde coletiva: perfil dos periódicos e avaliação pela Capes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp., p. 43-49. 2006.

BASTOS, J. L. D.; DUQUIA, R. P. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 229-232, out./dez. 2007.

BERNARDINO, M. C. R. et al. Representação temática da informação em periódicos científicos brasileiros na área de Ciência da Informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió – AL. **Anais...** Disponível em: <<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/188/413>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE – BVS. **DeCS**: Descritores em Ciências da Saúde. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/P/decsweb2013.htm>>. Acesso em: 3 maio 2013.

BIOJONE, M. R. **Forma e função dos periódicos científicos na comunicação da ciência**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes – ECA, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.

BIRMAN, J. A Physis da saúde coletiva. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 11-16, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a02.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

BOCCATO, V. R. C. A linguagem documentária em catálogos online para a política de indexação. In: LEIVA, I. G.; FUJITA, M. S. L. F. (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 139-151.

BORBA, D. S.; VAN DER LAAN, R. H.; CHINI, B. R. Palavras-chave: convergências e diferenciações entre a linguagem natural e a terminologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/pci/v17n2/a03v17n2.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

BORKO, H. Information science: what is it?. **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.5090190103/pdf>>. Acesso em: 16 maio 2012.

BRANDAU, R.; MONTEIRO, R.; BRAILE, D. M. Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**, São José do Rio Preto, v. 20, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://www.SciELO.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 abr. 2014.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ECA/USP, ENANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 1)

BUCKLAND, M.; LIU, Z. History of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, Maryland, v. 30, p. 385-416, 1995.

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (orgs.). **Passaios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília DF: IBICT, 2010. p. 115-129. Edição eletrônica. Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2012.

CANESQUI, A. M. Ciências sociais, a saúde e a saúde coletiva. In: _____ (org.). **Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 19-35.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CARPENTER, M.; GRAYBILL, J.; OFFORD JUNIOR, J.; PIORUN, M. Envisioning the library's role in scholarly communication in the year 2025. **Libraries on the Academy**, Massachusetts, v. 11, n. 2, p. 659-681, 2011. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/portal_libraries_and_the_academy/v011/11.2.carpenter.html>. Acesso em: 19 out. 2013.

CASTRO, R. C. F. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. esp., p. 57-63, 2006. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rsp/v40nspe/30623.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2013.

CERVANTES, B. M. N.; FUJITA, M. S. L. Uma perspectiva diacrônica de parâmetros e modelos de construção de tesouros. In: _____ (org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina: Eduel, 2012.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**. São Paulo: Senac, 2003.

CINTRA, A. M. M. Elementos de linguística para estudos de indexação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 12, n. 1, 1983. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/1526>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____; TALAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

COSTA, M. U. P.; MOURA, M. A. A representação da informação em contextos de comunicação científica: a elaboração de resumos e palavras-chave pelo pesquisador-autor. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 3, p. 45-67, set./dez. 2013. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/13958>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

CROSS-SECTIONAL STUDY. In: LAST, J. M. **A dictionary of epidemiology**. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2001.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, dez. 1978. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1680/1286>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

DECLARAÇÃO de Alma-Ata. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE, 1978, Alma-Ata. **Anais...** Alma-Ata, URSS: [s.n.], 1978. Disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

DIAS, E. W. Análise de assunto: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 146-157, jul./dez. 2004. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/356/165>>. Acesso em: 2 out. 2012.

_____; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2013.

DIAS, G. D.; CERVANTES, B. M. N. A organização temática da informação em periódicos científicos eletrônicos: atribuição de palavras-chave na biblioteconomia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em:

<<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19249.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

DONNANGELO, M. C. F. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. ENSP abre ano letivo debatendo papel da Saúde Coletiva. **Informe ENSP**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/34795>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

FACHIN, O. Pesquisa social, documental e de laboratório. In: _____. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 130-150.

FATORES SOCIOECONÔMICOS. In: BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE – BVS. **DeCS**: Descritores em Ciências da Saúde. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/P/decsweb2013.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 175-197, 2002.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (orgs). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária de artigos científicos em educação especial: orientação aos autores para determinação de palavras chaves. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, 2004. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382004000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2014.

_____. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, ago. 2004b. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago04/Art_01.htm>. Acesso em: 2 out. 2012.

GARCIA, C. C. et al. Autoria em artigos científicos: os novos desafios. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**, v. 25, n. 4, p. 559-67, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbccv/v25n4/v25n4a21.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

GARCIA, M. A. A. Saber, agir e educar: o ensino-aprendizagem em serviços de saúde. **Interface**, v. 5, n. 8, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/07.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

GARDIN, J. C. et al. **La logique du plausible**: essays d'epistemologie pratique en sciences humaines. 2. ed. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'homme, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL-LEIVA, I.; ALONSO-ARROYO, A. La relación entre las palabras clave aportadas por los autores de artículos de revista y su indización en las bases de datos ISOC, IME e ICYT. **Revista española de Documentación Científica**, Madrid, v. 28, n.1, p. 62-79, 2005. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/165/219>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

_____. Keywords given by authors of scientific articles in database descriptors. **JASIST**, v. 58, n. 8, p. 1175-1187, 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.20595/pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos hitóricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2, p. 100-117.

_____. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, Zaragoza, Espanha, v. 3, p. 105-117, 2009. Disponível em: <www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/download/3730/3491>. Acesso em: 4 ago. 2013.

_____; SALES, R. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, fev. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev10/Art_02.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.

HARTLEY, J.; KOSTOFF, R. N. How useful are 'key words' in scientific journals? **Journal of information science**, Cambridge, v. 29, n. 5, p. 433-438, 2003. Disponível em: <<http://jis-sagepub-com.ez78.periodicos.capes.gov.br/content/29/5/433.full.pdf+html>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

KELL, M. C. G.; SHIMIZU, H. E. Existe trabalho em equipe no Programa Saúde da Família? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1533-1541, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700065&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2014.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. esp., p. 7-21, set./dez. 2003.

KORNIS, G. E. M; MAIA, L. S.; FORTUNA, R. F. P. A produção intelectual em Saúde Coletiva no âmbito do Estado do Rio de Janeiro: uma trajetória de 1960 a 2007. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 913-929, 2010.

LANCASTER, F. W. **Construção e uso de tesouros**: curso condensado. Brasília: Ibict, 1987. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/781>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240. set./dez. 2004.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEVY, R. B. et al. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 2, p. 3085-3097, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s2/a13v15s2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

LOPES, I. L. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <http://www.SciELO.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 mar. 2014.

LOYOLA, M. A. O lugar das ciências sociais na saúde coletiva. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <http://www.SciELO.br/SciELO.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12902012000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 4 set. 2013.

LUNARDELLI, R. S. A.; GALEMBECK, P. T. A metarrepresentação do assunto em resumos de textos científicos: reflexões iniciais de uma proposta de estudos. In: CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (org). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina: Eduel, 2012. p. 173-191.

MARCONDES, C. H. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/ci/v30n1/a08v30n1.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2011.

MATUMOTO, S.; MISHIMA, S. M.; PINTO, I. C. Saúde coletiva: um desafio para a enfermagem. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 233-241, 2001. Disponível em: <http://www.SciELO.br/SciELO.php?pid=S0102-311X2001000100025&script=sci_abstract>. Acesso em: 2 out. 2012.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, F. G. S. Sistemas de Informação em saúde: considerações fundamentais. In: TARGINO, M. G.; CASTRO, M. M. M. R. N. (orgs). **Desafiando os domínios da Informação**. Teresina: EDUFPI, 2002. p. 119-127.

MESAS, A. E. **Condições de saúde bucal, estado nutricional e fatores associados em idosos de Londrina, Paraná**. 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.ccs.uel.br/pos/saudecoletiva/mestrado/diss/72.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

MIGUÉIS, A.; NEVES, B. Uma abordagem à linguagem de indexação dos artigos científicos depositados no repositório científico da Universidade de Coimbra. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 116-131, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8045/5810>>. Acesso em: 19 out. 2013.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **El contenido de los documentos textuales: sy análisis y representación mediante el lenguaje natural**. Gijon: Espanha: Trea, 2004.

MORIGUCHI, E. H. Novos fatores de risco na prática clínica. **Hipertensão**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 63-66, 2002. Disponível em: <http://www.sbh.org.br/revistas/2002_N2_V5/63a66.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

MOTA, F. R. L.; BABÊTTO, H. S. Processamento e compartilhamento da informação em prontuários eletrônicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA EM SAÚDE – CBIS, 9., 2004, Ribeirão Preto-SP. **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Informática em Saúde, 2004. p. 1061-1066. Disponível em: <<http://telemedicina.unifesp.br/pub/SBIS../CBIS2004/trabalhos/livro.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

NARVAI, P. C.; ANTUNES, J. L. F. Saúde bucal: a autopercepção da mutilação e das incapacidades. In: LEBRÃO, M. L.; DUARTE, Y. A. **SABE - saúde, bem-estar e envelhecimento**: o Projeto Sabe no Município de São Paulo: uma abordagem inicial. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. p. 119-140.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 137-146, jul./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003245&dd1=d0789>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

_____. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

NUNES, E. D. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994.

_____. Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 295-315.

OLIVEIRA, A. S. Representação da informação científica: a rede pode ser a gota d'água. In: SILVA, R. R. G. et al. (org.). **Cultura, representação e informação digitais**. Salvador: Edufba, 2010. p. 41-54.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 27-44.

PAIM, J. S. **Saúde coletiva ou restauração da saúde pública?** Palestra de abertura do ano letivo da ENSP 2014. Produção do Núcleo Audiovisual - Coordenação de Comunicação Institucional (CCI/ENSP). Rio de Janeiro: ENSP, 2014a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J6Mgvi_ga3U>. Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. **Saúde coletiva ou restauração da saúde pública?** Rio de Janeiro: ENSP; FIOCRUZ, 2014. 50 Slides. Disponível em: <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_163121705.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2014b.

_____. **Jairnilson Paim**: depoimento [mar. 2014]. Entrevistadora: Tatiane Vargas. Rio de Janeiro: ENSP, 2014c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vIVKt2UUfc>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. ; ALMEIDA FILHO, N. **A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva**. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

_____; _____. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v32n4/a2593.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2013.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION – PAHO. The initiative “Public Health in the Americas” and its rationale. In: _____. **Public health in the Americas: conceptual renewal, performance assessment, and bases for action**. Washington, D.C.: OPS, 2002. Disponível em: <http://www2.paho.org/hq/dmdocuments/2010/EPHF_Public_Health_in_the_Americas-Book.pdf>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. **What are the essential public health functions**. Disponível em: <http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=4159%3AQuo-son-las-funciones-esenciales-de-salud-publicas-fesp&catid=3175%3Ahss021-essential-public-health-functions-ephf&Itemid=3617&lang=en>. Acesso em: 14 out. 2012.

PANDO, D. A.; GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação e as atividades de organização da informação/conhecimento. **Interatividade**, Andradina, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.firb.br/interatividade/edicao2/_private2/pando.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

PRÍNCIPE, E. Comunicação científica e redes sociais. In: ALBAGLI, S. (org.). **Fronteras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013. p. 196-216.

RANTANEN, J.[et al]. **Work and health country profiles: country profiles and national surveillance indicators in occupational health and safety**. Helsinki: Finnish Institute of Occupational Health, 2001. Disponível em: <http://www.ttl.fi/en/publications/Electronic_publications/Documents/Work_and_health_countryprofiles2001.pdf>. Acesso em: 1 maio 2013.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**. 4. ed. Brasília, DF: Ed. do Autor, 2005.

ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. L. A epidemiologia na organização dos serviços de saúde. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 19, p. 55-67, 1998. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/19/a_epidemiologia.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

SANTOS, C. A. C.; MAZINI, E. S. Organização do conhecimento: das classificações e vocabulários controlados às taxonomias e ontologias na Web. In: VALLES, V. M.; VERGUEIRO, W. (org.). **Tendências contemporâneas na gestão da informação**. São Paulo: Polis, 2011. p. 125-142.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SAÚDE PÚBLICA. In: BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE – BVS. **DeCS**: Descritores em Ciências da Saúde. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/P/decsweb2013.htm>>. Acesso em: 21 julho 2014.

SCIELO BRASIL. **Critérios SciELO Brasil**: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil. São Paulo: SciELO, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/criterio/scielo_brasil_pt.htm>. Acesso em: 30 maio 2014.

SCOPUS. Disponível em:<www.scopus.com>. Acesso em: 20 maio 2013.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. **Estratégia Saúde da Família (ESF)**. Disponível em: <<http://www.einstein.br/responsabilidade-social/Saude-da-Familia-e-AMA/Estrategia-Saude-da-Familia/Paginas/estrategia-saude-da-familia.aspx>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

TEIXEIRA, C. Significado estratégico do mestrado profissionalizante na consolidação do campo da saúde coletiva. In: LEAL, M. C.; FREITAS, C. M. (orgs.). **Cenários possíveis**: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 284 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/sp/pdf/leal-9788575412855-04.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2014.

TONELLO, I. M. S.; LUNARDELLI, R. A.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 21-34, 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/4524>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

UNICEF. **A convenção sobre os direitos da criança**. [Portugal: UNICEF, 1990]. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, Elmsford, NY, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **What is the WHO definition of health?** Disponível em: <<http://www.who.int/suggestions/faq/en/>>. Acesso em: 1 maio 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Relação de todas as palavras-chave coletadas nos artigos

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Atenção Primária à Saúde	155
Adolescente	142
Saúde Pública	112
Estudos Transversais	110
Estratégia Saúde da Família	104
Sistema Único de Saúde	98
Saúde Bucal	95
Fatores de Risco	82
Fatores Socioeconômicos	81
Criança	78
Política de Saúde	72
Saúde Mental	69
Qualidade de Vida	64
Promoção da Saúde	63
Síndrome de Imunodeficiência Adquirida	61
Serviços de Saúde	57
Acesso aos Serviços de Saúde	54
Epidemiologia	53
Estudos de Coortes	52
Saúde do Trabalhador	52
Mortalidade	48
Saúde da Família	48
Saúde	47
Avaliação em Saúde	44
Consumo de Alimentos	43
Sistemas de Informação	42
Educação em Saúde	41
Obesidade	41
Avaliação	39
Desigualdades em Saúde	38
Saúde do Idoso	36
Gestão em Saúde	33
Vigilância Sanitária	33
Aleitamento Materno	31
Tuberculose	30
Avaliação de Serviços de Saúde	28
Participação Comunitária	28
Cuidado Pré-Natal	27
Hábito de Fumar	27
Assistência Farmacêutica	26
Estado Nutricional	26
Família	26
Políticas Públicas de Saúde	26
Adulto	25
Condições de Trabalho	25
Humanização da Assistência	25
Identidade de Gênero	25
Mulheres	25
Qualidade da Assistência à Saúde	24
Vigilância Epidemiológica	24
Administração em Saúde	23
Serviços de Saúde Mental	23
Antropometria	22
Iniquidade Social	22
Mortalidade Infantil	22
Reprodutibilidade dos Testes	22
Saúde Ambiental	22
Saúde da Criança	22
Violência contra a Mulher	22
Avaliação de Programas e Projetos de Saúde	21
Nutrição em Saúde Pública	21
Violência Doméstica	21
Bioética	20
Conselhos de Saúde	20
Gastos em Saúde	20
Neoplasias	20
Alimentação	19
Inquéritos Epidemiológicos	19
Saúde da Mulher	19
Assistência à Saúde	18
Cultura	18
Descentralização	18
Hanseníase	18
Índice de Massa Corporal	18
Sistemas de Saúde	18
Causas Externas	17
Dengue	17
Inquéritos sobre Dietas	17
Vulnerabilidade em Saúde	17
Condições Sociais	15

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Enfermagem	15
Integralidade em Saúde	15
Aborto	14
Estudos Ecológicos	14
Hábitos Alimentares	14
Planejamento em Saúde	14
Recursos Humanos em Saúde	14
Renda	14
Saúde do Homem	14
Saúde Materno-Infantil	14
Cárie Dentária	13
Dieta	13
Direito à Saúde	13
Homicídio	13
Malária	13
Nível de Saúde	13
Pesquisa	13
Trabalho	13
Doenças Respiratórias	12
Gênero e Saúde	12
Praquicidas	12
Risco	12
Segurança Alimentar e Nutricional	12
Vacinação	12
Asma	11
Assistência Domiciliar	11
Ciência	11
Gravidez na Adolescência	11
Saúde de Populações Indígenas	11
Serviços de Saúde Bucal	11
Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias	11
Causa de Morte	10
Comorbidade	10
Educação Alimentar e Nutricional	10
Financiamento da Assistência à Saúde	10
Indicadores Básicos de Saúde	10
Metodologia	10
Nascimento Vivo	10
Pobreza	10
Poluição do Ar	10
Regionalização	10
Registros de Mortalidade	10
Serviços Médicos de Emergência	10
Assistência Integral à Saúde	9
Comportamento Alimentar	9
Decisões Judiciais	9
Doença	9
Internet	9
População Rural	9
Prevenção de Doenças	9
Riscos Ocupacionais	9
Saúde do Adulto	9
Saúde Escolar	9
Saúde Suplementar	9
Validade dos Testes	9
Acolhimento	8
Declaração de Nascimento	8
Demografia	8
Epidemiologia Nutricional	8
Estudos de Séries Temporais	8
Exposição Ambiental	8
Fluorose Dentária	8
Indústria Farmacêutica	8
Maus-Tratos ao Idoso	8
Poluentes do Ar	8
Pré-Escolar	8
Religião	8
Coeficiente de Mortalidade	7
Custos de Cuidados de Saúde	7
Diagnóstico	7
Estresse Psicológico	7
Exposição a Agentes Biológicos	7
Incidência	7
Maus-Tratos Conjugais	7
Métodos	7
Necessidades e Demandas de Serviços de Saúde	7
Recursos Humanos	7
Saneamento	7
Saúde do Adolescente	7

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Vigilância	7
Absenteísmo	6
Administração Pública	6
Amostragem	6
Análise de Sobrevida	6
Anticoncepção	6
Atenção à Saúde	6
Atenção Farmacêutica	6
Cobertura de Serviços de Saúde	6
Coleta de Dados	6
Comunicação em Saúde	6
Desenvolvimento Sustentável	6
Desmame	6
Desnutrição	6
Direito Sanitário	6
Distribuição Temporal	6
Economia da Saúde	6
Educação Superior	6
Efetividade	6
Envenenamento	6
Epidemiologia Descritiva	6
Equidade	6
Equidade no Acesso	6
Estudos de Casos e Controles	6
Exposição Ocupacional	6
Frutas	6
Inquéritos de Morbidade	6
Médicos	6
Morbidade	6
Mortalidade Materna	6
Organização e Administração	6
Perfil de Saúde	6
Programas de Rastreamento	6
Reabilitação	6
Sensibilidade e Especificidade	6
Serviços de Saúde para Idosos	6
Trabalho Feminino	6
Transtornos da Alimentação	6
Verduras	6
Violência Sexual	6
Ação Intersetorial	5
Administração Ambiental	5
Alimentação Escolar	5
Ambiente de Trabalho	5
Anemia Ferropriva	5
Avaliação de Custo-Efetividade	5
Avaliação Nutricional	5
Biotecnologia	5
Centros de Saúde	5
Cólera	5
Desenvolvimento Tecnológico	5
Direitos Humanos	5
Doenças Endêmicas	5
Doenças Profissionais	5
Enfermeiras	5
Equidade em Saúde	5
Inquéritos Nutricionais	5
Maus-Tratos Infantis	5
Medição de Risco	5
Medicina	5
Meio Ambiente	5
Mortalidade Hospitalar	5
Mudança Climática	5
Notificação de Doenças	5
Nutrição Materna	5
Organização Mundial da Saúde	5
Origem Étnica e Saúde	5
Peso ao Nascer	5
Planejamento Familiar	5
Reforma dos Serviços de Saúde	5
Saúde Mundial	5
Saúde Sexual e Reprodutiva	5
Seguridade Social	5
Sistemas de Informação Geográfica	5
Trabalhadores Rurais	5
Viés (Epidemiologia)	5
Administração de Recursos Humanos em Saúde	4
Alimentos	4
Catadores	4
Cidades	4
Classe Social	4

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Custos e Análise de Custo	4
Desastres Naturais	4
Direitos Reprodutivos	4
Direitos Sexuais e Reprodutivos	4
Distribuição Espacial da População	4
Escolaridade	4
Esquistossomose	4
Estatísticas Vitais	4
Estatura-Idade	4
Estratégias	4
Estudos Longitudinais	4
Estudos Soroepidemiológicos	4
Etanol	4
Fluoretação	4
Ganho de Peso	4
Habitação	4
Higiene	4
Indicadores Econômicos	4
Indicadores Sociais	4
Leishmaniose	4
Mercado de Trabalho	4
Mineração	4
Notificação	4
Nutrição do Lactente	4
Organizações não Governamentais	4
Parto Humanizado	4
Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação	4
Saúde Reprodutiva	4
Seguro Saúde	4
Serviços Básicos de Saúde	4
Serviços de Saúde Materno-Infantil	4
Sub-Registro	4
Suplementação Alimentar	4
Surtos de Doenças	4
Trabalhadores	4
Trabalho de Menores	4
Transição Nutricional	4
Tratados	4
Vetores de Doenças	4
Vulnerabilidade Social	4
Zoonoses	4
Abuso Sexual na Infância	3
Administração de Serviços de Saúde	3
Agricultura	3
Água	3
Alimentação Coletiva	3
Análise Custo-Benefício	3
Análise Estatística	3
Análise Qualitativa	3
Assistência	3
Assistência Ambulatorial	3
Assistência Hospitalar	3
Atestado de Óbito	3
Avaliação de Processos e Resultados (Cuidados de Saúde)	3
Biologia	3
Cartografia	3
Cobertura Vacinal	3
Controle de Doenças Transmissíveis	3
Controle de Qualidade	3
Cooperação Internacional	3
Deficiência de Ferro	3
Desenvolvimento Econômico	3
Desenvolvimento Regional	3
Doença de chagas	3
Doenças Transmissíveis Emergentes	3
Economia	3
Engenharia Humana	3
Envelhecimento da População	3
Febre Amarela	3
Federalismo	3
Genética	3
Geografia	3
Hospitais	3
Impactos na Saúde	3
Informação	3
Intoxicação por Chumbo	3
Leptospirose	3
Mercurio	3
Métodos e Procedimentos Estatísticos	3
Ministério Público	3
Modelos Matemáticos	3
Mortalidade Fetal	3
Nutricionista	3
Obstetizes	3

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Países em Desenvolvimento	3
Perda de Peso	3
Poder (Psicologia)	3
População Indígena	3
População Urbana	3
Prevalência	3
Prevenção de Acidentes	3
Prevenção Primária	3
Prevenção Secundária	3
Prisioneiros	3
Qualidade da Água	3
Raiva	3
Registros Médicos	3
Relações Médico-Paciente	3
Riscos Ambientais	3
Saúde da População Rural	3
Saúde da População Urbana	3
Saúde do Idoso Institucionalizado	3
Serviços de Integração Docente-Assistencial	3
Serviços Hospitalares	3
Toxicidade	3
Transportes	3
Visita Domiciliar	3
Vulnerabilidade a Desastres	3
Abastecimento de Água	2
Aedes	2
Água Potável	2
Alimentação Artificial	2
Análise de custos	2
Anos Potenciais de Vida Perdidos	2
Antibacterianos	2
Aprendizagem	2
Áreas de Fronteira	2
Áreas de Pobreza	2
Assentamentos Rurais	2
Associações Profissionais	2
Avaliação de Eficácia-Efetividade de Intervenções	2
Capacitação	2
Características da Família	2
Causa Básica de Morte	2
Causalidade	2
Causas de Morte	2
Cidade Saudável	2
Comércio	2
Conferências de Saúde	2
Consórcios de Saúde	2
Controle de Vetores	2
Culex	2
Desenvolvimento de Programas	2
Desnutrição Proteico-Calórica	2
Diagnóstico da Situação de Saúde	2
Diálise	2
Dinâmica Populacional	2
Diretrizes para o Planejamento em Saúde	2
Doenças Transmissíveis	2
Educação Ambiental	2
Eficácia	2
Emprego	2
Ensino Fundamental e Médio	2
Estatura	2
Estratégias Locais	2
Estudos de Casos	2
Estudos Epidemiológicos	2
Fatores Epidemiológicos	2
Ferimentos e Lesões	2
Flúor	2
Fome	2
Gestão de Qualidade	2
Gestor de Saúde	2
Grupos de Risco	2
Grupos Étnicos	2
Impacto Ambiental	2
Imunização	2
Indicadores Ambientais	2
Indicadores de Gestão	2
Indicadores de Serviços	2
Indústria Petroquímica	2
Legislação Sanitária	2
Letalidade	2
Licença Parental	2
Mapa de Risco	2
Métodos Epidemiológicos	2
Mortalidade da Criança	2
Mortalidade Neonatal Precoce	2

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Mortalidade Perinatal	2
Mudança Social	2
Nutrição da Criança	2
Nutrientes	2
Países Desenvolvidos	2
Parasitas	2
Parteira Leiga	2
Planejamento	2
Poder Familiar	2
Poder Judiciário	2
Poliuição Ambiental	2
Previsões	2
Reciclagem	2
Registros como Assunto	2
Regulação e Fiscalização em Saúde	2
Resíduos Sólidos	2
Rotavírus	2
Saúde da Pessoa com Deficiência	2
Serviço Social	2
Serviços de Saúde Materna	2
Setor Privado	2
Síndrome de Imunodeficiência Adquirida/ prevenção	2
Sistemas Locais de Saúde	2
Sobrevida	2
Sódio	2
Técnicas e Procedimentos Diagnósticos	2
Tecnologia	2
Toxoplasmose	2
Transição Demográfica	2
Urbanização	2
Voluntários	2
Zona de Risco	2
Zonas Metropolitanas	2
Zonas Urbanas	2
Aborto Criminoso	1
Acesso Universal a Serviços de Saúde	1
Acidentes de Trabalho	1
Acidentes de Trânsito	1
Adaptação	1
Administração de Recursos Humanos	1
Administração Municipal	1
Agências Internacionais	1
Agricultura Sustentável	1
Águas de Superfície	1
Alimentação Alternativa	1
Alimentos Fortificados	1
Alimentos Naturais	1
Amostragem por Conglomerados	1
Análise Custo-Eficácia	1
Análise Socioeconômica	1
Ancilostomíase	1
Anorexia Nervosa	1
Anos de Vida Ajustados por Qualidade de Vida	1
Aplicações da Epidemiologia	1
Asbestos	1
Assistência Social	1
Aterros Sanitários	1
Atestado de Saúde	1
Atmosfera	1
Audição	1
Avaliação Institucional	1
Baterias	1
Beriberi	1
Bibliografia como Assunto	1
Bioestatística	1
Bioterrorismo	1
Cadáver	1
Cádmio	1
Cálcio	1
Calibragem	1
Cancer do útero	1
Capacitação de Recursos Humanos em Saúde	1
Características Culturais	1
Causas Múltiplas de Morte	1
Centrais Elétricas	1
Centrais Hidrelétricas	1
Centros Comunitários de Saúde	1
Cidades Pequenas	1
Circunferência Craniana	1
Classificação Internacional de Doenças	1

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde	1
Clima	1
Cloreto de Sódio	1
Cobertura de Serviços Privados de Saúde	1
Cobertura de Serviços Públicos de Saúde	1
Cobre	1
Coefficiente de Mortalidade Infantil	1
Complicações na Gravidez	1
Construção	1
Contaminação Química	1
Controle de Mosquitos	1
Cooperação Técnica	1
Credenciamento	1
Criança Abandonada	1
Crime	1
Cultivos Agrícolas	1
DDT	1
Decisões	1
Defesa Civil	1
Defesa da Criança e do Adolescente	1
Deficiência de Iodo	1
Deficiência de Tiamina	1
Deficiência de Vitamina A	1
Demanda de Alimentos	1
Dengue / prevenção e controle	1
Desemprego	1
Desmatamento	1
Detergentes	1
Diarreia	1
Dióxido de Enxofre	1
Dioxinas	1
Direito Penal	1
Documentos	1
Doenças Parasitárias	1
Ecologia	1
Ecosistema Tropical	1
Educação a Distância	1
Educação Pré-Escolar	1
Efeito de Coortes	1
Efeito Período	1
Efeitos a Longo Prazo	1
Efeitos do Clima	1
Efeitos do Ruído	1
Emissões de Veículos	1
Enquete Socioeconômica	1
Epidemiologia Molecular	1
Equidade na Alocação de Recursos	1
Equipamento	1
Equipamentos de Medição	1
Estado	1
Estado Civil	1
Estado de Retorno	1
Estatísticas de Saúde	1
Esterilização	1
Estratégias Nacionais	1
Estudos de Validação como Assunto	1
Ética Profissional	1
Expectativa de Vida	1
Expectativa de Vida ao Nascer	1
Exposição a Praguicidas	1
Fadiga	1
Ferro	1
Fluoretos	1
Força de Trabalho	1
Formulação de Políticas	1
Fósforo	1
Fumaça	1
Gerência	1
Gestão de Recursos	1
Gorduras na Dieta	1
Governo Federal	1

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Grupos Etários	1
Guias Alimentares	1
Hábitat	1
Halogenação	1
Helminíase	1
Incêndios Florestais	1
Indicadores de Desenvolvimento	1
Indicadores de Morbimortalidade	1
Indústria de Bebidas Gaseificadas	1
Indústria de Cal e Gesso	1
Indústria de Plásticos	1
Indústria Química	1
Indústria Têxtil	1
Indústrias	1
Infanticídio	1
Inquéritos Demográficos	1
Intervalo entre Gerações	1
Inundações	1
Investimentos em Saúde	1
Iodo	1
Laboratórios	1
Legislação de Medicamentos	1
Legislação sobre Alimentos	1
Leite Humano	1
Leucemia	1
Longitude Geográfica	1
Manganês	1
Manipulação de Alimentos	1
Medicina de Emergência	1
Medicina do Trabalho	1
Medicina Legal	1
Medidas, Métodos e Teorias	1
Meios de Comunicação	1
Método do Caminho Crítico	1
Metrópoles	1
Microbiologia	1
Microbiologia de Alimentos	1
Migração Interna	1
Migrantes	1
Modernização do Setor Público	1
Monitoramento	1
Monitoramento Ambiental	1
Necessidade Energética	1
Negligência	1
Nicotina	1
Nutrição do Adolescente	1
Nutrição do Idoso	1
Nutrição Pré-Natal	1
Obras Públicas	1
Organização Comunitária	1
Organização Pan-Americana da Saúde	1
Organização Social	1
Ozônio	1
Peso Corporal	1
Peso-Estatura	1
Peso-Idade	1
Planejamento Estratégico	1
Planejamento Nacional	1
Planos Governamentais de Saúde	1
Poder Executivo	1
Poder Legislativo	1
Poeira	1
Poliomielite	1
Política Ambiental	1
Política de Saneamento	1
Poluentes	1
Poluentes Ambientais	1
Poluentes Orgânicos	1
População	1
População em Risco	1
Portarias	1
Praias	1
Preferências Alimentares	1

PALAVRAS-CHAVE	RECORRÊNCIA
Prevenção de Câncer de Colo Uterino	1
Prevenção de Câncer de Mama	1
Prevenção de Doenças Transmissíveis	1
Previdência Social	1
Prioridades em Saúde	1
Privatização	1
Processamento de Resíduos Sólidos	1
Prognóstico	1
Programação	1
Programas de Estudo	1
Programas de Nutrição	1
Propriedade Intelectual	1
Proteção	1
Protocolos	1
Raios Ultravioleta	1
Raios X	1
Recuperação Nutricional	1
Recursos Financeiros em Saúde	1
Recursos Hídricos	1
Refrigeração	1
Relações Trabalhistas	1
Remediação	1
Resíduos	1
Resíduos de Serviços de Saúde	1
Resíduos Perigosos	1
Risco Sanitário	1
Rotulagem de Alimentos	1
Ruído	1
Salmonella	1
Saneamento Básico/ epidemia	1
Saneamento de Portos	1
Saúde de Grupos Específicos	1
Saúde Sexual	1
Serviços de Alimentação	1
Serviços de Informação	1
Serviços de Saúde da Criança	1
Serviços de Saúde do Indígena	1
Serviços de Saúde Reprodutiva	1
Silicose	1
Síndrome do Edifício Doente	1
Sistema de Justiça	1
Sistemas de Computação	1
Socorro de Urgência	1
Software	1
Subprodutos da Desinfecção	1
Suscetibilidade a Doenças	1
Taxa de Sobrevida	1
Tecnologia da Informação	1
Testes de Hipótese	1
Tomada de Decisões Gerenciais	1
Transição Epidemiológica	1
Tratamento da Água	1
Triagem	1
Trihalometanos	1
Tuberculose/ HIV	1
Usos da Água	1
Variações Sazonais	1
Veículos Automotores	1
Vigilância Nutricional	1
Zonas Rurais	1
TOTAL:	5.273

Fonte: Elaborado pela autora